

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Jussaramar da Silva

A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações
bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1987)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Jussaramar da Silva

A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973 - 1987)

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dra. Vera Lucia Vieira.

**São Paulo
2010**

Errata

Na dissertação intitulada: “*A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações bilaterais Brasil-Paraguai (1973-1987)*”, observar as seguintes modificações:

Na Introdução, página 35, penúltimo parágrafo, onde se lê:

“Por fim, nos ativemos em analisar que tipo de vigilância as AESI’s fizeram. Percebemos que, desde os “subversivos” ou comunistas, passando por estrangeiros, organizações ligadas às Igrejas, trabalhadores sem-terra, atingidos por barragens, partidos – de esquerda ou liberais -, opositores de Stroessner, militantes de organizações da esquerda argentina, e principalmente, os próprios trabalhadores de Itaipu configuraram-se no rol de suspeições, donde pudemos verificar que vigiava-se a tudo e a todos. Foram tentáculos enormes que as AESI’s constituíram, no seu afã de espionar, emitir relatórios, informar aos órgãos dos sistemas brasileiros e paraguaios. Como era um material farto para procedermos ao exame, definimos que este seria o quarto capítulo dessa dissertação”.

Substituir por:

“Por fim, nos ativemos em analisar que tipo de vigilância as AESI’s fizeram. Percebemos que, desde os “subversivos” ou comunistas, passando por estrangeiros, organizações ligadas às Igrejas, trabalhadores sem-terra, atingidos por barragens, partidos – de esquerda ou liberais -, opositores de Stroessner, militantes de organizações da esquerda argentina, e principalmente, os próprios trabalhadores de Itaipu configuraram-se no rol de suspeições, donde pudemos verificar que vigiava-se a tudo e a todos. Foram tentáculos enormes que as AESI’s constituíram, no seu afã de espionar, emitir relatórios, informar aos órgãos dos sistemas brasileiros e paraguaios. Como era um material farto para procedermos ao exame, definimos que este material se desdobraria em dois capítulos. A respeito da relação com os trabalhadores da Binacional, formaria o Quarto capítulo, e a vigilância aos civis ou membros da sociedade civil, o Quinto.

Na página 47, na citação, onde se lê: RODRIGUES *apud* CHASIN, 2000:54, **leia-se:** COUTINHO, C. N. *apud* CHASIN, 2000:54.

Na página 149, primeiro parágrafo, onde se lê: “[...] mas alimentavam fragmentos de classe da burguesia que se alternavam no poder”, **leia-se:** “[...] mas alimentavam frações de classe da burguesia que se alternavam no poder [...]”.

Na nota 32, página 58, linha 13, onde se lê: “[...] mentalidade dos espano-americanos [...]”, **leia-se:** “[...] mentalidade dos hispano-americanos [...]”.

Na página 73, último parágrafo, onde se lê: “O que se apresenta em *Geopolítica do Brasil* é evidencia bastante a ação militar.”, **leia-se:** “ O que se apresenta em *Geopolítica do Brasil* evidencia bastante a ação militar”.

Na página 88, primeira citação, onde se lê: (RAGO *apud* CHASIN, 1986), **leia-se:** (CHASIN *apud* RAGO, 1986).

Na página 129, na citação, 4ª linha, onde se lê: “[...] truculência explícita de Médici, Frota *et caverna*, é [...]”, **leia-se** “[...] truculência explícita de Médici, Frota *et caterva* [...]”.

Na página 131, ultima linha, antes da citação, onde se lê: “Conforme já indicou Pomar”, **leia-se** “Conforme já indicou Palmar”.

Na página 158, nota 182, onde se lê: *idem, ibidem*, **leia-se:** “Informe nº E/AESI.G/IB/BR/020/3237/83. Acervo Arquivo Nacional, fundo SNI. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI”.

Nas referências, nas páginas 179 a 187, incluir os seguintes autores:

CHASIN, José. *O método dialético*. Maceió: [s.n.], 1986. (mimeo).

_____. *A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social*. Santo André: Ad Hominem, 2000.

_____. *As Maquinas param Germinam a Democracia*. In: *Escrita Ensaio nº 4*. Editora Ensaio: São Paulo, 1979.

RIBEIRO, Darcy. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

VIEIRA, V. L. *Deitado eternamente em berço esplêndido: a posição do Brasil imperial no contexto das independências latino americanas*. In: *I Taller Internacional sobre el bicentenario de la 1º independência de America Latina y Caribe*. Editora Política: Havana, 2009. v. 01.40

Banca examinadora

*Para Davi,
Pai e mãe,
Dedé e Joyce,
Gelson e
Geraldo.
Sem vocês, não
teria sentido e não
seria possível.*

Agradecimentos

Um trabalho de pesquisa não se inicia sem auxílio. Cada etapa dos estudos teve pessoas que contribuíram, parcialmente na reflexão ou na pesquisa das informações. Em vários casos, contribuíram ao compartilharem o cotidiano estressante deste processo. Quero agora agradecer a todos, ainda correndo o risco de ser injusta com cada contribuição.

Em primeiro lugar, não seria possível realizar meus estudos sem o auxílio de minha família. Em cada momento, dividiram as angústias, os temores e as ausências.

Professora Doutora Vera Lucia Vieira. Incrível pesquisadora, perspicaz nas análises, categórica nas posições acerca da história e da vida. Agradeço por ter acolhido essa pesquisa para orientar, e forma tão gentil. Pela amizade que dedicou a mim. Não haveria possibilidade desse trabalho se não fosse por você. Obrigada pelos debates, pelas aulas, pela hospedagem e pela amizade.

Para a elaboração desta pesquisa tivemos a colaboração de inúmeros amigos, interessados no tema, pesquisadores, arquivistas. Por eles foi possível coletar documentos em arquivos muito distintos. Foi no rastro das informações – e não desprezamos sequer nenhum vestígio – que conseguimos os documentos para análise. Pudemos nos debruçar sobre documentos que particulares foram juntando ao longo de suas vidas – e a eles cabe novamente a menção de nossa gratidão.

Aluízio Palmar pela força, garra e coragem com que encara a vida e a pesquisa. Seria difícil encontrar grande parte dos documentos e dos contatos se não fosse pelo seu trabalho. Definitivamente foi o inspirador dessa dissertação. Agradeço pelos conselhos, pelo debate e por me receber tão bem no Rio de Janeiro e depois em sua casa, em Foz. Além disso, os documentos cedidos para essa pesquisa foram fundamentais para encontrarmos nexos que ainda não haviam sido investigados. Agradeço também à Dona Eunice que junto com Aluízio tornou tão prazerosa nossa passagem pela Tríplice Fronteira.

Ricardo e Andréa Palmar, pela afável hospedagem em Assunção, o que tornou a pesquisa ainda mais prazerosa. Além disso, foram fundamentais suas indicações sobre a cidade.

Martin Almada, por sua luta e amabilidade em nosso encontro no Rio de Janeiro, por me receber em Assunção, me guiar pela cidade e ceder seu acervo para a pesquisa e depois vir a São Paulo debater o tema da Operação Condor em nossa instituição. Também agradeço a Maria Estela Almada, pela delicadeza com que nos recebeu em sua casa. Aos demais funcionários da Fundação Celestina Perez de Almada, pela recepção e compreensão do nosso trabalho.

Na pesquisa feita no *Arquivo do Terror*, agradeço pela recepção de Rosa Palau, pela capacidade que possui em auxiliar cada um dos pesquisadores que lá frequentam. A organização desse arquivo deve-se a um trabalho coletivo, organizado por Rosa, que não deixa dúvidas sobre a importância que os paraguaios dão à sua memória e história. Meus agradecimentos a toda equipe do *Arquivo do Terror*.

Aos funcionários do Arquivo do Estado do Paraná pela disponibilidade com que me receberam e me auxiliaram na busca dos documentos. Também aos funcionários do Arquivo Nacional, especialmente Paulo Ramalho e Raynes, pelas informações prestadas e pelos documentos levantados.

Ao Carlos Molina, por ter descoberto os documentos em Curitiba, no Arquivo do Estado e tão gentilmente ter me acompanhado na pesquisa por aquelas paragens.

A Márcia Galgaro, que abriu as possibilidades da pesquisa em São Paulo também foi essencial nesse trabalho. Muito obrigada.

A Neusa Romanzini Pires Cerveira, pela coragem com que desenvolveu sua pesquisa e pela forma com que me auxiliou no debate. Esteve em São Paulo para apresentar conosco, o trabalho sobre a ditadura militar brasileira e a Operação Condor.

Ao Jairo e a Ângela, pela amizade e hospedagem em Curitiba.

A Viviane e ao Luiz Heleno Albuquerque Lima pela indicação de Érlon Luisi Cardoso. Érlon pelo levantamento de dados em Brasília. Muito obrigada pela sua presteza e agilidade.

Ao Professor Rodrigo Patto Sá Mota que me cedeu documentos que compõem o acervo da Assessoria Especial de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Geria para pesquisa.

A Professora Maria Aparecida de Paula Rago pela agilidade com que me ajudou a resolver problemas nas informações dos documentos que compõe o acervo pesquisado.

Amigos que fiz na PUC de São Paulo e com os quais dividi dúvidas e possibilidades: Edgar, Eliseu. Cristina, Mauricio Piqueira, José Francisco, Vitorino. Muito obrigada.

Quero agradecer especialmente aos amigos que compõem o Núcleo de Pesquisa em História, Trabalho, Ideologia e Poder. Foram fundamentais nossas reuniões e debates, além da amizade concedida. Paloma, Vanessa, Daniela e Eribelto. Além da amizade, abriram suas casas, suas vidas e suas famílias para me receberem com tanto carinho em São Paulo. Muito obrigada a todos vocês e às suas famílias.

Além desses, quero ainda incluir Fernando Santos, Edson Violin, Nilo Dias, Patrícia Mecchi, Rodrigo Chagas, Vitor pela amizade e pelo debate que proporcionaram. A cada um, obrigada pelas contribuições.

Nataniel Dalmoro e Ricardo Marcondes pela produção acadêmica, além da amizade que aflorou nesses tempos.

Arleandra pela amizade, companheirismo, e hospedagem. Sou eternamente grata.

Aos amigos que conviveram nesses anos com o desejo da pesquisa e a ausência quase que constante: Sinara Lemes, Regiane Diegues, Aline Presot, Francisco Mata Machado, Alan Araújo, Rafael Freitas, Eric Meireles, Iriê Salomão, Poliana Corneau. A todos vocês, muito obrigada. Não seria possível a vida sem amigos tão especiais quanto vocês.

Ao Aurélio por acreditar, por torcer e vibrar. Além de você, Raquel a todos os funcionários do Arroba, por toda a contribuição que deram.

À família Pereira da Silva, pela convivência e amizade. Dona Wanda e “Seu” João pela paciência, Patrícia, pela amizade, torcida e traduções. Beth e Wagner pelo carinho.

Aos professores do Departamento de Estudos Pós-graduados da PUC, especialmente ao Professor Antonio Rago Filho pela amizade, carinho,

dedicação, pelas aulas, pelos conselhos, pela sabedoria com que vê a vida, pela fé numa sociedade mais justa, além da composição das bancas, criando a possibilidade de crescimento desse trabalho. Foi um prazer conviver com alguém tão especial. Obrigada. Às professoras Yvone e Estefânia por acreditarem nessa pesquisa. Gostaria de incluir a Betinha, secretária do Programa, por toda a sua solidariedade e gentileza com os alunos.

Capes e CNPq pelo auxílio para a pesquisa. Indubitavelmente, por cada vez mais convivermos com a impossibilidade de financiamento, o que torna as pesquisas cada vez com mais difíceis.

Gilma e demais funcionários e professores do CIEP, que tão gentis foram comigo nesses tempos. Obrigada pelo carinho.

Dona Guida e toda a família, que generosamente me receberam e foram fundamentais para que eu pudesse continuar. Meu sincero agradecimento a todos vocês. Tamaña generosidade é rara no mundo em que vivemos.

Finalmente, gostaria de agradecer aos meus familiares pelo apoio. Especialmente ao Raphinha, que tanto auxiliou desde que adentrou essa casa e viu todas as minhas “correrias” para esse trabalho acontecer. Agradeço por ter vindo e ajudado tanto.

Cabe aqui a ressalva: embora tantos tenham contribuído tão profundamente, cabe-me a responsabilidade da produção.

Resumo

Essa dissertação objetiva discutir o papel assumido pelas Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Hidrelétrica de Itaipu (AESI's), entre os anos de 1973 até 1988. Essas Assessorias constituíram-se como um braço da repressão no Brasil e no Paraguai, bem como da Operação Condor.

Durante o período analisado, elas tiveram o papel de espionar e emitir relatórios sobre os trabalhadores de Itaipu, bem como de quaisquer pessoas que fossem consideradas suspeitas na região da Tríplice Fronteira.

Para a compreensão do objeto em análise, lançamos mão do expediente de compreender a construção da hidrelétrica como forma de objetivar o modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro e paraguaio, que desembocou nos Estados de Segurança Nacional, transformando todos em potenciais inimigos internos.

Palavras-chave: Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI); Itaipu Binacional; relações bilaterais Brasil-Paraguai; Operação Condor; Ditadura Militar na América Latina.

Abstract

This dissertation objective to discuss the role assumed for the Special Assessorship of Security and Informations of Itaipu Hydroelectric (AESI's), enter the years 1973 up to 1988. These Assessorships had consisted as an arm of the repression in Brazil and Paraguay, as well as of the Condor Operation.

During the analyzed period, they had had the role to spy on and to emit reports on the workers of Itaipu, as well as of any people who were considered suspicion in the region of the Tríplice Border.

For the understanding of the object in analysis, we launch hand of the expedient to understand the construction of the hydroelectric as form to objectify the model of development of the Brazilian and Paraguayan State, which discharged in the States of National Security, transforming all into internal enemy potentials.

Key-words: Special Assessorship of Security and Informations (AESI); Binational Itaipu; bilateral relations Brazil-Paraguay; Condor Operation; Military dictatorship in Latin America.

Sumário

Introdução.....	13
Capítulo 1 – A Geopolítica e a Itaipu.....	37
1.1 - As fronteiras ao longo da história do Brasil.....	39
1.2 - O alinhamento com os Estados Unidos.....	53
1.3 - Os interesses nacionais e internacionais na construção da Itaipu.....	66
1.4 - A Itaipu e sua inserção no projeto de Segurança Nacional.....	70
Capítulo 2 – O mausoléu do faraó.....	74
2.1 - Os termos do acordo entre o Brasil e o Paraguai na fundação da Itaipu.....	75
2.2 - A autopromoção na propaganda oficial.....	100
Capítulo 3 - A AESI de Itaipu e a Operação Condor.....	105
3.1 - A organização da Operação Condor.....	108
3.2 - As relações com a Argentina.....	115
3.3 - <i>Gentileza dos Carabineros do Chile</i>	122
3.4 - Os meandros das conexões com a parte brasileira da Itaipu.....	124
Capítulo 4 - Trabalhadores sob suspeição: a vida dos operários de Itaipu.....	127
4.1 - O abraço da AESI aos trabalhadores.....	130
4.2 - A suspeição em relação aos trabalhadores paraguaios.....	131
4.3 - A princípio, todos são suspeitos.....	135
4.4 - Trabalhadores e seus familiares: entre o constrangimento e a suspeição.....	138
4.5 - “Abaixo o Governo cai o porco do Figueiredo”	142
4.6 - A reorganização da classe trabalhadora.....	143
4.7 - Para além de 1985: o Condor ainda sobrevoava as águas de Itaipu após a “abertura”	146
Capítulo 5 – A suspeição contra os civis e suas organizações.....	150
5.1 - O Jornal <i>Nosso Tempo</i> e seus editores.....	154
5.2 - As eleições municipais e estaduais de 1982 na região	

de Foz, segundo as AESI's.....	159
5.3 - Vigilância também aos liberais.....	164
5.4 - Os trabalhadores do campo, os atingidos pela barragem de Itaipu e os sem terra do Oeste do Paraná.....	166
5.5 - Um voo sobre Blumenau.....	168
Conclusão.....	170
Anexos.....	175
Bibliografia.....	179

Introdução

Esta dissertação discute a função que as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI's) da Itaipu prestou durante os anos de 1973 a 1988, aos órgãos repressivos da ditadura militar brasileira, bem como sua conexão com o Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación (ESMAGENFA), no Paraguai. Esta atuação constitui um braço da articulação entre os países do Cone Sul para desarticular qualquer tentativa de oposição às ditaduras militares da região. Esse acordo entre as ditaduras foi denominado Operação Condor.

Durante este período, as AESI's de Itaipu participaram ativamente do esquema de repressão internacional estabelecido pela Operação, conforme já identificado pelos analistas que, progressivamente, denunciavam estas conexões repressivas em cada país. (PALMAR, 2008)

A referência à sigla AESI's no plural, é para demonstrar que não foi apenas uma Assessoria dentro de Itaipu. Foram, ao menos, duas estruturas formais, com subdivisões dentro dos dois países – Brasil e Paraguai. Pelos documentos, comprova-se que ambas tramitaram seus documentos “confidenciais” aos órgãos de repressão do Brasil e do Paraguai. Seu organograma previa escritórios da AESI Itaipu brasileira nas seguintes cidades: Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Foz do Iguaçu. Todavia, no meio da documentação, foram encontrados também documentos oriundos da AESI Itaipu Brasil remetidos de Assunção, que comprovam a existência, ao menos, um escritório da Assessoria do lado brasileiro, no Paraguai.

Dessa forma, constata-se que a teia dos órgãos de informações no Brasil ultrapassou as fronteiras e se estendeu aos países vizinhos. Mas para a compreensão do leitor de como se deu a inserção dessas Assessorias nas relações internacionais de tortura e repressão, é necessário investigar a Operação Condor.

Essa Operação foi uma organização sistematizada do aparato repressivo das ditaduras militares do Cone Sul. Seus objetivos eram: trocar informações sobre militantes e opositores exilados ou refugiados das ditaduras do continente; capturar e interrogar (inclusive sob tortura) essas pessoas, a fim de obter mais informações sobre supostos envolvidos na

oposição aos governos dos diversos países do Cone Sul; trazê-los de volta aos países de origem e, em fase mais avançada da Operação, previa-se a morte desses militantes.

Em geral, as publicações sobre os órgãos de repressão tratam tanto dos Departamentos/Delegacias¹ de Ordem Política e Social (DOPS) - e se tornam mais frequentes após os arquivos destes órgãos terem sido disponibilizados para consultas; quanto sobre o Serviço Nacional de Informações (SNI), já que este era o topo de cadeia de comando e ainda se tem as publicações sobre a ação dos militares. Todavia, sobre as AESI's e as funções de repressão que cumpriram, ainda são poucos os estudos concluídos², embora fossem elas que estivessem diretamente vinculadas às autarquias, empresas públicas, universidades etc.³ Tampouco, são vistos trabalhos que se detiveram na relação entre as Assessorias sediadas na Itaipu e na Operação Condor no Brasil. Nesse sentido, torna-se fundamental estabelecer esse elo e compreender como se deu o processo de início da ditadura no Brasil.

No Brasil, a ditadura militar entre 1964 e 1985, foi uma nova fase na sociedade, decorrentes de períodos anteriores, e várias são as discussões que esse período da história republicana provoca. O seu fim tampouco foi menos controverso. Há que se considerar o interesse sobre o período, podendo justificá-lo pela abertura dos arquivos históricos produzidos pelos militares e

¹ Há diferença entre a nomenclatura dos DOPS. Em alguns Estados eles recebiam nome de Delegacias de Ordem Política e Social, em outros, seus nomes são de Departamento de Ordem Política e Social. A respeito dessa questão, ver: OLIVEIRA, Nilo Dias. A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado.

² A respeito das Assessorias, ver sobre a AESI da USP, amplamente divulgada quando foi descoberta e inclusive, foi comprovada sua participação na extradição de estudantes estrangeiros. Conferir: SANTOS, Márcia Guena. Operação Condor – Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70. São Paulo: PROLAM/USP, 1998 – Vols. I e II. Dissertação de Mestrado. Mais recentemente, depois da descoberta de documentos da AESI UFMG, Rodrigo Patto Sá Motta passou a escrever uma série de artigos a respeito do funcionamento das Assessorias nas Universidades brasileiras, especialmente a da UFMG. Ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades”. Revista *TOPOI*, v. 9, n. 16, jan-jun 2008, p. 30-67. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16.htm> (Acesso em: 27 mar. 2010), e “Incômoda Memória: os arquivos das ASI Universitárias”. Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: 2008, p. 43-65.

³ Durante a pesquisa, foi encontrada muita documentação acerca de várias Assessorias no Brasil. Há inclusive indícios de que elas existiram em empresas privadas, mas isso demandaria maiores estudos, uma vez que, se há dificuldade ainda de se fazer pesquisas no Brasil sobre a ditadura relacionada aos órgãos públicos, isso seria ainda mais difícil por se tratar da iniciativa privada.

instituições à época da ditadura, tanto brasileira, quanto nos demais países do Cone Sul que vivenciaram sistemas semelhantes.

No interior destas ditaduras, a estrutura repressivo-militar também tem sido objeto de trabalhos de diversos pesquisadores. Atualmente, há uma vasta bibliografia que trata da estrutura da repressão, pois entender como a ditadura militar brasileira se perpetuou por anos, pressupõe compreender a extensão do poder que os militares possuíam, as relações estabelecidas desses militares com o Estado, bem como a atuação dos órgãos existentes para que houvesse a coerção dos que eram apontados como opositores ao governo. Afora esses elementos, há que se ressaltar um profundo vínculo existente entre os militares e as frações da burguesia, fundamental para que o golpe fosse estruturado em 1964 e mantido por 21 anos no Brasil. Este aspecto será aprofundado ao longo desse trabalho, pois ele se torna a medida da explicação da existência de tantos órgãos de informação no Brasil, e estabelece, em alguns casos, relações com os países membros da Operação Condor.

Pela lógica do Estado liberal é obrigatória a existência dos órgãos de informações. Elas se tornam, portanto, uma competência do governo e da máquina administrativa, existindo nas instâncias que são responsáveis pela Legalidade Nacional. Nesta lógica, o Estado é o mediador entre a lei e a sociedade e para fazer valer a ordem e o cumprimento dos preceitos legais, em princípio acordados por todos, necessita de um aparato que lhe dê respaldo. Aparato este com condições de, se necessário usar da força armada, legitimada pela defesa do bem comum.

Tal é a tese defendida por, por exemplo, Max Weber, para o qual, o Estado possui o “monopolio de la violencia legítima”. Aliás, para ele, o Estado é toda associação política que pode ser definida “sólo en función del medio específico que le es propio, es decir, en función del uso de la violencia física” [...] con el monopolio del uso legítimo de la fuerza física en un territorio determinado, caso contrario surgiriam situações de “anarquia” [...] “Al igual que las instituciones políticas que lo precedieron, el Estado es una relación de hombres que dominan a otros, una relación que se apoya en la violencia legítima (es decir, en la violencia considerada legitima)”. (WEBER, 2003:38-39)

Weber considerava ainda que tal autoridade se respaldava, em primeiro lugar, ao comportamento inerente aos indivíduos em sociedade de submeter-se, ou seja, a “autoridade do passado”. Por outro lado, pelo fato de quem exerce a dominação possui a legitimidade da vocação, isto é, o “domínio carismático”. Ambos se legitimam pelo “domínio da legalidade”, para o qual se espera obediência e cumprimento das obrigações instituídas legalmente.

Assim completa ele:

[...] El Estado moderno es una asociación obligatoria, que organiza el poder. Ha tenido éxito al tratar de monopolizar el uso legítimo de la fuerza física como medio de dominio dentro de un territorio. Para este fin el Estado ha concentrado los medios materiales de gestión en manos de sus líderes y ha expropiado a todos los funcionarios autónomos que antes controlaban estos medios por derecho propio. El Estado ha tomado sus posiciones y ahora ocupa el lugar mas elevado [...]. (WEBER, 2003:43)

Ora, o que se observa nas ditaduras que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX – para não citar o ciclo ditatorial anterior – é que sequer se respeita o sentido da violência legítima preconizada pelo Estado liberal e sequer os períodos de distensão ditatorial fazem vigorar os preceitos básicos do liberalismo, ou seja, os preceitos de igualdade e de liberdade de todos perante a lei.

O cotejamento entre tais preceitos e o que se verifica na organização dos Estados latino-americanos ao longo do século XX, incluindo-se aí o Brasil, é o uso desta violência de forma arbitrária, pois, ao arrepio da lei.

São as evidências desta distorção que remetem aos preceitos sobre esta questão num texto Karl Marx. Para ele, que concorda com Hegel, o Estado anularia as diferenças de nascimento (referentes à nobreza) e de status social, e de ocupação (referentes às livres oportunidades). Mas, continua ele,

[...] o Estado deixa que a propriedade privada, a cultura, a ocupação ‘atuem a seu modo’, ou seja, como propriedade privada, como cultura e como ocupação, e façam valer sua natureza ‘especial’. Longe de acabar com estas diferenças de fato, o Estado só existe sobre tais premissas [...]. Onde o Estado político já tiver alcançado seu pleno desenvolvimento, o homem leva, – não só no plano do pensamento, da consciência, mas também no plano

da realidade, da vida, – uma dupla vida: uma celestial e outra terrena, a vida na ‘comunidade política’, na qual ele se considera um ‘ser coletivo’, e no da ‘sociedade civil’, na qual ele atua como ‘particular’; considera os outros homens como meios, se degrada a si mesmo como meio e se converte em joguete de poderes estranhos. (MARX, 1991:37-41)

Tais considerações nos permitem ponderar que a análise da realidade dos dois países que são objetos desta pesquisa demanda um aprofundamento no significado da natureza do Estado. Teoricamente, uma empresa, que foi construída para atender necessidades de demanda por energia elétrica de fonte hidráulica, não deveria possuir em sua estrutura um órgão denominado Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) vinculado aos órgãos repressivos da ditadura militar brasileira, e este estabelecer conexões com o Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación (ESMAGENFA), bem como, com o órgãos inferiores na hierarquia das informações no Paraguai.

Ou seja, qual é o sentido que adquire, sob o aparato ditatorial, o fato do sistema de Segurança Nacional se transformar em um sistema repressivo, cujo inimigo a ser combatido é o interno, isto é, a própria população?

A compreensão do problema se dá na medida em que são pesquisadas as particularidades e as similaridades desses sistemas, com durabilidades distintas, mas que tinham em comum, formas de ação, planejamento de atividades, treinamento de pessoal, relações com as demais nações, tanto do “Bloco Capitalista”, quanto do “Bloco Socialista”. Nesse caso, deve-se lembrar que o mundo estava regido por um sistema bipolarizado, por áreas de influências desses Estados – socialistas ou capitalistas. Portanto, eram comuns no período, acordos de não-agressão entre essas nações, acordos secretos bilaterais ou multilaterais, que envolviam ambas ou demais nações e, conforme é conhecido, acordos para a troca de prisioneiros considerados ameaçadores às ditaduras ou aos regimes instituídos.

No bojo da discussão sobre os golpes militares do Cone Sul e das ditaduras que os sucederam, está a Binacional. O projeto inicial de construção da empresa data do governo de Jânio Quadros. Seu sucessor, João Goulart, manteve o intento, já que estava em evidência a discussão do assunto na

imprensa. Em 1957, o Brasil já desenvolvia perspectivas de aproveitamento hidráulico de rios no Paraguai.

John Cotrin afirmou que inicialmente, a possibilidade que se pensava de parceria nessa empreitada era com os russos, mas que por fim, não aconteceu (CABRAL, 2000). Até 1966, a situação das “Sete Quedas” ficou diplomaticamente complicada entre Brasil e Paraguai. Por causa da divisão das fronteiras na região, o que o Brasil entendia como seu território, o Paraguai reivindicava como pertencente ao seu lado de fronteira. A situação foi resolvida em 1966, quando Castelo Branco assinou com o Paraguai o acordo que ficou conhecido como “Ata de Iguazu”.

A construção de Itaipu, no entanto, data de um momento posterior. O documento que oficializou a construção foi o “Tratado de Itaipu”, em 1973. A sua construção, portanto, data do período das ditaduras militares do Brasil e do Paraguai. Tal projeto, todavia, celebrou um acordo estratégico muito importante para o Brasil, conforme será visto.

De fato, naquela fase, o Brasil estava afinado com o capital internacional a tal ponto que foi o país que mais recebeu investimentos norte-americanos no Cone Sul, superado apenas pela Venezuela, devido à prospecção de petróleo (LAINO, 1974). Além disso, teve também uma grande concentração de empresas estadunidenses e elas precisavam de um maior potencial gerador de energia. Por isso, os investimentos em energia elétrica. Vale ressaltar que o acordo sobre a construção encontrava vozes dissonantes no interior da sociedade de ambos os países.

Sem dúvida, a questão do “gerenciamento” na região feita pelo Brasil teve o consentimento dos Estados Unidos. Num mundo dividido em dois blocos, por áreas de influência, mesmo que houvesse resistência de um setor de militares, como o caso do próprio presidente Geisel (D’ARAUJO, et al, 1997) à intervenção norte-americana nas relações nacionais e internacionais no Cone Sul, percebe-se a participação dos Estados Unidos na política desenvolvida pelos países que estavam sob intervenção militar na América do Sul de diversas formas. Ela vai desde a dependência econômica a questões sociais e passa por intervenções em questões estratégicas. Foi durante o governo de Nixon nos Estados Unidos, que o Brasil conseguiu autorização para ser a “polícia do continente” (CHIAVENATO, 1980:140). A partir do governo Médici,

iniciou-se o processo obsessivo da construção da Usina de Itaipu. Essa nova postura definiu o apoio do governo Stroessner às diretrizes econômicas do Brasil, o que corrobora para que este ampliasse suas expectativas de se transformar na potência hegemônica do Cone Sul. Caso contrário, a Itaipu não teria justificativa técnica de existir. Ela “é a mais poderosa arma da geopolítica brasileira. É um fato concreto: é a marca da vitória especialmente contra os argentinos”. (CHIAVENATO, 1980:143)

O que é controverso é o fato de que o interesse inicial era na geração de energia. Assim, fica um tanto deslocada, a ideia de colocar um órgão de informações dentro de tal empresa. Qual seria o sentido de colocar na Itaipu um órgão policial? A quem atende e a quais objetivos?

Como os vizinhos de fronteira, os estrangeiros, os menos desenvolvidos eram seres que inspiravam uma grande desconfiança, nada melhor do que dentro dessa empresa existir um órgão de informações, que informasse o que acontecia na região, e, melhor do que isso, que já estivesse em condições de prestar serviços às ditaduras de ambos os países, dada a natureza jurídica da empresa – Binacional.

A comprovação da existência da conexão das polícias do Cone Sul se deu em pesquisas feitas pelo Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Palácio de Justicia, no Paraguai, conhecido como *Arquivo do Terror*. Num desses documentos, o órgão de informação registrou que a orientação aos membros do MODEPA (Movimento em Defesa da Pátria) do Paraguai era para trabalharem “tanto nas empresas do lado paraguaio como brasileiro. Devem ser os mais capazes e aptos para o trabalho. Devem ganhar a confiança de todos”. (SANTOS, 1998, v.II:162) Anos mais tarde, novos documentos que comprovaram “a participação dos militares que atuavam no Centro de Informações do Exército (Ciex) e na Assessoria Especial de Informações de Itaipu, no sequestro e morte de Agustín Goiburú”. (PALMAR, 2008, <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>).

Também em nosso trabalho, encontramos documentos que me levaram diretamente a essa relação, como por exemplo, o documento que alega haver na Binacional um “treinamento de guerrilhas e doutrinação de operários de

Itaipu”.⁴ Assim, esse pedido de busca, alegava que os operários paraguaios, trabalhavam do lado brasileiro, controlados pelo escritório de “Puerto Stroessner” (da Itaipu). Seriam esses operários, doutrinados por líderes da suposta esquerda paraguaia.

A vinculação entre os órgãos de informações no Cone Sul já não é mais conteste, dadas as evidências apontadas por vários autores. O que ainda está por ser estudada é o papel que coube à Itaipu nesta relação.

Condições para intermediar as atividades repressivas esta empresa tinha, dada a sua importância naquela região, porque era uma empresa binacional, tinha um órgão de informações interno que emitia relatórios sistematizados, porque estava numa região fronteira, com trabalhadores contratados advindos não apenas do Brasil, mas também dos países vizinhos.

Para tal intermediação, a AESI Itaipu Brasil emitia sistematicamente pareceres acerca dos contratados pela empresa ou por um dos consórcios construtores de Itaipu. Cada funcionário contratado passava por verificações. Nas listas que encontramos, percebe-se que eram enviados aos Estados de origem desse trabalhador, pedidos de informações a seu respeito.

Sobre qualquer indício de irregularidade em sua vida pregressa, na opinião dos agentes da AESI, procediam-se tramitações de documentos. Eram comuns despachos com pedidos de verificações em listas de funcionários com nomes marcados em vermelho. Conseguimos encontrar oito listas nominais de trabalhadores que tiveram suas vidas pregressas vasculhadas.⁵ Se imaginarmos que a Binacional teve, no auge das construções cerca de 40 mil homens trabalhando ao mesmo tempo, pode-se imaginar a quais níveis chegaram os trabalhos de investigação levados por ela (AESI), bem como pelos órgãos que eram remetidos os pedidos de informações.

Assim, o estudo sobre a participação da Assessoria envolve atividades de informação, tanto para entidades brasileiras e paraguaias – incluindo para a própria Itaipu Binacional. Ou seja, configurar qual foi o papel cumprido pela Assessoria dentro da Operação Condor, detalhando qual foi seu nível de participação e como agiu. Há também indícios, na documentação, que nos permitem reflexões sobre o papel cumprido por aparelhos paralelos,

⁴ “Centro de Guerrilhas e atividades subversivas”. Acervo: DOPS/PR – SNI – caixa 213, 23/01/1975, origem: SNI/ACT, difusão: DOPS = PM/2.

⁵ Cada uma dessas listas está devidamente discutidas no quarto capítulo dessa dissertação.

financiados pelo consórcio de empreiteiras construtoras e que funcionavam no canteiro de obras da Binacional. Os chamados aparelhos paralelos eram os locais clandestinos em que aconteciam sessões de tortura fora da unidade oficial (a AESI). Dentre os mais famosos do período, temos a Casa de Petrópolis, onde funcionavam sessões de torturas, denunciadas posteriormente pelos presos políticos que sobreviveram a ela. O aparelho repressivo de Itaipu parece se configurar no mesmo sentido.

Concernente à própria Itaipu Binacional, encontra-se o conflito entre o Estado brasileiro e a desapropriação dos moradores da região de Itaipu, com todos os desdobramentos característicos desse tipo de desapropriação efetuado pelo Estado, somado ao problema do período – ditadura militar em ambos os países construtores. A Usina Hidrelétrica de Itaipu:

[...] surge em consonância com [aquelas] premissas: o Estado assume a responsabilidade de construção de uma obra de infra-estrutura que favorecerá as condições gerais de produção através da geração de energia – questão fundamental para o processo produtivo [...]. (GERMANI, 2003:13)

Também nesse caso, encontramos documento que nos permite vislumbrar o acompanhamento sistemático desses trabalhadores que foram desapropriados. Esses trabalhadores constituíram um movimento conhecido na região como Movimento dos Trabalhadores Sem-terras do Oeste do Paraná (MASTRO)⁶. O que verificamos, é que as reuniões desse grupo eram acompanhadas sistematicamente, através de anotações da reunião, que destacavam as “falas” mais importantes da reunião.

Para tanto, a preocupação foi econômica, não importando aos Estados (brasileiro e paraguaio) como ficaria a situação dos moradores da região que foram desapropriados.

Durante as leituras bibliográficas, o levantamento da documentação e participação em diferentes debates, percebe-se quão escassas são as referências à Assessoria. Pouco se falou dela, o que chamou bastante atenção.

⁶ Acervo Aluizio Palmar, 20/11/1984. Origem: CIE. Difusão: AC/SNI Difusão anterior III Ex.

Como uma arma geopolítica, binacional, incrustada numa das principais fronteiras internacionais do Brasil mereceu tão poucos estudos? Raros foram os momentos em que nos deparamos com referências a ela. Dentre eles, destacamos em primeiro lugar o que traz um esquadramento dos órgãos de repressão, suas funções no organograma de repressão e ação desempenhada. Mas o trabalho, embora cite a AESI Itaipu, não se detém em analisá-la (FICO, 2002).

A pista decisiva dada sobre a Assessoria foi encontrada num trabalho que tinha como foco a busca de corpos de um grupo que entrou clandestinamente no Brasil a fim de organizar a resistência armada contra a ditadura. Lá estão os dados que nos levaram ao encontro da documentação referente às AESI's, pois aparecem referências à troca de informações, prisioneiros, sequestros e mortes.⁷ A pista nos incentivou na busca da documentação comprobatória da vinculação acima referida:

Descobri também durante minha pesquisa no arquivo da Polícia Federal, vários detalhes sobre a participação de Itaipu, através da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI), no esquema repressivo dos governos militares. Durante 15 anos a AESI espionou e emitiu relatórios que eram disseminados sistematicamente aos demais órgãos de repressão do regime ditatorial implantados após o golpe militar de 1964 [...]. (PALMAR, 2005:121)

O acordo secreto para tal controle foi formalizado em 1975. A estrutura da Operação, a forma de produção de documentos pelos órgãos de repressão, bem como se deu a montagem do sistema (SANTOS, 1998) pode ser encontrado num levantamento feito por Márcia Guena dos Santos nos arquivos paraguaios revelando meandros da Operação Condor.

⁷ PALMAR, Aluisio. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba: Travessa dos Editores, 2005. O autor analisou alguns documentos referentes a esta assessoria, destacando quais ações foram efetuadas pela Assessoria e qual foi o seu papel no sistema de repressão. Mas sua preocupação era a de buscar os corpos de um grupo de guerrilheiros que entraram no Brasil clandestinamente, sob o comando de Onofre Pinto e a tutela do Cabo Anselmo. Embora cite a Assessoria constantemente, centrou a busca de documentos nesta temática. As funções e o papel das AESI na Operação Condor não foi seu objeto de estudo, até porque seu trabalho encontrou muitas dificuldades de realização devido às leis em vigor no Brasil acerca da investigação dos mortos e desaparecidos políticos. Após sua pesquisa para esse livro, Palmar tem publicado vários artigos e concedido entrevistas para discutir também o papel suspeito cumprido pela AESI Itaipu, o que colaborou bastante com o andamento dessa pesquisa.

Com a rede de informações do Brasil no exterior, também se envolveram as embaixadas e consulados em diversas partes do mundo, extrapolando as fronteiras do Cone Sul (QUADRAT, 2004b).

Mas também se percebe, de acordo com a bibliografia, que outros autores ampliaram as informações sobre a participação dos vizinhos, ao acrescentarem o Peru e a Venezuela. Além dos órgãos de informações dos países membros, a Operação Condor também “conseguiu o apoio e a participação de companhias aéreas; médicos; funcionários de cemitérios e Institutos Médicos Legais, e para ações na Europa, de grupos de extrema-direita espanhóis e italianos”. (QUADRAT, 2004 a:155)

Várias considerações foram feitas acerca da viabilidade da obra de Itaipu (PEREIRA, 1974). Alguns consideraram sobre a sua inviabilidade econômica para o Brasil, percebendo-a como um prejuízo financeiro Brasil, uma vez que este teria de fazer empréstimos internacionais para a construção e ainda emprestar parte desse dinheiro ao Paraguai, beneficiando principalmente esse último com tal projeto. Mas as opiniões são controversas. Outros ponderaram que o Brasil saiu beneficiado com a construção, enquanto o Paraguai pagou muito caro pela empresa, endividando-se em níveis estratosféricos. É tão notória essa controversa, desde o período, que em campanha presidencial em 2008, Fernando Lugo, hoje presidente eleito do Paraguai, discutiu a revisão de tal acordo, encontrando respostas enraivecidas do setor brasileiro.

A construção da empresa envolve uma série de fatores, que vão desde a reestruturação do espaço, os envolvidos na construção, a marginalização de atores sociais até a criação de um “ente jurídico inédito, mesmo no Direito Internacional, pois as decisões só podiam ser tomadas em comum acordo entre os governos dos dois países, e qualquer providência unilateral representaria violação do tratado e interferência nos assuntos em um ou outro país que se comprometiam a construir a Hidrelétrica de Itaipu”. (RIBEIRO, 2002:25)

Dados apontados revelam que as desapropriações para a construção da empresa, incluindo lago e barragem, chegam a 40 mil brasileiros e 20 mil paraguaios. Outro dado relevante é a questão da situação dos trabalhadores, já destacada um pouco acima e que reflete a postura do Estado em desenvolver

o projeto a qualquer custo. Novamente, encontramos a referência de que Itaipu “tinha seu próprio aparelho policial, responsável pela vigilância e segurança dos trabalhadores” (RIBEIRO, 2002:67). Durante a pesquisa, comprovamos que tipo de segurança esse aparelho prestava. Ia desde a impossibilidade de conseguir folga e atestados médicos até a vigilância sistemática. Isso evidencia que não era com a integridade de seus trabalhadores que a empresa se preocupava.

Assim, dentro da discussão apresentada acima, considera-se fundamental entender quais fatores se interrelacionam na conexão repressiva. A intersecção entre as Assessorias Especiais de Segurança e Informações e a sua integração no sistema repressivo; questões inerentes à forma como se deram a construção de Itaipu e seu papel na região da fronteira.

As fronteiras geográficas são preocupação secular do Estado Nacional. Nos estudos que fizemos, encontramos autores que se preocupavam com essa questão desde pelo menos o início do século XX. Isso, mesmo depois da Guerra da Tríplice Aliança, que foi um momento de afirmação dos Estados da região pelo controle do Estuário do Prata. Alguns chegam a afirmar que a política desempenhada pelo Brasil na região vem desde a Guerra, até certas formas de incentivo à ocupação de brasileiros nas fronteiras, ou mesmo de empresas nacionais. Tudo isso, seguindo uma norma geopolítica que futuramente foi mais bem organizada teoricamente pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Esses fatores desembocaram na conexão das AESI's, durante a ditadura militar com os demais, principalmente os órgãos paraguaios. Sua participação na Operação Condor são questões que merecem ser estudadas mais detalhadamente.

As conexões entre os diversos órgãos, como vimos, extrapolam as fronteiras, e demonstram haver uma identidade de objetivos entre os detentores do poder, ou seja, dos governos desses Estados. Isso, necessariamente, abre a questão: que tipos de Estados são esses? Qual sua natureza, uma vez que necessita se utilizar desses aparatos repressivos para manterem-se? A resposta encontra-se na constatação de que se trata de um modelo bonapartista, em que a burguesia assume o poder sob os auspícios das armas, quando nem ela própria, enquanto classe, conseguia manter o

controle de suas divergências internas, além do temor de uma sublevação da classe trabalhadora.

Para tanto, necessitava de órgãos de segurança e informações, tais como o Serviço Nacional de Informações, que na sua cadeia hierárquica, tinha como agências, as AESI's.

As AESI's Itaipu tinham em sua lógica de funcionamento seguir os ditames das cadeias de comando superior, o Sistema Nacional de Informações (SISNI), organizado segundo as normas da ditadura militar. Essas AESI's se estendiam para além das fronteiras nacionais, situadas numa empresa binacional, pertencente ao Brasil e ao Paraguai, auxiliando, como todas as suas similares, na manutenção dessa forma de governo. Conforme é sabido, os órgãos de informação faziam parte de um dado sistema de poder, subordinado ao Estado. Estes, por sua vez, se vinculavam a um aparato repressivo em escala, ao menos continental – a Operação Condor. O cerceamento à liberdade de organização, expressão e de vinculação da soberania nacional, apenas aos interesses ditatoriais foram justificados por intensas divulgações que veiculavam os preceitos da ideologia de Segurança Nacional, o que era acompanhado pelas massivas notícias sobre o crescimento econômico.

A dualidade repressão-desenvolvimento para a sustentação do Estado moderno se fez lançando mão da ideologia de crescimento, desenvolvimento, propaganda, ordem e progresso, mesmo usando expressões como revolução, embora seja evidente que se tratou de um discurso contra-revolucionário.

Tivemos, no Brasil, a divulgação do crescimento econômico 'o milagre' associado à ideia da moral e dos bons costumes - como é o caso da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade" e à "revolução" que adentraria o Brasil na modernidade; a organização da propaganda e da publicidade através de uma agência estatal – a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP); a desqualificação de qualquer crítica a partir de slogans como "Brasil Ame-o ou deixe-o", tudo isso muito bem orquestrado pelos ideólogos do governo e pautado pela Doutrina da Segurança Nacional.⁸

⁸ Para as *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*, ver PRESOT, Aline. "As Marchas da Família com Deus pela Liberdade". Rio de Janeiro, PPGHS – UFRJ, 2004; para a propaganda, ver: FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997; para o milagre econômico, ver: SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo 1965 – 1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

Tal poder emana para todos os meandros da sociedade através de seus mecanismos de cooptação e coação que se somam à brutal coerção. É através da identificação dos indivíduos que se opera a manutenção de tal violência.

Utilizando-se do pretexto fornecido pelo capital internacional e particularmente orquestrado pelo governo norte-americano, no bojo do receio de uma “cubanização” da América Latina, estende-se a ideologia da Guerra Fria, da ameaça de um “comunismo internacional”. Com tais justificativas ideológicas promoveu-se o assalto ao poder, organizou-se instituições repressivas, implemenou-se pactos secretos a fim de conter o que se dizia ser uma ameaça russa, chinesa ou cubana aos países “livres e democráticos”, ou seja, capitalistas. O contexto da Guerra Fria garantiu ao Brasil a importância de uma potência no Sul do continente americano. Ele se tornou, dentro dessas regras, uma potência de “segundo mundo”, dominando seu entorno. (LEFEBVRE, 1978: 246)

O processo de burocratização levou à produção de uma série de documentos de identificação do cidadão. Além disso, produziu relatórios, fichas e dossiês de cada um dos opositores ou não do Estado.⁹ É um processo de burocratização que engendra a manutenção desses próprios burocratas no poder. Por isso, tamanha a necessidade de controlar toda a sociedade.

Portanto, o aparato repressivo integra as malhas da burocracia e fica impregnado na estrutura do próprio Estado como elemento inerente à sua própria dinâmica.

O estudo das coordenadas dos acordos secretos latino-americanos feitos pelos diversos exércitos, que parte dos acordos anteriores à Operação Condor até seus sucessores no final dos anos de 1990, mostram que as práticas não mudaram. O que mudaram foram os alvos.

A manutenção do poder político por pequenas frações da burguesia cujos interesses se vinculam prioritariamente aos do capital internacional, em detrimento das demandas sociais, provocou, a médio e a longos prazos, a

1988.

⁹ No segundo volume de sua dissertação, Márcia Guena dos Santos anexou uma série de fichas de procurados pela ditadura brasileira, encontrados no *Arquivo do Horror* no Paraguai. Em consulta realizada ao acervo do DOPS Paraná, verifica-se extensas listas de funcionários que trabalhavam tanto para a Itaipu, quanto para o Consórcio Unicom, que tinham suas vidas investigadas pela AESI Itaipu.

criação de um “arcabouço legal de uma ordem social competitiva que deve possuir reguladores especiais contra a ‘guerra revolucionária’, a ‘agitação política’ e a ‘manipulação subversiva do descontentamento” (FERNANDES, 2006:400 - grifos do autor). Intrínseco a essa prática, surge a

[...] aplicação de novas estruturas jurídicas e políticas, a modernização de estruturas jurídicas e políticas preexistentes, a renovação e racionalização da maquinaria de opressão e de repressão do estado a adaptação de todo o aparato ideológico e utópico da burguesia a uma situação contra-revolucionária que pretende ‘vir para ficar’. (Ibidem:403)

Ao refletir também sobre a questão jurídica do Estado latino-americano, José Eduardo Faria percebeu que ele se

[...] fortalece no seu aparato constitucional, multiplica seus meios de ação e edita leis e códigos cada vez mais redigidos em termos propositadamente vagos, ambíguos e imprecisos, deixando amplas margens de escolha à base da sua interpretação e aplicação, em sua *performance* concreta ele se torna cada vez menos eficaz. Ou seja, nas décadas de setenta e oitenta, ele passa a enfrentar sérias dificuldades para mobilizar os instrumentos formais de que dispõe, passando a agir até mesmo à revelia das políticas oficiais que ele próprio formula e se propõe a executar, aceitando em certos casos a violação da ordem constitucional e abrindo assim caminho para uma forma de dominação estatal que se expressa na existência de um ‘Estado dual’, em que duas linhas de atuação – uma formal, outra informal – correm paralelas, mas com ritmos distintos e lógicas específicas, complementando-se [...]. (FARIA, 2002: 16)

Não é necessário discutir longamente a prática dos porões, perpetrada no Brasil e nos demais países do Cone Sul, alvos também de ditaduras militares. São inúmeros os autores que discutem a questão e inúmeros os casos de denúncias de ex-presos políticos. Os “excessos” cometidos ficaram na clandestinidade e foram justificados de formas normalmente desastrosas pelas cadeias de comando militar. Isso porque atribuir às mortes, aos desaparecimentos e à tortura apenas aos que estavam em “serviço”, não é suficiente para entender uma lógica de Estado que estava por detrás para salvaguardar as práticas constantes levadas a cabo pelos órgãos de repressão.

Dessa forma, para ter o poder de coação, cooptação e coerção que as ditaduras militares são capazes de engendrar dentro da sociedade, fez-se necessária a construção de aparatos repressivos de atuação constante, por exemplo, o SISNI no Brasil e a ESMAGENFA no Paraguai, com seus órgãos subordinados que configuram o sistema repressivo, o que vem sempre acompanhado também de leis suficientemente confusas para permitir a impunidade e os abusos do poder público.

O fato da substituição das ditaduras militares por modelos “democráticos”, não nos deixou livres dessas práticas, pelo contrário. Conforme pudemos verificar, foram vários documentos expedidos após 1984, dando conta principalmente da situação da classe trabalhadora de Itaipu e sua organização. Não fosse o aviso da “transição” em 1985 para um governo civil, seríamos surpreendidos pela gama de documentos que continuaram tramitando, ao menos, até 1988, exatamente da mesma forma que o foram em anos de vigência da ditadura no Brasil.

A preocupação que norteia esse trabalho é a de que a empresa Itaipu integrou a cadeia de relações que compõe o sistema repressivo no Brasil no período da última ditadura e que seu papel foi além da prestação de informações sobre a Segurança Nacional relativas às atividades inerentes às necessárias para garantir a construção da barragem para o provimento de energia elétrica. A participação desta empresa, conforme apontam os documentos estendeu-se ao regime repressivo, por compor parte do que é conhecido como a Operação Condor. O que nos leva a ponderar também que esta participação foi possível porque existe muita identidade entre os Estados brasileiro e o paraguaio no que diz respeito a seus aparatos repressivos e às manifestações da autocracia bonapartista que os domina. As AESI's Itaipu funcionaram como peça nesse sistema, cuja atividade principal seria a de informar os Estados sobre as atividades políticas das pessoas na região e rastrear os suspeitos. O elo estabelecido por essas AESI's e os demais países dentro da Operação Condor auxiliou o Brasil nas suas estratégias de dominação na região, bem como na perseguição e suspeição aos perseguidos de ditaduras dos países vizinhos.

Essa dissertação se constituiu de pesquisa realizada em arquivos no Brasil e no Paraguai, com documentos que integram a Operação Condor, bem

como a Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu Binacional (AESI Itaipu). Dessa forma, seu objetivo foi reconstituir e compreender como essa Operação foi fundamentada e procedeu ao longo dos anos que vão de 1973 até 1988.

O foco da análise está nos anos vigentes da ditadura militar no Brasil. Todavia, como obtivemos acesso aos documentos que ultrapassaram esse período, definimos também trabalhar com esse material. Além disso, a ditadura paraguaia sucumbiu em 1989 e manteve lá o mesmo regime inaugurado em 1954.

Cumprir destacar que no Brasil, o desmonte do Sistema de Informações herdado da ditadura se deu de forma bastante lenta. Apenas em 1990, o Serviço Nacional de Informações (SNI) fora desmontado. Mas em seu lugar, foi colocado a Associação Brasileira de Inteligência (ABIN). Assim, mesmo com o fim da ditadura brasileira, os documentos continuaram sendo trocados entre os órgãos de informações, ao colocar em xeque inclusive a volta à normalidade “democrática”, como muitos consideram. Essa pesquisa, inclusive demonstra que nada havia mudado na “transição” para a “democracia”. Ao contrário do que muitos pressupõem, a volta à democracia manteve o mesmo sistema montado e, sobretudo, voltado para informações acerca dos trabalhadores.

Como cerne da pesquisa, definimos como objeto, estudar os documentos referentes à Operação Condor, mas delimitados pela atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu Binacional.

As Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), ou Assessorias de Segurança e Informações (ASI), conforme nomenclatura adotada por cada órgão, foram instituídas no Brasil.

Após a aprovação do Plano Nacional de Informações e o estabelecimento do Sistema Nacional de Informações, em 1970, esses serviços sofreram nova reformulação e ampliação. As agências instaladas nos órgãos da administração civil deveriam compor os Sistemas Setoriais de Informações dos Ministérios Civis. A partir daí foi estimulada a criação de subdivisões das DSI [Divisão de Segurança e Informações], a serem estabelecidas em instituições subordinadas ao controle dos ministérios, normalmente empresas públicas, autarquias ou fundações. Essas agências foram denominadas Assessorias de Segurança e Informações (ASI) ou

Na pesquisa realizada, não se encontra quaisquer informações acerca da criação da AESI Itaipu. Por não se ter acesso completo aos documentos, uma vez que a própria Itaipu ainda não disponibilizou os documentos para a consulta, e tampouco nenhum órgão de guarda de documentos no Brasil os tenham em conjunto, por estarem as informações ainda esparsas e parcelares. Dessa forma, conforme Motta, ficou decidido considerar a criação da Assessoria no ano de 1973, visto que já havia uma tendência do próprio governo em incentivar a criação desses órgãos, e, sobretudo, porque o Tratado de Itaipu fora assinado no ano de 1973.

Na busca de informações, deparamo-nos com alguns arquivos de Itaipu. Os documentos consultados foram encontrados no Arquivo do Estado do Paraná, no Fundo DOPS, constituindo-se de pastas que o próprio DOPS recebera ou enviara para as AESI's. Também encontramos documentos que constam no Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Palácio de Justicia, conhecido como *Arquivo do Terror*, em Assunção, Paraguai. Lá, estão guardados os documentos referentes à própria Binacional, e por isso, da própria AESI, destinados a ela, remetidos a ela, ou de alguma forma fazendo referência à Itaipu.

Também se obteve acesso mais recentemente aos documentos do Arquivo Nacional, no fundo do Gabinete de Segurança Institucional/Conselho de Segurança Nacional (GSI/CSN). Todavia, optou-se por usar apenas dois documentos desse acervo, dado que não é objetivo nesse trabalho, ultrapassar o período proposto para análise e dado que se obteve acesso aos novos documentos já no final da pesquisa, se optou por analisá-los num trabalho posterior.

Além desses arquivos já tornados públicos, também se contou com a consulta em dois acervos particulares, que foram fundamentais para a pesquisa: o acervo do jornalista Aluizio Palmar e o do advogado Martín Almada.

Ainda foram documentos encaminhados pela própria Itaipu e aqueles disponíveis em sua página na internet. Ou ainda na visita à empresa, em janeiro de 2009, quando foi assistido um dos vídeos institucionais da

Binacional, dirigido ao público que a visitava. São materiais de divulgação da empresa, que foram úteis para se compreender a envergadura da obra, os investimentos, além dos dados que ela própria oferece aos seus visitantes.

Foram utilizados documentos constantes disponíveis na página do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que foram importantes no que diz respeito aos acordos de relações internacionais e as relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai.

Por fim, na página do The National Security Archive, encontramos um documento fundamental para a pesquisa, por ele ser um Memorando de uma reunião entre Nixon e Médici do final de 1971. Esse documento tornou-se para nós, o elo entre as relações Brasil-EUA, na medida em que demonstra o Brasil tornando-se um aliado importante para os EUA nessa parte do continente. Além disso, conforme veremos, Médici demonstrou o poderio do Brasil em relação aos seus vizinhos lançando mão do recurso da construção de Itaipu, que ainda não havia iniciado, mas que já se colocava como um marco geopolítico importante.

A pesquisa, conforme o leitor poderá acompanhar, foi marcada não apenas pelas informações escritas nos documentos. Também foi necessário lançar mão do recurso de interpretá-los à luz de símbolos que foram criados pelos próprios órgãos, como carimbos, papéis timbrados, marcações manuscritas, anotações e despachos no verso dos documentos ou mesmo em seu corpo. Cada uma dessas informações foi valiosa para tentar compreender a lógica imposta pelos órgãos produtores de informações, ou pelos que recebiam esses dados. Através deles foi possível acompanhar o ir e vir de alguns documentos, a tramitação e a transformação de um nome em um “inimigo” do Estado.

Para compreendermos a lógica da produção das informações pelas AESI's, encontramos um documento de 1974, referindo-se a uma reunião da Diretoria Executiva da Binacional, tendo como relator o presidente da empresa, o Coronel José Costa Cavalcanti, definiu-se a articulação dos órgãos que compunham o sistema de Segurança Nacional, dentre eles, as AESI's, entre os dois lados da fronteira. Tal articulação foi denominada de “Sistemática experimental de referencia para correspondência externa e interna e foi

regulamentada por uma resolução datada de 18 de maio de 1974, com o nº 06. Conforme a resolução:

[...] Resolução 1 - Numeração de correspondência:

A correspondência interna será numerada sequencialmente em cada órgão emitente, sempre precedida pela letra I.

A correspondência externa será numerada sequencialmente em cada órgão emitente, sempre precedida pela letra E. [...] ¹⁰

Esse documento que estabelece a referência documental da Binacional permite a compreensão de toda a lógica que norteia a produção documental, sua numeração, a origem e a difusão dos documentos. Cada setor da Binacional possuía seu próprio código indicado após a letra de origem, que consistia em uma determinada quantidade de letras, dependendo do grau do setor a que estivesse subordinado. Assim, percebe-se a conexão quando, por exemplo, em documentos de pedidos de busca de informações sobre determinada pessoa ao lado do informe, e com data anterior ao pedido de busca, aparece uma inscrição do seguinte tipo: E/AESI.G/IB/BR/0013/80.

A regra de indicação da origem “Interna” ou “Externa”, relativa ao país de origem do documento foi adotada assim pelas AESI’s o que nos remete a um outro aspecto relevante: o papel das AESI’s no sistema repressivo. Como que por decorrência do entendimento sobre a repressão, comumente se associa as AESI’s a uma rede de informações que, necessariamente não integram o sistema repressivo propriamente dito. Coletar informações sobre cidadãos que possam estar ferindo as normas legais aparece na historiografia como uma decorrência da função do Estado, de preservar a ordem e assim, em tese, o direito de todos. Nesta lógica, documentos produzidos pelas AESIs, que já funcionavam desde o início da República, não seriam, necessariamente, evidências de repressão propriamente dita. A importância que tais agências tiveram no cumprimento da Lei de Segurança Nacional, é, no entanto, reconhecida pela historiografia que identifica seu papel de fornecedora de dados e informações que subsidiaram a repressão.

¹⁰ “Sistemática experimental de referência para correspondência externa e interna”. Acervo Arquivo Nacional. Fundo: Gabinete de Segurança Institucional/Conselho de Segurança Nacional (CSI/CSN). Caixa 51 E.

No caso específico da Operação Condor, a primeira evidência foi a de que a conexão repressiva interregional só se configuraria quando houvesse grafado no documento, a expressão Operação Condor¹¹. No entanto, não apenas a conexão entre os países foi praticada através das AESis vinculadas à Itaipu, como foram respaldadas na mesma regulamentação.

Aparentemente trata-se de um problema burocrático, mas de fato, é uma evidência das mais claras de que as AESI's integraram os órgãos repressivos, pois apenas estes tinham tal codificação. Demonstra ainda que o "trabalho" desempenhado pela AESI era de conhecimento da Diretoria Executiva da empresa, bem como de seu presidente.

Ao longo do texto, será possível observar que cada um dos documentos citados, além de ser inserido o acervo ao qual pertence e também foram inseridos os dados de origem e a difusão desses documentos. Esses dados foram preservados para que o leitor tivesse a visualização dos caminhos percorridos em cada órgão e país, em vários casos.

Esse trabalho, longe de pretender encerrar a questão acerca do envolvimento da Itaipu Binacional e suas AESI's na repressão no Brasil e no Paraguai, objetiva abrir a discussão a respeito do envolvimento do Brasil na Operação Condor; demonstrar o papel cumprido pelas Assessorias na Itaipu e órgãos civis no Brasil; compreender o envolvimento da iniciativa privada nas atividades de repressão. Além disso, abre a possibilidade de pensarmos sobre o papel que o Brasil assumiu durante muito tempo em relação aos seus vizinhos no Cone Sul e como essa postura se constituiu durante a Guerra Fria, especialmente após o golpe de 1964.

Para tanto, teve-se que percorrer diversos caminhos, visto que se trata de uma documentação inédita, disponibilizada em locais diferentes, com o que foi possível preservar por pessoas ou arquivos. Dessa forma, o caminho seguido na pesquisa foi objetivado pela própria documentação.

Ainda são poucos os trabalhos referentes às Assessorias. Assim, precisa-se compreender de qual órgão estávamos falando e do seu papel na história. Dessa forma, encontramos um trabalho referente à AESI USP, produzido pela Associação dos Docentes da USP (ADUSP), e o trabalho do

¹¹ Ao consolidar-se a Operação Condor, os documentos oficiais dessa Operação eram remetidos aos países como Condor 1: Chile; Condor 2: Argentina; Condor 3: Uruguai; Condor 4: Paraguai; Condor 5 Bolívia; Condor 6: Brasil; Condor 7: Equador; Condor 8: Peru

historiador Rodrigo Patto Sá Motta a respeito da AESI UFMG. Foram trabalhos extremamente importantes para essa dissertação, uma vez que abriram a perspectiva de vislumbrarmos o tipo de informações que essas Assessorias produziram, como se organizaram e que tipo de vigilância cometeram.

No caso das AESI's Itaipu, além de produzir a vigilância aos trabalhadores – possivelmente seu principal foco –, também imprimiu a vigilância aos estrangeiros que viviam na região da Tríplice Fronteira, bem como aos perseguidos por ditaduras vizinhas e organizações da sociedade civil. Tudo e todos eram vigiados.

A constituição de Itaipu na região, atendeu a diversos objetivos econômicos, ocorridos não só para atender a preponderância do Brasil em relação aos seus vizinhos – o Paraguai trazendo-o para a órbita econômica do Brasil, e a Argentina, fazendo frente à disputa econômica –, mas também para atender à crescente demanda de energia elétrica que o país começava a necessitar, uma vez que várias empresas multinacionais começavam a se instalar no Brasil. O que podemos perceber, é que Itaipu fora, além de um objetivo geopolítico, também um objetivo do Estado para atender as demandas do capital internacional de se implantar num país com mão de obra barata e segura, visto o golpe. No processo de desenvolvimento do capitalismo que o Brasil se encontrava, hipertardiado por seu atraso em relação aos países centrais, mas ao mesmo tempo por necessitar desenvolver um parque industrial, sob o risco inclusive de comprometer ao capital internacional, foi fundamental o procedimento do Estado em criar a infraestrutura para que esse processo incompleto se alavancasse. Com essa discussão, apresentamos ao leitor o capítulo 1, visto que este se fundamentou com base nessas premissas acima explicitadas.

Além de pensarmos o problema da fronteira, também nos ativemos nos questionamentos relativos à construção da Binacional. Desde os primeiros estudos para a utilização de rios da região como fonte de energia elétrica, durante o governo de JK, passando pelos acordos de construção da empresa até sua implementação. Dessa maneira, adentramos a análise das Atas e do Tratado de Itaipu, documentos importantes para a compreensão de como se deu a construção da empresa, bem como os protocolos internacionais que

foram seguidos, o que influenciou, principalmente, na situação de dependência econômica que o Paraguai se envolvera em relação ao Brasil.

Para a construção da Itaipu, formou-se no Brasil e no Paraguai, consórcios de empresas de engenharia para atenderem as necessidades e velocidade que a obra impunha. Por esse motivo, nos detivemos em pesquisar quais foram esses consórcios e quais as relações que estabeleceram com a empresa. Para nossa surpresa, eles também se envolveram na repressão, financiando ou prestando informações às AESI's da Binacional, o que demonstra uma nefasta parceria entre público e privado.

A dinâmica de desenvolvimento que se impunha ao Brasil no período pode ser vislumbrada pelo seu atraso histórico em relação ao capitalismo internacional. Assim, no segundo capítulo nos propusemos a atender para esses aspectos, que somados, deram o tom da construção de Itaipu.

Mas a Itaipu, fora um dos braços da Operação Condor. Isso se deu com a criação das AESI's dentro da empresa. E a forma particular de “contribuição” que esses órgãos deram aos organismos internacionais de repressão, bem como a inserção da Operação no Cone Sul foi objeto do terceiro capítulo do trabalho.

Por fim, nos ativemos em analisar que tipo de vigilância as AESI's fizeram. Percebemos que, desde os “subversivos” ou comunistas, passando por estrangeiros, organizações ligadas às Igrejas, trabalhadores sem-terra, atingidos por barragens, partidos – de esquerda ou liberais -, opositores de Stroessner, militantes de organizações da esquerda argentina, e principalmente, os próprios trabalhadores de Itaipu configuraram-se no rol de suspeições, donde pudemos verificar que vigiava-se a tudo e a todos. Foram tentáculos enormes que as AESI's constituíram, no seu afã de espionar, emitir relatórios, informar aos órgãos dos sistemas brasileiros e paraguaios. Como era um material farto para procedermos ao exame, definimos que este seria o quarto capítulo dessa dissertação.

Obviamente, o exame do material, bem como o caminho percorrido de análise, que se objetivaram como capítulos desse trabalho tiveram como norte o pensamento de que seria a análise imanente. Assim, conforme Chasin, a análise imanente torna-se o caminho fundamental para procedermos à

verificação dos documentos, ao extrair deles o que estava exposto e neles próprios estabelecer os nexos constitutivos do objeto.

Nas palavras de Rago Filho, esse processo se daria com

[...] a recusa dessa imputação de “misticismo lógico”, e sim, a presença incontestável de três grandes críticas de talhe ontológico que se acham estreitamente vinculadas e permitem a compreensão do mundo regido pelo capital em sua historicidade, suas contradições sociais, suas formas de dominação, o universal concreto, e, a partir da compreensão do existente, a revolução do trabalho [...].¹²

Dessa forma, nosso proceder investigativo se deu observando o objeto – AESI's Itaipu – em consonância com os objetivos que a permeavam: as fronteiras que o Brasil delimitou, os interesses por detrás do desenvolvimento do Estado brasileiro, a relação que se impôs entre as empreiteiras construtoras da obra e o Estado, a importância de um aparato estatal capaz de promover a suspeição, a necessidade da geração de energia e a correlação entre esse último aspecto e os demais. Seguindo esse trâmite, que analisamos nossa documentação e reconstituímos a história que envolveu a Binacional nos anos de 1973 até 1988. Essa solução de análise nos permitiu verificar na documentação sua gênese e função social, as características de classe que estavam embutidas, por detrás do olhar dos agentes de investigações das AESI's, ou dos órgãos que produziram os documentos e a elas remeteram.

Essa foi a lógica que a própria documentação impôs, e que se transformou nessa dissertação.

¹² RAGO FILHO, Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao2/Antonio_Rago.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2010.

Capítulo I – A Geopolítica e a Itaipu

Um dos fatores fundamentais que necessita ser explicitado para a compreensão da importância que a Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) possuiu, instalada na Hidrelétrica de Itaipu, tanto na configuração das relações internacionais com os países da região, em especial com o Paraguai, quanto na Operação Condor, é a sua posição geográfica. Assim, o objetivo deste capítulo é analisar como a Itaipu foi instalada na região da Tríplice Fronteira. Ao longo dos estudos, percebemos que entender a configuração dessa AESI não significava apenas explicá-la num modelo que privilegiasse a concepção de que a comunidade de serviços de informações existia no Brasil, mas que era necessário objetivar os nexos constitutivos que nos permitissem situar seu *modus operandi*, ou seja, suas articulações com o país vizinho, as estratégias e táticas utilizadas por seus agentes, o grau de inserção física, política e social que adquirem na região, seus colaboradores, contra quem dirigem suas vigilâncias e repressões.

Dentre esses nexos foi possível destacar a atuação da Assessoria na região, considerada área de Segurança Nacional e, portanto, de vital importância para a “defesa nacional” conforme o Decreto Lei 314/68:

[...] o Conselho [de Segurança Nacional] dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da Segurança Nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis, como órgãos complementares. [...]

Mas esse decreto apenas corroborou em grande medida com o Decreto Lei 1.351/39, que em seu Artigo primeiro previa: “São criadas colônias militares de fronteiras, em locais escolhidos pelo Conselho de Segurança Nacional, dentro da faixa de 150 quilômetros a que se refere o art. [165](#) da [Constituição Federal](#), e subordinadas diretamente ao Ministério da Guerra”.

Conforme se pôs essa legislação no Brasil, podemos perceber que as regiões fronteiriças, discutidas em âmbito internacional e integrantes de acordos deste mesmo porte, foram paulatinamente adentrando as prerrogativas da Lei

de Segurança Nacional. Ademais, em ambos os decretos percebemos uma sobreposição ao outro, não havendo o interregno no período dito democrático, tampouco mudanças profundas na legislação que fizessem o anterior cessar vigência. A prática da legislação por decreto, um recurso de exceção, é costumeiro no Brasil e perpassou os períodos democráticos tanto quanto os ditatoriais. Os preceitos da Segurança Nacional se consolidaram na Doutrina de Segurança Nacional, que definiu não apenas o inimigo externo (Rússia, China e Cuba), mas também o interno que, ao longo da ditadura, tornou-se o alvo principal da atenção, vigilância, perseguições e repressão. Em outras palavras, o inimigo era o próprio povo, e não potenciais ataques estrangeiros.

Amparado por esse recurso das leis de exceção, e devido à importância dada à região, esse pressuposto se desdobrou na existência da AESI Itaipu na comunidade de informações nacional e nos demais países do Cone Sul, especialmente o Paraguai e a Argentina.

A questão da Segurança Nacional nas regiões das fronteiras integra a lógica mesma da formação de um Estado-nação e/ou de um país e, em geral, as tensões entre os países ativam as medidas, com o intuito de proteger a região que as circunda. No entanto, a especificidade do caso é que a ênfase na proteção às fronteiras, não decorre das tensões entre os países em confronto, mas sim de uma colaboração para a proteção das ditaduras, para a vigilância e repressão ao “inimigo interno”.

Assim não é de se estranhar o aumento do controle sobre as fronteiras, embora em regime de colaboração, na troca de informações sobre pessoas consideradas suspeitas ou formalmente perseguidas em uma ou outra região.

Ganhou destaque neste período, a instalação de agências de segurança e particularmente dos serviços de informações, pelo lado do Brasil, o estado do Paraná, uma vez que a Tríplice Fronteira se configura como uma área privilegiada de saída do país, por fazer fronteira com dois países limítrofes: o Paraguai e a Argentina.

Portanto, nossa análise começará por entender esse lugar, onde se localiza a Itaipu Binacional e que integra o projeto geopolítico de Segurança Nacional.

1.1 - As fronteiras ao longo da história do Brasil

Num país de extensão territorial como o Brasil, manter as fronteiras protegidas e invioladas sempre foi uma preocupação do Estado. Alguns autores¹³ chegam a afirmar que, desde o Tratado de Tordesilhas, a metrópole lusitana colocava à colônia, o problema de aumentar o território e de conquistar maiores riquezas. No período chamado União Ibérica, foi possível ampliar o território, uma vez que sob o governo do Império Espanhol, investiu-se na procura das riquezas pelo interior da colônia. Com a separação do Império Espanhol do Português, novamente iniciaram as disputas pelo espaço interno, projetando as bandeiras, com a intenção do descobrimento das riquezas no interior.

A partir daí, vários tratados entre Portugal e Espanha foram estabelecidos para que se definisse o que seria a parte portuguesa e espanhola da América. Basta lembrarmos que, nas negociações, os colonizadores da região, que chamamos hoje de Brasil, perceberam de início que a ocupação da região seria assegurada seguindo o curso dos principais rios: o Rio da Prata e o Rio Amazonas. Suas bacias seriam fundamentais para garantir que o território fosse unificado e, além disso, seriam úteis para que se firmasse a ocupação portuguesa, garantindo a interrelação com os espanhóis.

No período imperial, essa preocupação acabou configurando a Guerra da Tríplice Aliança. Mas nela, podemos também incluir o interesse brasileiro em dominar o Estuário do Prata.

Nessa guerra, além da disputa de territórios entre os países da região, ainda contamos com os interesses ingleses, nação imperialista que visava aumentar a sua força na região, minar o desenvolvimento paraguaio e garantir assim que se aprofundassem as relações de dependência, visto que foi a Inglaterra, a investidora de recursos para que a guerra se ocorresse.¹⁴

¹³ Ver por exemplo em: ANDRADE, Manoel Correia. *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Papirus, 2001. Nessa obra, o autor se preocupou em delimitar os principais tratados de limites com implicações mais severas na geografia do Brasil, como o Tratado de Tordesilhas e de Madrid, por exemplo.

¹⁴ BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A diplomacia do dólar: moeda e império (1898-1914) in *Economia política internacional: análise estratégica*. UNICAMP-SP: Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais – CERL. nº4. jan/mar.2005.

Em que pesem às circunstâncias do interesse inglês em destruir a produção interna paraguaia que poderia começar a ameaçá-los, o fato é que a guerra foi empreendida, de fato, pelos vizinhos do Paraguai – Brasil, Argentina e Uruguai, o que nos remete à compreensão do que significou para o Brasil ocupar a chamada “Tríplice Fronteira”. Naquele momento histórico, a Inglaterra, dado o estágio de desenvolvimento de seu capitalismo, necessitava ampliar os mercados de consumo internacional. Tanto isso se colocava que, ao mesmo tempo em que se abria a possibilidade de vender produtos para a guerra, conseguiriam maiores dividendos com os empréstimos para subsidiar os custos que essa mesma guerra geraria – uma vez que nenhum dos países: Brasil, Argentina e Uruguai teriam condições de custeá-la, e ainda minaria o possível desenvolvimento paraguaio, que se punha como processo ainda que hipertardio.¹⁵

Com a guerra, se ganhava a possibilidade de dividirem o controle da Bacia do Prata, somado ao fato de que se colocariam como imperialistas regionais em relação ao Paraguai.

As análises econômicas mais profundas das relações entre o Brasil e o Paraguai merecem um estudo mais acurado que demonstre em qual quadro cada um dos países se portou no processo de desenvolvimento do capitalismo. Mas desde já nos cabe refletir sobre os dados históricos que permearam parte desses fatores e que constituem a particularidade das relações entre estes dois países, no concerto internacional que os perpassa ao longo do século XX. Pois tais fatores, como não poderiam deixar de ser, nos ajudam a entender a interdependência da repressão na região.

Percebemos então, que se ocupar da fronteira territorial perpassou a história do Brasil. Em alguns momentos mais agudos, como no caso da guerra e dos conflitos relacionados aos tratados e, em outros, menos evidentes.

A perspectiva do Brasil durante o Império foi a de manter uma posição ambígua em relação à navegabilidade nas suas principais bacias. Em relação à do Prata, por exemplo, o país defendia a abertura da navegação. Em relação à Amazônica, preconizava o fechamento aos países da região. Ou seja, onde o

¹⁵ A respeito do processo de endividamento do Brasil em relação à Inglaterra e suas repercussões, ver em: VIEIRA, V. L. Deitado eternamente em berço esplendido: a posição do Brasil imperial no contexto das independências latino americanas. In: I Taller Internacional sobre el bicentenario de la 1º independencia de America Latina y Caribe. Editora Política: Havana, 2009. v. 01.

Brasil controlava a maior parte do curso do rio, desejava o fechamento. Já onde não possuía o domínio, queria a abertura (ANDRADE, 2001).

Com a República, a questão das fronteiras passa às mãos das Forças Armadas e no final dos anos de 1930, sob a égide do Estado Novo, quem a assume é o Conselho de Segurança Nacional (CSN), em conjunto com os Ministérios Civis, que criam comissões especiais e uma “Comissão de faixa de fronteira e uma Secretaria Geral” (ANTUNES, 2002:46). O artigo 43 do Decreto Lei 200/67, teve o seguinte texto:

[...] O Conselho dispõe de uma Secretaria-Geral, como órgão de estudo, planejamento e coordenação no campo da Segurança Nacional e conta com a colaboração da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras e das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis, como órgãos complementares. [...]

Em termos de definição do que seria o “espaço nacional”, essa evolução do capitalismo subordinado e hipertrofiado, foi demonstrada. Iniciada a República, as disputas não se modificaram, ou melhor, em certa medida, se atenuaram. Desde a Proclamação, ainda ficava pendente resolver a ocupação das fronteiras e os litígios que o país possuía. Eles se colocavam fundamentais para que se viabilizasse de diversas maneiras o desenvolvimento do capital.

O problema das fronteiras foi um dos grandes temas que mobilizou a opinião pública na primeira metade do século XX, vinculado às discussões sobre a nacionalidade de um Brasil, cuja passagem do império para a República se fizera sem grandes rupturas. O desenvolvimento da região Sul e Sudeste do país que caminhava rapidamente para a industrialização em contraste com o Brasil agrário, levou a debates incontáveis sobre os “dois Brasis”, polarizando as propostas entre os que defendiam a separação e entre aqueles, como Nelson Werneck Sodré (1941), para o qual, ambas as regiões deveriam ser desenvolvidas, uma vez que essas duas bacias eram as fontes de integração e ocupação do território nacional.

O que perpassa a discussão é que a ocupação deveria ser feita de forma que, em primeiro lugar, não houvesse risco de perda de partes do território, mantendo-se assim a unidade nacional, e depois, que o país pudesse de

alguma forma, exercer influência sobre os demais Estados integrantes do Cone Sul.

[...] a política imigrantista brasileira tratou de 'promover o povoamento do território em áreas onde persistiam vazios demográficos, próximos às fronteiras internacionais ainda não inteiramente resolvidas, e de assentar trabalhadores brancos considerados mais eficientes e racialmente superiores aos negros e aos mestiços nacionais, meios considerados essenciais para formar uma economia moderna. O visconde de Abrantes considerava, em 1846, que os Estados alemães deveriam ser os viveiros de imigrantes para o Brasil [...]. (GOLIN, 2002:45)

O pensamento da primeira metade do século XX teve consequências na segunda metade e conforme será visto, se pautou na proposta da ocupação das bacias Amazônica e do Rio Prata. Em vários momentos, há referências evidentes de que, ou o Brasil ocupava essas regiões ou as perderia em possíveis conflitos. A opção resultou no que Domingos Laino (1979)¹⁶ denominou de verdadeiras “fronteiras móveis”, decorrentes, não apenas de políticas governamentais, mas das relações societárias concretas, dadas as necessidades impostas às pessoas que residiam nestas regiões, que a República atendeu ou não, conforme os interesses postos nas relações entre os países:

[...] o Brasil havia delimitado as suas fronteiras e produzido o seu território, restando porém a necessidade de consolidação desse espaço, transformando fronteiras esboçadas em fronteiras vivas. Fato que vem ocorrendo, no momento, quando se sabe que há uma grande influência e intercâmbio entre os países fronteiriços. No Amapá, observa-se uma grande atração, oriunda da Guiana Francesa, na qual há melhor remuneração de trabalho e uma grande necessidade de mão-de-obra. Na Venezuela e na Colômbia, observa-se o avanço do povoamento brasileiro – e desses países em direção à fronteira –, o que leva o Governo Brasileiro a implantar projetos

¹⁶ Domingos Laino, membro do Partido Liberal Radical (PLRA) e deputado pelo mesmo partido no Paraguai, perseguido pelo Governo de Alfredo Stroessner, durante a década de 1970 discorreu sobre a penetração brasileira nas diversas regiões fronteiriças do Brasil, desenvolvendo a perspectiva de que a melhor denominação para a questão das fronteiras no Brasil seria “fronteiras móveis” (1979).

como o Calha Norte. No Peru e na Bolívia, observa-se uma grande penetração brasileira nos departamentos fronteiriços, em virtude da migração de seringueiros, desalojados da Amazônia e do Acre, pelos projetos agroindustriais [...]. (ANDRADE, 2001:43)

Não aprofundaremos as reflexões sobre as demais fronteiras nacionais. Conforme Laino, além da delimitação do território em seu traçado, se configura no Brasil uma espécie de política de “ocupação humana”, ou seja, pela omissão de medidas impeditivas, para os demais países da região, pois com uma população constituída fora do espaço territorial oficialmente delimitado, ficaria mais fácil para o Brasil reivindicar o alargamento das fronteiras; uma forma de penetração e influência de fato, embora não declarada.

Na perspectiva do governo brasileiro, embora o problema das estratégias para a defesa das fronteiras não tenha ficado circunscrito aos militares, estes ganharam visibilidade com as propostas que passaram a ser conhecidas como geopolíticas, dentre as quais se destaca a consolidada por Golbery do Couto e Silva (1981), e dado o papel que os militares assumem no Brasil, particularmente na segunda metade do século XX, torna-se a tônica nos projetos e aspirações militares¹⁷. De tal forma se coloca esta perspectiva que, para compreendermos o que se definiu nos anos posteriores ao golpe de 1964 como uma política do Estado para se firmar no Cone Sul, torna-se imperativo recuperarmos de Golbery, que foi um dos grandes precursores do pensamento militar no Brasil, os conceitos sobre geopolítica contidos na *Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*.¹⁸

Em relação a essa região, Golbery elaborou projetos e esteve no Paraguai por três anos (de 1947 até 1950). Seu pensamento foi prenunciador do que os militares implantaram após o Golpe de 1964. Aliás, o período em que esteve no Paraguai, como “membro da Missão Militar Brasileira de Instrução no Exército do Paraguai”, antecedeu em poucos anos o golpe lançado por Stroessner. De fato, a partir de Stroessner, a relação do Brasil com o Paraguai

¹⁷ A respeito da influência exercida no Brasil do pensamento capitaneado pelos militares, ver ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go: A ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Dissertação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

¹⁸ Embora a edição usada como referência tenha sido publicada em 1981, nele constam os anos em que o autor os escreveu. Em sua primeira parte, os textos se referem ao Governo Figueiredo. Já na segunda, foram colocados os textos ainda da década de 1950, quando o autor pensou a ocupação do território brasileiro e a atuação do Estado.

foi marcada por uma aliança que muito beneficiou setores da burguesia nacional e o próprio grupo que sustentava aquele ditador no poder, como por exemplo, as empreiteiras que se beneficiaram das obras de Itaipu.

No período anterior ao Golpe paraguaio, precisamente em 1943, “quando houve uma tentativa de golpe contra Morínigo [presidente e ditador paraguaio pelo partido Colorado] manteve-se [Stroessner] fiel ao presidente e foi, por isso, recompensado com uma indicação para cursar a Escola Superior de Guerra” (MORAES, 2000:42). Isso deixa evidências de que houve uma relação vantajosa e simbiótica em ambos os golpes militares que demandam maiores estudos, mas que não caberão nesta análise.

Tomando como um documento a obra de Golbery, que denota o pensamento de parcela dos militares que assumiram o poder no pós-64, fica evidente o que o Estado deveria assumir como postura para aprofundar o modelo de desenvolvimento do Brasil. A historiografia ressalta ter havido diferenças entre a chamada “Linha Dura” e os “Sourbonistas” ou “Castelistas”. Rago Filho nos informa que:

[...] Grosso modo, o bonapartismo estará dividido entre dois pólos nítidos: de um lado, o grupo da “Sorbonne”, a tendência castelista, que desejava a normalização do país num tempo determinado e, do outro lado, o grupo dos mais radicais, a facção denominada “linha dura”, que buscava erradicar a subversão até às últimas consequências, por um tempo indeterminado. A ambição desejada era o tempo necessário para a “limpeza do terreno”, a preparação e a consolidação do capitalismo brasileiro em sua condição de associado e interdependente. [...]

No entanto, não apenas porque já se sabia vitorioso no processo de sua escolha, uma vez indicado pelo Alto Comando da Revolução, Castello Branco reafirmava as suas reais convicções, que faziam com que os seus pares da “linha dura” em todo este processo o pressionassem com críticas fortes e desrespeitosas e o identificassem como elemento “moderado e frouxo”, dotado de “democrática ingênua” e, com isso, entrasse em choque com o grupo esguista e sua liderança. Por esta razão, já se encontravam divididos bem antes da eclosão do movimento golpista, cisão que se reporia ao longo da ditadura militar e, depois, na própria avaliação dos seus feitos e fracassos da “Revolução de 1964” — com um grupo imputando a derrota ao outro. Desse modo, marechal Castello Branco assume o leme do Estado e se vê obrigado, como dizia Golbery do Couto e Silva, a bater sistematicamente ora

no cravo ora na ferradura, ou seja, nos representantes da esquerda nacionalista e subversiva, mas também nos extremistas da direita, que apoiaram a intervenção militar e propugnavam a contra-insurgência permanente, com a manutenção do rigor na repressão e extermínio dos inimigos internos. [...]

A ausência de um projeto unitário era evidente no seio dos conspiradores. Fato este que demonstra que o projeto de reconstrução nacional não estava delineado em sua estruturação econômica, porém, os dogmas do ideário de 1964 de combate à subversão e à corrupção davam uma couraça ideológica para a mobilização contra as ações baseadas numa plataforma de estatuto nacional e popular. Esta dimensão programática, na verdade, se colocaria no processo de consolidação do bonapartismo. Daí, o papel fundamental desempenhado pelos intelectuais orgânicos no planejamento econômico. No primeiro governo do ciclo bonapartista, sobressaem as figuras de Roberto Campos e Octávio Bulhões, lapidados durante anos na crítica liberal ao Estado getulista. Mais ainda: a proposta de normalização castelista, a passagem para um governo civil, por meio de eleições diretas — mesmo assegurando certos padrões jurídicos da legalização outorgada — não descartava as mudanças necessárias tendo em vista um novo ciclo de acumulação do capital em nosso país. [...] (RAGO FILHO, 2001:78-79)

Na *Geopolítica do Brasil*, convivendo com essa dicotomia, Golbery propõe estratégias à promoção de um desenvolvimento que resultasse na ocupação rápida de espaços territoriais, particularmente nas regiões centrais e em relação ao Cone Sul. Para tanto seria necessária a centralização do poder político de forma o que o aprofundamento da interrelação entre as nações, assegurasse os “interesses do Brasil”. Ao mesmo tempo, Golbery se apoiava nos setores da burguesia industrial, que ele considerava fundamental para o desenvolvimento e a integração nacional, pois

[...] no que mais importa, esse desenvolvimento pela industrialização faz renunciar, afinal, uma libertação mais efetiva em relação aos grandes centros externos, motores do dinamismo econômico mundial, e implicará, em benefício da unidade e da coesão nacionais, na articulação cada vez mais sólida das diversas porções do amplo domínio, mesmo as mais distantes ou mais excêntricas, a núcleos propulsores radicados no próprio território e, sobretudo, orientados nos genuínos propósitos nacionais [...]. (SILVA, 1981: 72)

Ao longo desse trabalho, o leitor poderá verificar que essa tese de Golbery foi fundamental para o processo de consolidação do capitalismo no Brasil, mantendo a subordinação, que com Chasin chamamos de “capitalismo atrofiado”, denotando um desenvolvimento tardio em relação ao processo geral apresentado nos países centrais, como na Inglaterra e na França, por exemplo. Marx caracterizou o processo de desenvolvimento alemão como “tardio”, uma vez que não ocorreu como na Inglaterra, e a industrialização estava localizada temporalmente no final do século XIX. É a chamada “via prussiana”.

No Brasil,

[...] a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o *‘verdadeiro capitalismo’ alemão é tardio*, enquanto o brasileiro é hiper-tardio [...]. (CHASIN, 2000:45 – itálico e aspas do autor)

O modelo de desenvolvimento que se impôs previa o aumento significativo de importações, o que mantinha uma balança comercial desfavorável. Mesmo em períodos em que houve maior esforço de exportação para provocar o equilíbrio, o que se colocava era uma grande debilidade econômica, se comparado aos países centrais, uma vez que a importação sempre se impunha em níveis estratosféricos, ampliando a dívida externa. Ou seja, perpetua-se a “via colonial” pela qual, conforme Chasin, o capitalismo se mantém sob os auspícios do imperialismo. Essa definição se torna fundamental na medida em que nos deparamos com o acervo consultado para esse trabalho:

[...] aqui, a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrograda e fragmentada. Quando as transformações políticas tornavam-se necessárias, elas eram feitas ‘pelo alto’, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusesse organicamente a sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma

transformação social revolucionária – o que implicaria pelo menos momentaneamente, a criação de um ‘grande mundo’ democrático – contribuiu em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada. [...] (RODRIGUES *apud* CHASIN, 2000:54 - aspas do autor)

No interior deste modelo de desenvolvimento capitaneado tanto no Brasil, quanto no Paraguai, pelas Forças Armadas a serviço de uma burguesia débil por sua incompletude, a questão da segurança nas fronteiras se torna também um problema de Segurança Nacional, ou seja, vinculado aos preceitos da Lei de Segurança Nacional.

Em comum aos dois países havia a condição de vivenciarem suas ditaduras bonapartistas. Tal termo remete à reflexão produzida por Marx¹⁹, segundo o qual, observa-se que em nações com desenvolvimento tardio do capitalismo, a fragilidade da burguesia leva-a a se aliar com os militares, não apenas afasta da esfera do poder público qualquer possibilidade de participação dos outros segmentos sociais, como as subordina, pelo uso da coerção, aos ditames da exploração. No entanto, conforme indica Chasin, aqui esta lógica tem um percurso particular, sendo que o desenvolvimento do capitalismo segue regras diferentes das vigentes em países centrais. Ante o imperativo da renovação do parque tecnológico e a possibilidade das demandas dos trabalhadores virem à tona, a burguesia como que delega aos militares a condução do processo, da qual sairá beneficiada sem fazer concessões a trabalhadores que possam colocar em risco seus interesses.

[...] Em nossa forma particular de objetivação capitalista, inexistiu o portador clássico da transformação que conduziu à superação de nossas mazelas estruturais e que – mesmo mantidos os pilares da estrutura capitalista nacional – pudesse efetivar a universalização da cidadania para, no plano material, no nível mais imediato da produção e reprodução da vida social, atender de modo razoável às necessidades da maioria da população brasileira. [...] (RAGO, 2008:141)

¹⁹ Sobre a classificação de Bonapartismo durante a ditadura de 1964, consultar ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. Ver também o próprio Marx em: “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte”. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Mas, dentre as particularidades distintivas é que tais medidas não beneficiam toda a burguesia nacional. Suas frações se alternavam, não por iniciativa própria, mas por uma disputa de seus próprios interesses.

Paralelamente, as reivindicações da classe operária se colocavam como lutas intestinas, e devido ao processo lento, as reivindicações ainda que fossem de cunho liberal, levava essa burguesia a temer o seu desfecho. Por esse motivo, lançaram mão de um golpe que perpetuava seus interesses. Tal condição ficou evidente quando Golbery defendeu um “pacto” do Estado com essa fração (SILVA, 1981), particularmente, por sua recusa na capacidade do “povo²⁰” de defender propostas autônomas, conforme explicitado por Assunção.

Nesta lógica, a instalação de uma assessoria de informações vinculada aos órgãos repressivos no interior do canteiro de obras da iniciativa privada em conjunto com a pública – no caso o consórcio de empreiteiras que venceram a licitação – ou seja, a Usina de Itaipu era quase uma consequência natural na articulação entre as ditaduras dos dois países.

Assim, a relação entre o Estado e a iniciativa privada na consolidação da repressão se aprofunda através da instalação da AESI, cujas funções explicitam os preceitos da Lei de Segurança Nacional, imbricados com o princípio de preservação de fronteiras.²¹ O sentido da repressão se amplia ainda mais neste caso, pela presença dos trabalhadores dos mais diferentes níveis e para as mais diversas funções, assim como nas mais distintas formas de contrato de trabalho, que puderam ser feitas tanto pelo lado brasileiro quanto pelo lado paraguaio.

Assim, percebemos que a Assessoria compunha a estrutura do Sistema Repressivo. Foram essas Assessorias – não só a de Itaipu, mas as diversas outras que existiram no Brasil – que auxiliaram na coação, coerção, repressão e controle onde os demais órgãos não poderiam chegar. Com os dados que já dispomos, é possível perceber que os órgãos de informações militares foram maiores e mais bem estruturados do que se acreditou no início da pesquisa,

²⁰ Povo é uma categoria social usada por Golbery. Em geral, usamos a nomenclatura marxista para denominar as classes sociais. No entanto, aqui preservamos as categorias usadas por esse autor. Assim, os termos dele decorrentes aparecerão entre aspas.

²¹ Pedidos de busca n° E/SS/AS.G/0195/76. Acervo DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU: Data: 09/12/1976. Origem CS/AS.G/IB/BR; difusão ACT/SNI; 5ª RM/DE; SR/DPF/PR; DOPS/PR.

dado o nível de informações que essas Assessorias geravam a suas constantes trocas de documentos com os demais órgãos, conforme veremos adiante. Os consórcios que construíram Itaipu foram:

Nome do Consórcio	Empresas	País a que pertenciam	Tipo de obra
Unicom	Cetenco Engenharia Ltda.; CBPO – Cia. Brasileira de Pavimentos e Obras; Camargo Corrêa; Andrade Gutierrez; e Mendes Júnior.	Brasil	Engenharia civil
Conempa	A Barrail Hermanos; Cia. General de Construcciones; ECCA S.A.; Ing. Civil Hermanos Baumam; Ecomipa – Emp. Const. Min. Paraguaya; e Jimenez Gaona & Lima.	Paraguai	Engenharia civil
Itamon	A. Araújo S.A. – Engenharia e Montagem; Empresa Brasileira de Engenharia S.A. – EBE; Montreal Engenharia S.A.; Sade – Sul Americana de Engenharia S.A.; Sertep – Engenharia e Montagem S.A.; Techint – Companhia Técnica Internacional; Tenenge – Técnica Nacional de Engenharia S.A.; e Ultratec Engenharia S.A.	Brasil	Eletromecânica
CIE	Consórcio de Ingeniería Electromecánica S.A.: AG Brown Boveri & Cie; Alstom Atlantique; Bardella S.A. Indústrias Mecânicas; BSI – Indústrias Mecânicas S.A.; Brown Boveri & Cie. AG; Indústria Elétrica Brown Boveri S.A.; J.M. Voith GmbH; Mecânica Pesada S.A.; Neyrpic; Siemens Aktiengesellschaft; Siemens S.A.; e Voith S.A. Máquinas e Equipamentos.	Paraguai	Eletromecânica

Portanto, não causam estranhamento que as listas de trabalhadores dos consórcios de empreiteiras construtoras de Itaipu figurassem no rol de observação da AESI. Ao Consórcio Unicom, cabia também a função de levantar o maior número possível de informações sobre todos os contratados pelo consórcio. Vigilância esta que se estendia também aos trabalhadores contratados para trabalhar em qualquer outra empreiteira da obra.

Os trabalhadores, nesta mesma lógica, passaram a ser classificados não conforme sua competência, desempenho, cargo ou responsabilidade, mas conforme o possível grau de periculosidade ou suspeição política que apresentassem àqueles agentes do Estado. Assim, os nomes dos trabalhadores aparecem com marcações em azul na frente, de forma padronizada. Os que eventualmente tivessem algum problema para a contratação – a documentação não informa se por motivos policiais ou políticos

– apareciam com o nome ticado em vermelho. Nestes casos, era solicitada (no verso da ficha), a complementação de dados, conforme se vê no anexo 1.

Ao longo da construção,

[...] em função do extenso período de construção e da rotatividade da mão-de-obra, somente o consórcio Unicon cadastrou cerca de 100 mil trabalhadores. No pico da construção da barragem, Itaipu mobilizou diretamente cerca de 40 mil trabalhadores no canteiro de obras e nos escritórios de apoio no Brasil e no Paraguai. [...] ²²

Dada essa particularidade, podemos pressupor que o nível de investigação sobre a vida dos trabalhadores deve ter chegado a números gigantescos. Ademais, ainda não houve efetivamente uma apuração das responsabilidades das empresas nas violações de direitos humanos durante a ditadura brasileira. Já é bastante sabido que a Operação Bandeirantes funcionou com o apoio explícito e já comprovado de empresários e da própria FIESP, que “teria disponibilizado seu espaço para atividades destinadas à defesa do engajamento das empresas no combate aos dissidentes do governo” (WEICHERT, 2008:188).

Assim observa-se que a construção da Usina de Itaipu expressa o conjunto das práticas postas pelo bonapartismo: tanto o projeto de desenvolvimento visando à modernização do parque tecnológico necessário à expansão da industrialização nos mesmos padrões já vigentes desde os primórdios da formação do Brasil; quanto à articulação entre a iniciativa privada e o poder público em sua forma autocrática, impondo a vigência, entre outros aspectos, do controle sobre a mão de obra de forma a garantir a ampliação da extração da mais valia. Cumpre ainda a função da vigilância e da repressão políticas para as duas ditaduras através da assessoria de informações implantada em seu canteiro de obras, diretamente vinculada ao SNI, integrando-se à lógica das ações repressivas que ficou conhecida como Operação Condor.

Dessa forma, manter sob vigilância constante cada um dos operários, fosse da própria binacional, fosse de um dos consórcios construtores, não se

²² Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/356>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

tornou apenas uma função do setor de Recursos Humanos de cada empresa, mas um dos braços do sistema repressivo.

A articulação entre Estado e determinados segmentos da burguesia já era pensamento de Golbery nos idos de 1950, quando frequentou a ditadura de Stroessner. Conforme ele, o fortalecimento da burguesia industrial alavancaria o país, promoveria a integração nacional e garantiria a segurança e a defesa do país. No entanto, na concretização destas propostas após 1964, é que ficará claro qual foi o segmento da burguesia industriária que se beneficiou daquelas políticas de desenvolvimento, o que foi denunciado até mesmo por representantes da burguesia nacional, como José Ermírio de Moraes que, em 1965, apontava o quanto o Estado já os colocava afastado das possibilidades de crescimento (RAGO, 2008). O sentido do jargão nacionalista se manifestará também na concretude social, quando o modelo de desenvolvimento assumido manterá a balança pendendo para o capital externo.

Apesar da denúncia, outros segmentos da burguesia nacional serão beneficiados, dada a sua íntima vinculação com o capital internacional. Dentre estes, aqueles vinculados à construção civil, pois a crescente urbanização colocava o problema da moradia como um dos entraves ao desenvolvimento.

Neste processo, a parca acumulação de capital, não apenas restringe a possibilidade de novos investimentos, obrigando o Estado e a iniciativa privada a endividamentos constantes e cada vez mais vultuosos de acordo com as demandas inerentes ao próprio desenvolvimento, como justifica o aumento da exploração dos trabalhadores.

[...] O capitalismo monopolista não eclode nas economias periféricas rompendo o seu próprio caminho, com uma força interna irremediável que destrói estruturas econômicas arcaicas ou simplesmente obsoletas, dimensionando e reciclando o que deveria ser preservado e forjando suas próprias estruturas econômicas ou extra-econômicas. Vindo de fora, ele se superpõe, como o *supermoderno* ou o *atual*, ao que vinha de antes, ou seja, o “moderno”, o “antigo” e o “arcaico”, aos quais nem sempre pode destruir e, com frequência, precisa conservar” [...]. (FERNANDES, 2006:314)

No quesito segurança, Golbery ponderava que esta se colocava como um “paradigma” para as sociedades contemporâneas. Sua contraposição seria o sacrifício da liberdade, pois

[...] a insegurança do cidadão dentro de cada nação e a insegurança de uns Estados em face dos outros, a visão onipresente da guerra – guerra civil ou guerra subversiva ou guerra internacional – dominam o mundo de nossos dias e explicam, por si sós, essa ânsia neurótica com que os indivíduos – desamparados, as multidões – em pânico, os povos – desiludidos e aflitos, a Humanidade, enfim, se ergue e se lamenta e se debate, disposta até a escravizar-se a quaisquer senhores e a quaisquer tiranias, desde que lhe ofereçam um prato de lentilhas, um pouco de segurança e de paz. E, assim, acaba ou acabará afinal por perder, com a Liberdade traída, a própria Segurança por que tanto almejava [...]. (SILVA, 1981:9)

É assim que, em nome da segurança, abre-se mão da liberdade a ser alcançada conforme existente nos países ditos democráticos, ocidentais e cristãos. Em vários momentos, Golbery recorre ao *Leviatã*²³, explicando a necessidade da mão dura do Estado para gerir a “catástrofe” que era o mundo moderno.

Florestan Fernandes (2006) estabeleceu esta lógica situando-a como dilemas colocados no Brasil ao longo da formação da burguesia nacional. Tais justificativas, conforme alertou este autor, são retomadas permanentemente, especialmente nos momentos de crises do modelo de desenvolvimento, que levam às ditaduras.

Traduzindo esta expectativa, em Golbery, a defesa da liberdade deveria ser alicerçada “em sólidas bases [n]a Segurança Nacional” (SILVA, 1981:15), o que se traduz na delimitação das áreas que passam a ser consideradas de Segurança Nacional. Esta postura, que fora herdada da Era Vargas, resultou em que, além das regiões de fronteiras, foram incluídas outras que possuíam riquezas naturais ou que possuíam empresas consideradas estratégicas. Foram os casos de Volta Redonda, com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e Duque de Caxias, com a refinaria de petróleo (REDUC). Nesses lugares, os

²³ Nesse caso, Golbery referia-se ao trabalho de Thomas Hobbes, intitulado “Leviatã”.

prefeitos passaram a ser nomeados pelos militares e havia um rígido controle sobre a política local.²⁴

1. 2 - O alinhamento com os Estados Unidos

Para a defesa das fronteiras era necessário contar um aliado forte que respaldasse também as investidas do Brasil nos espaços geográficos dos outros países no continente, já que não possuíamos uma força armada de grande monta, caso isto se fizesse necessário e já há muito o Brasil tinha os Estados Unidos como um dos seus principais parceiros econômicos e era um dos seus principais aliados no continente latino americano, na esfera da Guerra Fria. Se o Brasil se tornara, após a segunda Guerra Mundial, o país do qual emanavam as diretrizes para o controle ao comunismo na América latina, a articulação disto com a perspectiva expressa por Golbery do Brasil tornar-se a grande potência no continente, representava a “sopa no mel”.

Na área de Segurança Nacional, esta vinculação com os Estados Unidos vinha de longa data e, conforme os autores, desde o início da República

[...] a hegemonia norte-americana representou um novo período das relações internacionais do Brasil. Nela foi concluído o novo traçado das fronteiras, o país voltou-se para um processo de inserção hemisférica e teve início uma vinculação mais estreita da política externa com o desenvolvimento econômico. A gestão do Barão do Rio Branco no Ministério Exterior (1902-1912) representou um momento paradigmático dessa fase, pois concluiu a demarcação favorável das fronteiras contestadas e estruturou a chamada aliança não escrita [...] com os Estados Unidos da América [...]. (VIZENTINI, 2003:11)

Tal alinhamento se estreitou durante o período da Guerra Fria, acentuando-se após o Golpe de 1964, configurando-se, em alguns momentos,

²⁴ A respeito das áreas de Segurança Nacional, ver, por exemplo, o trabalho de Manoel Henrique de Sousa Cantalejo acerca da cidade de Duque de Caxias, na baixada fluminense. Disponível em: <http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Manoel_Cantalejo_Intervencao_militar_e_relacoes_politicas.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010. Afora esse trabalho, em pesquisa ao acervo do DOPS de Paraná sobre a AESI Itaipu, tivemos a oportunidade de ver uma série de documentos originados ou arquivados pelo próprio DOPS acerca dos prefeitos das cidades de fronteira. Essa documentação reunida era referente aos escândalos de corrupção envolvendo os prefeitos nomeados pelos militares e denunciados em jornais da região.

como uma estratégia quase que automática. Mesmo em momentos nos quais se verificaram desordens e certa distensão neste alinhamento, como se verificou durante o governo Geisel, em suas próprias palavras havia essa divergência entre os dois governos, (D'ARAUJO e CASTRO, 1997)²⁵, não houve, efetivamente, rompimentos. Até mesmo em circunstâncias que custaram ao Brasil alguns descontentamentos regionais, tal articulação diplomática não se rompeu ou sofreu grandes fraturas.

A proposta do Brasil, potência e a defesa de estratégias para que este país cumprisse um papel significativo no hemisfério, advém para Golbery, assim como para os jovens brasileiros oficiais das Forças Armadas, desde a estadia nos EUA e também a presença na Itália, como Oficial de Informações da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 1944:

[...] Muitos oficiais da FEB regressaram ao Brasil convictos da necessidade de acelerar o desenvolvimento econômico. Do ponto de vista militar, significaria promover o desenvolvimento da economia – abrindo-a inteiramente ao capital estrangeiro, se necessário – como condição para o desenvolvimento do próprio aparelho militar com vistas ao papel que o Brasil deveria desempenhar na defesa hemisférica [...]. (OLIVEIRA *apud* ASSUNÇÃO, 1999:40)

Durante o governo de Juscelino Kubitschek persistiu tal ideário e a proposta de transformar o Brasil em potência do continente foi amplamente alimentada pelas Forças Armadas e por dirigentes do Estado, encontrando ecos nesse presidente. Neste sentido, Juscelino se posicionou solidariamente aos Estados Unidos na visita de seu então vice-presidente, Richard Nixon à América Latina, mais precisamente na Venezuela, em 1958. Com o objetivo de fortalecer as ações contra o inimigo principal da Guerra Fria, os comunistas. Nessa visita ele foi veementemente rechaçado ao passar pela Colômbia, tendo sido convidado pelo presidente a vir para o Brasil. Kubitschek alegou a necessidade de se firmar no continente, uma unidade ante a “conjuntura grave” do período, enviando carta ao presidente norte-americano, propondo uma

²⁵ O próprio Ernesto Geisel, em depoimento ao CPDOC, falou sobre suas divergências com o governo Carter. Outros comentaristas da época e autores analistas do período também se detiveram acerca do assunto.

Aliança Pan-americana, ou seja, o prenúncio do que firmaria como a Operação Pan-americana.²⁶ Com essa medida, Kubitscheck se colocava à frente dos demais países da região. A resposta de Dwight Eisenhower não tardou, e demonstrou que a relação entre os dois países – Brasil e EUA – se fazia necessária, inclusive criando entendimentos prévios para que houvesse consulta às demais nações do continente.²⁷

Dessa forma, os militares receberam o aval para comporem acordos com o governo americano visando uma política para transformar na potência da região, superando a desconfiança e as relações econômicas estabelecidas com a Argentina, por exemplo, que era a grande competidora com o Brasil. Para Golbery, o Brasil se apresentava como a nação mais importante estrategicamente no continente, uma vez que este era, conforme ele, o maior país dessa parte do hemisfério e dada sua posição em relação ao Oceano Atlântico.

De cá e de lá, manifestaram-se interlocutores para aprofundar as relações. Golbery, citando Walter Lippmann, destacado jornalista e comentarista político estadunidense, demonstrou a preocupação vinda do irmão do norte em vista da posição estratégica do Brasil:

[...] No Atlântico Sul é essencial a manutenção de fortes bases marítimas e aéreas na projeção oriental do Brasil. Essas bases não podem ser mantidas exclusivamente pelo Brasil, porque esse país não é um arsenal. Os brasileiros têm de ser, portanto, apoiados pelos Estados Unidos. Como não há comunicações terrestres com o Brasil, a defesa estratégica de todo o continente sul-americano do lado do Atlântico depende das comunicações marítimas. Contudo, ainda no caso em que nossas comunicações marítimas com a projeção do Brasil sejam asseguradas, poderíamos apenas realizar melhor uma defesa passiva [...]. (LIPPMANN *apud* SILVA, 1981: 50)

Ao longo da década de 1970, a posição estratégica do Brasil na região em aliança com os Estados Unidos foi pauta constante da cúpula ditatorial

²⁶ Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 17 mar. 2010. Agradecemos aqui a gentileza da sugestão da Professora Vera Lucia Vieira na utilização desse documento como fonte.

²⁷ *Idem*.

brasileira, “preocupados” que estavam ambos com os rumos tomados na América Latina, pois, além das consequências da Revolução Cubana e do Governo de Castro, somava-se o temor com as reformas preconizadas por Allende no Chile e, ainda mais, a posição peruana de querer a participação de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA).

Temendo os rumos da América Latina, Nixon e Médici, já na qualidade de presidentes, se reuniram em 1971 na Casa Branca para discutirem os “rumos” do continente. Dessa reunião, foi estabelecido o compromisso de ambos os países a fecharem uma só posição em relação aos problemas da região, com a segurança de que a conversa entre ambos ficaria restrita apenas aos “homens de confiança” dos dois presidentes.²⁸ A posição estratégica do Brasil na região também ficou ressaltada no comentário que o documento traz sobre as boas relações que Médici mantinha com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), o Senhor Ortiz Mena – fato que equivalia a certo poder em relação aos demais vizinhos no Cone Sul. Médici ficou, então responsável por solicitar auxílio junto aos governos centrais e às instituições credoras internacionais para os demais países dessa parte do continente²⁹.

Na pauta do encontro, o problema do comunismo nessa parte da América se sobressaiu e várias possibilidades de resoluções para os diferentes países foram levantadas. Dentre eles, pode-se destacar a relação de Cuba com o comunismo chinês e russo, bem como a sua pretensão de ampliar a revolução para os demais países, a preocupação em relação à Bolívia, uma vez que esta acabara de findar uma guerra contra o Paraguai recentemente em disputa pela região do Chaco paraguaio.

Em relação à Guerra do Chaco, vale destacar que:

[...] O conflito entre o Paraguai e a Bolívia, que ficou conhecido como Guerra do Chaco, teve início em 15 de junho de 1932, quando os bolivianos tomaram o fortim Carlos Antonio Lopez, situado às margens do lago Pitiantuba, e se desenrolou até 12 de junho de

²⁸ Memorando enviado a Henry Kissinger, fruto da reunião entre Nixon e Médici em dezembro de 1971. Documento desclassificado em setembro de 2008. A partir daqui será citado apenas como Memorando. Disponível em <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

²⁹ Idem.

1935, quando foi assinado um protocolo dando fim às hostilidades. Para vários autores, entre eles Osmar Diaz de Arce, Efraín Cardozo e Helder Gordin da Silveira, apesar da já histórica disputa bolívia-paraguaia pelo Chaco Boreal, o fator preponderante para o desencadear do conflito foram os interesses da Companhia Petrolífera norte-americana Standard Oil, que, na época, perfurava poços na Bolívia [...]. (MORAES, 2000:26)

No caso cubano, Nixon destacou que, embora o Congresso americano estivesse propondo sanções ao governo pelo fornecimento de ajuda aos países com ditaduras internas, era possível conseguir auxílio, especialmente se fosse para combater Cuba, através dos grupos anti-castristas nos EUA.³⁰

Como a Bolívia perdera a guerra, endividando-se ainda mais, o que colocou o país numa crise financeira alarmante, o Brasil a socorrera em 30 mil toneladas de açúcar para pagamento em longo prazo e em troca, conforme afirma Médici na reunião, exigira que esta garantisse a sobrevivência de um modelo que não fosse o comunismo.³¹

Além disso, Médici convenceria Strossner, que mesmo no pós-guerra do Chaco, com todas as animosidades em relação ao país vizinho, deveria fornecer ajuda financeira à Bolívia. A falta de auxílio, segundo o cálculo de Médici, poderia favorecer o aparecimento do comunismo, conforme o documento:

[...] President Médici then said that within the limit of its resources Brazil was trying to assist its neighbors, particularly Bolivia, which was in really desperate straits. Recently he had received a visit from a Bolivian Cabinet Minister who was asking for 30, 000 tons of sugar, payment to begin after a three-year period of grace and extend over ten years. President Médici had replied that this was quite contrary to practice in the sugar business, where you handed over a bag of sugar and received payment. The Bolivian Minister had then said that this was not a normal sale; if there was a sugar shortage in Bolivia, the government would fall and the Far left extremists would take over. It was really a political matter. President Médici then issued instructions for the sugar to be made available on these terms to the Bolivians. Immediately, the Bolivian Minister had said- that he had another request on the same terms and this was for ten Brazilian Xavantes jet fighters. President Médici had refused, saying that it

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

was ridiculous for a nation which was in desperate economic straits to be buying jet fighters. He saw how much difficulty he himself had in dealing with and understanding the Spanish-American mentality, and felt that it must be even more difficult for the President. He added wryly that Brazil and the United States had a similar difficulty in dealing with the Latin Americans: that is, that the Brazilians spoke Portuguese and the Americans English. [...] ³² (MEMORANDO, 1971:4)

Médici assegurou a Nixon que acompanhava de perto a correlação de forças no Chile, através de procedimentos de trocas de oficiais para treinamento³³, o que comprova a inserção do Brasil, inclusive na queda de Allende. Nixon preocupou-se também em saber como o Brasil desenvolvia as comunicações com os vizinhos, ao explicar que era necessário estabelecer estradas e canais de aproximação.

Por fim, Kissinger era o responsável pelo lado americano, e Gibson Barbosa, pelo lado brasileiro, por manterem um canal direto entre os dois presidentes, além dos canais normais da diplomacia.

As perguntas derivadas desse acordo são: Qual a importância que o Brasil passa a assumir nesse período nas relações internacionais com os vizinhos? Qual é a responsabilidade do Brasil? Quais são os objetivos de Nixon ao colocar o Brasil nessa posição estratégica?

A resposta está no fato de que não era mais possível manter a face apenas hegemônica norte-americana diretamente, ou seja, era necessário um parceiro confiável de forma que as ações não parecessem apenas mandonismos estadunidenses.

³² O presidente Médici disse então que, com os recursos limitados do Brasil, estava tentando cuidar dos vizinhos, particularmente a Bolívia, a qual estava em situação realmente despreparada. Recentemente, ele tinha recebido a visita de um ministro do governo boliviano que perguntou pelas 30 mil toneladas de açúcar, cujo pagamento seria iniciado após um período de três anos de carência, estendido por 10 anos. O presidente Médici rebateu que era contrário à prática do negócio do açúcar, em que se transfere o açúcar e recebe o pagamento. O ministro boliviano disse então que não era uma venda comum; se havia deficiência de açúcar na Bolívia, o governo cairia e a extrema esquerda assumiria. Isso era um problema político. O presidente Médici então, recomendou que o açúcar fosse avaliado nos termos da Bolívia. Imediatamente, o ministro boliviano disse que ele tinha outro questionamento nos mesmos termos e era para os 10 jatos Xavantes. O presidente Médici recusou, dizendo que era ridículo para uma nação que estava economicamente desesperada, comprar os jatos. Ele disse que tinha dificuldades em tratar e entender a mentalidade dos espano-americanos, e sentia que isso seria mais difícil para o presidente. Ele acrescentou, desapontado, que o Brasil e os Estados Unidos tinham uma dificuldade semelhante no tratamento com os latino-americanos: os brasileiros falavam português e os americanos inglês.

³³ Idem.

O apoio e o monitoramento norte-americano nas relações que o Brasil estabeleceu na região também se manifestaram no caso das articulações entre este país e o Paraguai para a construção da Hidrelétrica de Itaipu. Este projeto é descrito por Médici a Nixon, da seguinte forma:

[...] As a further example of such problems, President Médici mentioned that he had originally found President Stroessner of Paraguay in a very anti-Bolivian mood and determined to give the Bolivians nothing. Brazil was about to undertake a gigantic hydro-electric dam on the Parana River. As the River was the boundary with Paraguay, they would participate in it. Brazil would put up the money for the dam which would produce twelve million kilowatts. It would be equivalent to almost half the presently-installed capacity of Brazil. Paraguay was entitled to six million, which was far more than she could conceivably use for the distant future. Brazil would assist Paraguay by buying a share of Paraguay's electricity. He had finally brought President Stroessner around to the idea of making some of this available to Bolivia by pointing out that if Bolivia was not helped she would undoubtedly go Communist and receive large amounts of aid from the Communist powers, including arms, and then she might attempt to reverse the result of the Chaco War. Stroessner had finally seen the wisdom of this argument... The President indicated that he was very pleased to hear this. President Médici added that the difficulty was that the Paraguayans wanted to use Paraguayan technology on the dam because of their pride. This would be like the Brazilians trying to use Brazilian technology on a joint program with the U. S. But he felt that he could work this out satisfactorily with the Paraguayans. He felt that his greatest difficulty would be with the Argentines. He said that he intended to speak very frankly to President Lanusse when he came to Brazil. He would speak not as President to President but as General to General. President Nixon said that he was concerned about the situation in Argentina and would be very happy if President Médici would tell him his impressions after the Lanusse visit. President Médici readily agreed to do this. [...]³⁴

³⁴ Numa longa exemplificação de tais problemas, o presidente Médici mencionou que ele tinha encontrado o presidente Stroessner, do Paraguai, numa condição anti-boliviana, e determinado a não lhes dar nada. O Brasil estava se responsabilizando por uma gigantesca usina hidrelétrica no Rio Paraná. Como o rio era na divisa com o Paraguai, eles participariam dela. O Brasil entraria com o dinheiro para a hidrelétrica a qual produziria 12 milhões de quilowatts. Isso equivaleria a quase metade da atual capacidade instalada no Brasil. Ao Paraguai foram designados seis milhões, que era mais que ele conceivelmente usaria num futuro distante. O Brasil ajudaria o Paraguai, comprando a metade da sua eletricidade. Ele finalmente envolveu o presidente Stroessner na idéia de fazer algumas das avaliações para a Bolívia, apontando que se a Bolívia não ajudasse, sem dúvida, ela passaria à comunista e receberia grande quantidade de ajuda das potências comunistas, incluindo armas, e então ela possivelmente tentaria reverter o resultado da Guerra do Chaco. Stroessner finalmente conscientizou-se desse argumento. O presidente indicou que ele estava muito agradecido por ouvir isto. O presidente Médici completou que a dificuldade era que os paraguaios tinham um desejo de

Assim, não é de se estranhar o historicamente propalado consentimento que o Brasil teve de gestão, organização e importância nessa parte do continente, com o assentimento dos EUA. Além disso, a construção de Itaipu elevou o Brasil a uma condição ainda mais favorável nas negociações com os seus vizinhos.

A relação de poder estava constituída. O Brasil ocupava economicamente e geograficamente, a posição principal no Cone Sul, na confluência da Bacia que desenhava a geografia do lugar e que servia, ao mesmo tempo, como limite de países. Era essa a inserção necessária para o Brasil comprovar a importância que assumia e se lançar, com condições específicas, ao desenvolvimento do capitalismo dependente – particularidade que se colocava naquele momento.

Essa interlocução entre os dois países foi fundamental para consolidar os fatores que definiriam a participação do Brasil nos negócios do continente sul-americano.

É inegável que a ditadura militar brasileira respondia a uma necessidade vinda do patamar de desenvolvimento e de urbanização, ao qual chegara o país na década de 1970. Era uma condição de industrialização lenta, pois, entre outros aspectos, ainda se mantinha a produção agrária monopolista e exportadora capitaneando a formação do PIB nacional.

Mas a alternativa imposta pela autocracia burguesa impedia que, por exemplo, se fizesse a necessária reforma agrária – à semelhança do que acontecera no século anterior na Europa e nos Estados Unidos – e que liberasse as forças produtivas em prol do desenvolvimento industrial. Assim, a necessidade inerente de atender às demandas urbanas e de industrialização, exigia a ampliação da capacidade de fornecimento de energia elétrica. A urgência na solução deste problema que se punha como um gargalo capaz de afetar até mesmo o capitalismo internacional decorria da incapacidade dos frágeis segmentos das burguesias industriárias dominantes de chegarem a um

usar a tecnologia paraguaia na hidrelétrica. Isso seria como os brasileiros tentando usar a tecnologia brasileira num programa conjunto com os Estados Unidos. Mas ele sentiu que sua grande dificuldade seria com os argentinos. Ele disse que pretendia conversar muito francamente com o presidente Lanusse quando ele viesse ao Brasil. Ele não conversaria como presidente para presidente, mas como general para general. O presidente Nixon disse que ele estava consciente da situação na Argentina e ficaria muito feliz se o presidente Médici dissesse sua impressão após a visita de Lanusse. O presidente Médici prontamente concordou em fazer isto. *Ibidem*, p. 4 e 5.

consenso sobre o modelo a ser assumido pelo país para a ampliação deste parque; da debilidade dos governos anteriores para tomar medidas que rompessem com a lógica das concessões feitas às companhias multinacionais que monopolizavam o setor, desde sua regulação até o fornecimento da energia aos consumidores; da carência de recursos próprios para vultuosos investimentos e da falta de consenso sobre as alternativas menos onerosas e, portanto, menos dependentes do capital estrangeiro (SQUINCA, 2008).

A renovação perpassava não apenas os investimentos em máquinas e equipamentos, mas também o provimento das condições para o fornecimento da energia elétrica que os movimentaria e aos indivíduos que, morando nos centros urbanos, dependiam desta energia em seu cotidiano, na qualidade de consumidores. Esta a importância da Itaipu, cujo projeto de construção se gesta sob a égide do bonapartismo, significou o silêncio das divergências sobre o modelo a ser assumido para o fornecimento da energia, assim como a repressão dos trabalhadores para que não se posicionassem contra as condições de contrato de trabalho que lhes foram oferecidas. A opção por mega projetos (bem ao gosto do Brasil potência) também demandaram captar recursos externos que aumentaram brutalmente a dívida externa e concentrou ainda mais os parques capitais existentes internamente, no que diz respeito às reformas na legislação trabalhista que acabam com a estabilidade no emprego e criam um Fundo de Garantia – ao qual praticamente só o governo terá acesso por muitos e muitos anos.

Isto posto, quando a ditadura militar coloca como prioridade, a construção da hidroelétrica de Itaipu, o faz com o objetivo de transformar o Brasil numa potência e em íntima confluência com o capital internacional e os interesses do governo americano na região, que se traduzem também como interesses dos segmentos da burguesia nacional que compartilham o poder político.

Mas a correlação de forças internacionais não se esgotava nas relações com os países do continente, envolvendo também vários outros países que, embora já sem as polaridades vigentes no período da Guerra Fria, ainda eram vistos como inimigos ou possíveis ameaças à soberania do capitalismo. Por isso, a preocupação em consolidar a relação com os Estados Unidos que já aparecia na década de 1950 em Golbery, se coloca ainda ao longo do período ditatorial, ou seja, o espectro de que russos ou chineses, por exemplo,

poderiam tentar invadir o Brasil e torná-lo palco de disputas com os Estados Unidos. Por consequência, foi estabelecida a defesa do alinhamento com o governo norte-americano nas articulações latino-interamericanas do Brasil. Em tais circunstâncias, defendia Golbery,

[...] quando entre nossos vizinhos hispano-americanos recrudescer indisfarçável uma oposição aos Estados Unidos da América que se mascara de *Terceira Posição* ou que outro rótulo tenha, aproveitando-se exatamente daquela enfocação para além Atlântico e além Pacífico dos interesses primaciais dos norte-americanos, o Brasil parece estar em condições superiores, pela sua economia não competitiva, pela sua larga e comprovada tradição de amizade e, sobretudo pelos trunfos de que dispõe para uma *barganha* leal – o manganês, as areias monazíticas, a posição estratégica do Nordeste e da embocadura amazônica com seu tampão da Marajó – de negociar uma aliança bilateral mais expressiva que não só nos assegure os recursos necessários para concorrermos substancialmente na segurança do Atlântico Sul e defendermos, se for o caso, aquelas áreas brasileiras tão expostas a ameaças extracontinentais, contra um ataque envolvente ao território via Dacar-Brasil-Antilhas, mas uma aliança que, por outro lado, traduza o reconhecimento da real estatura do Brasil nessa parte do Oceano Atlântico, posto um termo final a qualquer política bifronte e acomodatória em relação a nosso país e à Argentina, ambas nações, por exemplo, igualmente aquinhoadas, contra todas as razões e todas as evidências, em armas de guerra naval.[...]
(SILVA, 1981:50-51 – grifos do autor)

Esse fragmento evidencia vários nexos constitutivos entre os Estados Unidos, Brasil, Paraguai e Argentina. Num primeiro ponto, aparece novamente a ideia do Brasil como nação hegemônica no Cone Sul; em segundo, desmistifica uma possível posição independente no governo argentino, ao falar da “Terceira Posição” que não era nem a favor dos EUA e tampouco da URSS, mas que poderia negociar com ambas; e por fim, evidencia uma possível acomodação do Paraguai, ao propor assumir uma postura que inclinasse em direção ao Brasil.

Constata-se que desde o período do auge da Guerra Fria, os Estados Unidos passaram a colaborar mais diretamente com a política do Estado brasileiro. Após a revolução cubana, os Estados Unidos não poderiam mais correr o risco de “perder” outra nação que estava submetida a eles, de maneira

política e econômica. Ao mesmo tempo, era temerário o poder que os “comunistas” vinham alcançando no continente, o que assombrava não só os vizinhos do norte, como também a burguesia nacional brasileira.

Assim, no Brasil deveriam ser implantados projetos estratégicos que assegurassem o predomínio norte-americano no Cone Sul, ao mesmo tempo em que fortaleciam e beneficiavam frações da burguesia nacional e internacional, ambas ávidas por negócios na região. Foi uma troca bastante benéfica para os envolvidos!

A ideia de uma organização comunista internacional que agiria, ou por invasão, ou principalmente por infiltração no Brasil já se punha desde os anos de 1950. Após esse período, essa preocupação se agravou. Ao escrever *Geopolítica do Brasil*, Golbery já demonstrava o que estava por vir nos anos da ditadura. Segundo Vizentini, com a

[...] radicalização político-social interna que marcou a crise do populismo, combinada com a busca da autonomia brasileira em relação aos Estados Unidos, justamente no momento que esse país procurava conter o desgaste da sua hegemonia mundial, criou uma situação insustentável para o regime brasileiro e sua diplomacia. Foi o momento do contra-ataque do projeto da ESG [Escola Superior de Guerra]. O alinhamento automático com Washington, efetuado pela Doutrina de Segurança Nacional após 1964, combinou-se com a contenção do movimento popular e das tendências ‘esquerdistas’ da estratégia anterior. [...] (2003:32)

Neste contexto, as relações com os Estados Unidos, o grande irmão que coadunava com os ideais ocidentais e cristãos, se cristalizavam com a neurose da Guerra Fria.

Poucos anos antes, inclusive, os EUA tinham conformado a sua Lei de Segurança Nacional – 1947.³⁵ Concomitantemente, no âmbito internacional, as agências de segurança americanas, que também iniciaram sua forma no mesmo ano, durante o Governo de Roosevelt, se dedicaram a estabelecer parcerias no mundo todo, e deslocaram pessoas e dinheiro para firmar os convênios de cooperação internacional, que lhes valeriam a hegemonia em grande parte do mundo.

³⁵ A respeito da formação das agências de segurança nos EUA, ver: TURNER, Stansfield. *Queime antes de ler*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

No Brasil, programas policiais foram traçados. Foi fornecido treinamento e todo um arsenal garantiu que o governo americano estivesse presente nas ações requeridas pelo Estado, garantindo a unidade dessas duas nações. A forma estabelecida para esse modelo pode ser vista nesse pequeno fragmento:

[...] Como instituição, a ESG encorajou dentro das forças armadas normas de desenvolvimento associado a valores empresariais, ou seja, um crescimento cujo curso industrial foi traçado por multinacionais e um Estado guiado por razões técnicas e não políticas. (DREIFUSS *apud* ASSUNÇÃO, 1999:55)

A luta contra a subversão foi o motor desse pacto e grande parte da América Latina sentiu os efeitos dessas ações. Além dos treinamentos policiais, os Estados Unidos chegaram a enviar à América Latina, Nelson Rockefeller em 1969, para que este, ao final de sua visita, recomendasse que “o programa de treinamento que traz militares e policiais [...] de outras nações do hemisfério para os Estados Unidos e para campos de treinamento no Panamá [deveriam] continuar a ser fortalecidos” (HUGGINS, 1998:181). Mesmo os protestos que Rockefeller sofreu em sua visita nesse ano não foram suficientes para que se fizesse a recomendação de suspensão dos treinamentos e cooperações.³⁶

O peso dessa parceria, tanto para o Brasil, como para vários países da América Latina, foi a manutenção da via de desenvolvimento subordinada e dependente, a continuidade da ausência de investimento em tecnologias, a falta de investimentos em políticas públicas (educação, saúde, habitação, transporte) e a continuidade dos altos índices de exclusão social, expressos nos mais diferentes índices de desenvolvimento humano (DH).

Do ponto de vista da repressão aos que se opunham tanto ao aumento da extração da mais valia, quanto à concentração de renda e do poder político, a justificativa era apenas uma: a salvaguarda da nação contra o comunismo. Percebe-se que o Brasil fez bem o dever de casa. Os benefícios foram recíprocos para aqueles que se envolveram nesse processo, ou seja, para a burguesia norte-americana e para parcelas da burguesia nacional. Consolidou-se nessa fase, a dependência armamentícia, uma vez que ao receber o

³⁶ Além da visita de Rockefeller, também Richard Nixon visitou a América Latina, como mencionado acima. A respeito da visita de Rockefeller, ver: LAINO, Domingos. *Paraguai: fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora, 1979.

treinamento militar norte-americano, a recíproca seria a compra de armas; as estratégias e diretrizes para controle na região se firmaram aos poucos, até chegar ao pacto secreto denominado Operação Condor, que envolveu os países do Cone Sul e a CIA.

Em nome de salvaguardar a democracia, a segurança e a aliança do mundo cristão, montou-se um aparato repressivo com autonomia a proceder a, conforme já salientara Golbery, “alianças formais ou informais, tanto quanto naturais associações de interesses, [que] sempre poderão dar margem, por certo, a políticas, estratégias e geopolíticas integradas do conjunto” (SILVA, 1981:101).

Uma condição de legalidade/ilegalidade/informalidade que atendia, no campo da repressão, a todos os preceitos e à correlação de forças acima referida e que se expressa claramente na documentação produzida pelos agentes imbricados em uma malha cujos meandros e extensão no interior das sociedades são quase incomensuráveis. O imbricamento é de tal ordem que os documentos oriundos do SNI eram encaminhados para a AESI do lado brasileiro, mas a resposta vinha do lado paraguaio, escrita em português, com carimbo da AESI brasileira e, no entanto, datada a partir de Assunção.

Embora existisse a AESI brasileira e a paraguaia, a malha de informações do Brasil adentrou as fronteiras paraguaias, não apenas com oficiais que iam buscar brasileiros foragidos no Paraguai. Mais do que isso, o Brasil compôs com o Paraguai um acordo que subordinava o Estado Guarani aos órgãos repressivos brasileiros.³⁷

Assim, as relações internacionais não se prendiam apenas às embaixadas, pois tanto nos documentos quanto no *Memorando* já citado, percebe-se que os canais de comunicação eram mais profundos. Não eram apenas amparados nas relações diplomáticas e no direito internacional. Eram casos policiais, e como tais, deveriam ser tratados.

Retomando à problemática das relações com os EUA, a dependência do Brasil em relação aos EUA chegou a tal nível de aprofundamento que, por ocasião do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick em 4 de setembro de 1969, até mesmo o senador americano Frank Church afirmou que

³⁷ Pedido de busca nº E/SS/AS 0001/75. Acervo DOPS/PR – SNI – caixa 213. 23/01/1975.

isto ocorrera porque no Brasil, Elbrick era o “símbolo do imperialismo” (LAINO, 1979:20).

Nesta lógica, o crescimento do Brasil no período resultou em efeitos fortemente sentidos pelos países vizinhos e suas denúncias à ingerência do Brasil, apesar da vigência de ditaduras, aumentaram.

Com a construção de Itaipu, parte dos agricultores da região onde foi construído o lago, migrou para o Paraguai com o fim de continuar trabalhando na terra. Mas tal migração ampliou os conflitos entre os agricultores brasileiros e os camponeses paraguaios, que ainda hoje possuem questões a serem resolvidas. Também na Bolívia, na Guiana Francesa, como anteriormente citado, houve a presença de brasileiros.

1.3 - Os interesses nacionais e internacionais na construção da Itaipu

Como aventamos, as construções de barragens hidrelétricas integram os projetos de desenvolvimento dados pelos imperativos do capitalismo internacional e sua necessidade de geração de energia para atender as demandas internas.

À lógica da renovação do parque tecnológico que atendesse às necessidades deste desenvolvimento, associa-se o ideário da integração nacional, ou seja, da eliminação das disparidades regionais, desde que isto não ameaçasse os interesses dos segmentos dominantes vigentes nestas regiões mais atrasadas do país. Assim, era necessário garantir as condições para a modernização, por exemplo, do campo, mas manter a lógica da produção monopolista para exportação, o que significava, em outras palavras, deixar de lado, qualquer possibilidade de reforma agrária.

Para isso, era necessário ultrapassar as barreiras do atraso, elevar o Brasil a país potência, garantindo as condições para modernização, mas sem ferir os interesses da autocracia. Pelo contrário, ajudando a autocracia a ultrapassar seu próprio conservadorismo e, depois de modernizada, ter condições de competir no mercado internacional com seus mesmos produtos, mas agora com tecnologia incorporada.

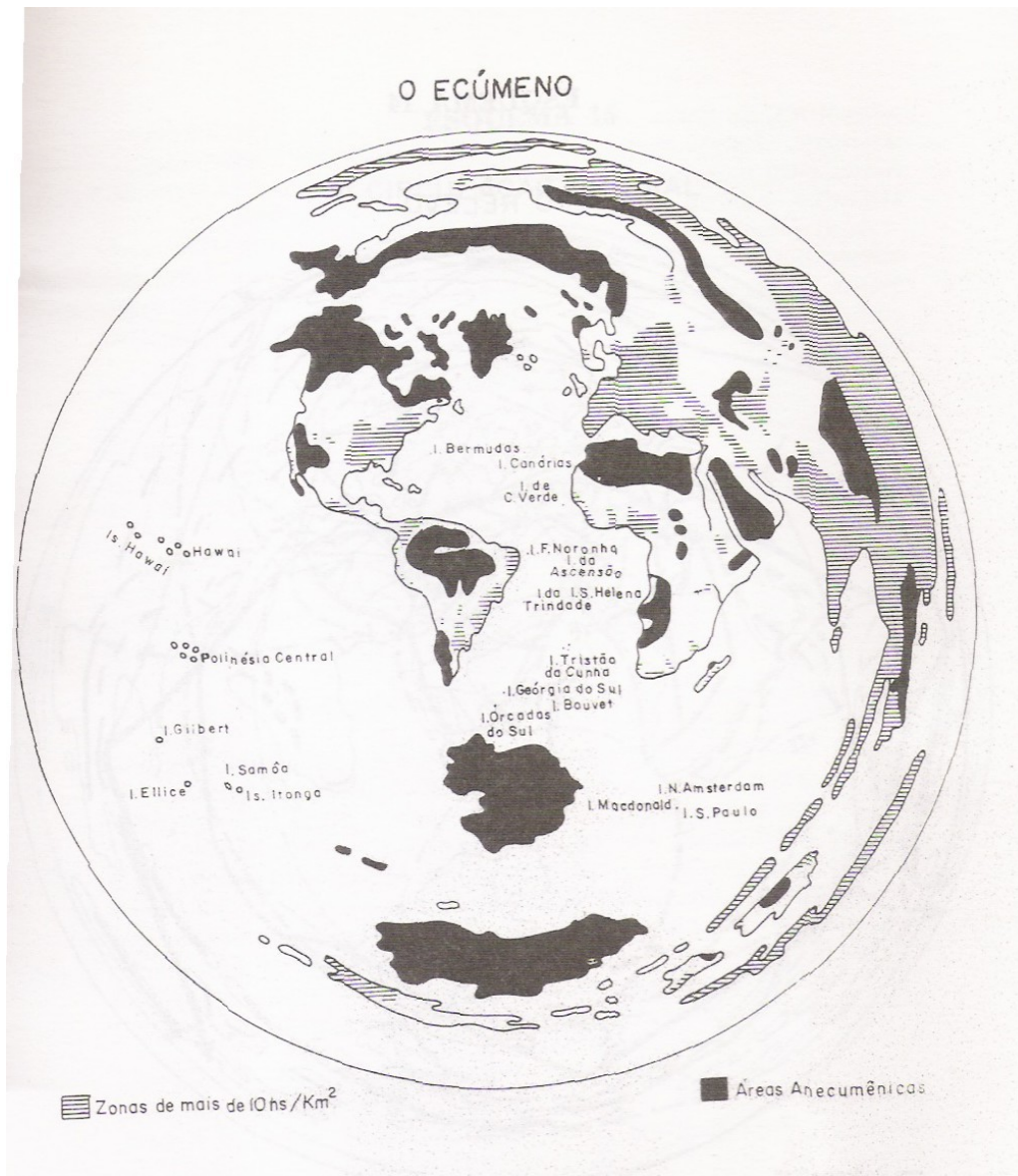
Porém, para tanto, eram necessários, por exemplo, além dos subsídios, os investimentos em empresas como a de Itaipu e Tucuruí voltadas para a geração de energia elétrica; a construção de pontes, como a Rio-Niterói, a Ponte da Amizade com o Paraguai e a abertura de estradas como a Transamazônica, por exemplo. Tais obras foram facilitadas pela disponibilidade de mão de obra decorrente da migração do Norte e Nordeste para as regiões Norte, Sul, Nordeste e Centro-Oeste e também pelos imigrantes advindos dos países vizinhos.

No caso específico da construção da Usina de Itaipu, uma questão maior se colocava: o fato de que, parte das águas está do lado paraguaio, o que significava retornar ao antigo problema da penetração do Brasil, o que Laino definiu da seguinte forma:

[...] Duas correntes teóricas traçam o marco geopolítico da ação do governo brasileiro: a primeira corresponde ao tenente-coronel Mário Travassos e logo a de seu continuador, o general Golbery do Couto e Silva. Segundo Juan E. Guglielmelli a problemática geopolítica do Brasil na América Latina, com ênfase no antagonismo entre as bacias do Amazonas e do Prata [percebe-se] a oposição entre ambas as bacias [e] resolveria-se em torno do controle e atração do 'triângulo econômico' Cochabamba-Sucre-Santa Cruz. Afirma Travassos que 'o Brasil da Bacia do Prata, apesar de requerer meios artificiais para unir-se ao oceano, dispõe de portos com suficiente capacidade de atração na costa e dos estímulos de dois países mediterrâneos que naturalmente reagem contra a força centrípeta do Prata: o Sul do Mato Grosso, prolongando os territórios de São Paulo e Paraná, representa a força de penetração [...]'. (1979:12)

A construção de Itaipu e a incorporação de parte do território paraguaio denotam assim que, para além da questão energética, colocava-se o problema da posição que o Brasil e que também a América Latina ocuparia no concerto internacional. Não por acaso o mapa-múndi que aparece na obra citada (*Geopolítica do Brasil*), retira a Europa da posição central, a partir da qual se localizam todos os outros países, transferindo tal centralidade para a América.³⁸

³⁸ Quando Golbery coloca o foco principal na América do Sul, enfatiza que a navegabilidade pelo Atlântico é demasiada mais fácil, segundo o seu entendimento. Conferir: SILVA, *op. cit.*: 77.



Ou seja, seguindo-se as “Diretrizes Geopolíticas” em relação ao Paraguai, constantes no citado livro, tratava-se da “incorporação, também, da periferia circulatória do segundo cinturão interior onde ressalta o papel integrador do Paraguai e seus maiores afluentes”. Para em seguida, afirmar que:

[...] Importa salientar, pelo menos, a importância da vitalização dos rios navegáveis de toda a faixa fronteiriça onde a bandeira brasileira precisa, no mais curto prazo, fazer-se não só presente, mas assídua, e, além disso, a necessidade de um concurso nacional, de fato representativo, nas ligações tanto aéreas como também marítimas, entre os principais centros

populosos dos países sul-americanos. [...] (SILVA, op. cit.:132-3 e 135)

A incorporação desta parte do Paraguai, segundo ele, seria mais vantajoso para o Brasil, pois escoar pela Argentina aumentava os custos de envio ou de recebimento de produtos, o que priorizava a alternativa pelo Pacífico, dada a distância existente entre as nações do norte, com as quais os latino-americanos tradicionalmente negociavam.

O medo do Pacífico era facilmente justificado também pelo lado americano. Cerca de uma década antes das primeiras partes de *Geopolítica do Brasil* serem escritas, os EUA sofreram o ataque de Pearl Harbor, em 1941.³⁹ Levando em consideração que Golbery já era atuante na carreira militar e que apenas três anos depois desse ataque esteve nos EUA para estagiar no exército norte-americano – em agosto de 1944 (SILVA, 1981:IX), pode-se prever as possíveis origens da ideia de que o Brasil deveria ser o responsável por defender essa parte do continente de possíveis ataques exteriores.

As negociações com o Paraguai nos anos de 1960, neste sentido, iniciadas no período da ditadura brasileira foram facilitadas pela ditadura de Stroessner para o qual o problema do perigo comunista era mais latente.

Estrategicamente, para o Brasil, a construção da barragem de Itaipu serviu aos objetivos de resolver a pendência da fronteira com o Paraguai, já que era uma região de litígio ainda não resolvida e, também, aumentar o poder de controle sobre o Cone Sul, particularmente no que tange à Argentina, o principal país na disputa pelo controle do Prata. Segundo Moniz Bandeira (1993), os momentos de tensões e afinidades entre Brasil e Argentina foram constantes.

Após o golpe de Stroessner no Paraguai, houve uma mudança na relação diplomática. A partir desse governo, o Paraguai intensificou suas relações econômicas com o Brasil, diferenciando-se das opções do governo anterior que realizava negócios principalmente com a Argentina. Assim, o Paraguai começou a gravitar na órbita do Brasil.

³⁹ Conforme Turner este foi, junto com o 11 de setembro de 2001, um dos ataques “mais vergonhosos” para o governo americano. Cf. em TURNER, S. *Queime antes de ler*: presidentes, diretores da CIA e espionagem internacional. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2008.

Para selar o acordo, primeiro se construiu a estrada que conduzia o escoamento da produção paraguaia de Assunção até o Porto de Paranaguá, no Paraná. Em seguida, a Ponte da Amizade, pouco antes da construção de Itaipu.

Após o golpe, o Paraguai procurou uma nova forma de escoar sua produção e conseguir um porto no Atlântico. Assim, firmar com o Brasil essas relações significou priorizar sua relação com o Brasil em detrimento da Argentina.

1.4 - A Itaipu e sua inserção no projeto de Segurança Nacional

A necessidade de expansão do parque energético já mobilizara as comissões oficiais compostas fundamentalmente por técnicos vinculados ao setor, alocados em diferentes setores da sociedade civil desde o período de Getúlio Vargas. As comissões mistas formadas por

[...] técnicos brasileiros e norte-americanos, como a Missão Cooke, de 1942, a Missão Abbink, em 1948, e a Comissão Mista Brasil – Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), entre 1951 e 1953 e também pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), no âmbito dos trabalhos de elaboração do Plano Salte [...] ⁴⁰

preparam o terreno para a expansão do setor, cuja viabilidade se pôs concretamente no governo de Jânio Quadros em 1961. Mas desde Juscelino, já havia estudos com o Paraguai para aproveitamento dos recursos hidrelétricos dos rios Acaraí e Mondaí, afluentes do rio Paraná em territórios paraguaio, nas imediações da cidade brasileira de Foz do Iguaçu e do porto paraguaio "Presidente Franco". Esse convênio data de 1957 e se configura como uma das

⁴⁰ CORRÊA, Maria Letícia. *Estado e burocracias no Brasil: um estudo sobre poder e política na área de planejamento do Governo JK ao regime militar (1956-1968)*. In: Revista *Tempos Históricos*. Publicação do curso de graduação em História e do [Mestrado em História](#) da Unioeste — Campus de Marechal Cândido Rondon, [vol. 10, 1º sem./2007](#), p. 09 (Disponível em <e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download/.../1019>. Acesso em: 20 mar. 2010).

primeiras iniciativas de aproveitamento do potencial hidráulico que o Paraguai poderia fornecer.⁴¹

Jânio finalmente criou o consórcio de empresas que compunham a Eletrobrás, nos moldes já preconizados desde os anos de 1940 e para o qual JK criou o Ministério das Minas e Energia (MME), em 1960.⁴²

Conforme Corrêa, a acentuação do papel do Poder Executivo foi mudança mais importante verificada no regime militar em relação à política desenvolvida pelo MME para o setor energético, o que permitiu “acomodar os interesses com os governos estaduais e o empresariado nacional associado” e a viabilizar o “aproveitamento de Sete Quedas que levaram à construção da usina de Itaipu, na década de 1970”, após os estudos realizados pelo “Comitê Coordenador de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul, entre 1963 e 1966 [...] com recursos do Banco Mundial” (CORRÊA, 2007:09).

Um dos técnicos que, desde o período de Vargas vinha participando dos estudos sobre a expansão do setor, o engenheiro John Cotrin⁴³ afirmou que inicialmente, a possibilidade que se pensava de parceria nessa empreitada era com os russos (CABRAL, 2000).

Apesar dos estudos conjuntos e do convênio firmado, até 1966 a situação das “Sete Quedas” ficou diplomaticamente complicada entre Brasil e Paraguai. Na divisão de fronteiras na região, o que o Brasil entendia como seu território, o Paraguai reivindicava como pertencente ao seu lado da fronteira. A situação só foi resolvida em 1966, quando Castelo Branco assinou com o Paraguai o acordo que ficou conhecido como “Ata de Iguazu”.⁴⁴

Apesar de todo este cabedal de discussões sobre o tema e de todo o embate que envolveu a sociedade civil durante anos⁴⁵, a construção de Itaipu manteve-se como um projeto bastante controverso já que técnicos da época

⁴¹ Conferir: Convênio de Cooperação entre o Brasil e o Paraguai para o estudo do aproveitamento da energia hidráulica dos Rios Acaraí e Mondaí. Decreto Nº 42.919, de 30 de dezembro de 1957. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_parg_49_3167.htm>. Acesso em: 20 mar. 10.

⁴² Oficialmente instalada em junho do ano seguinte, na presidência de João Goulart (1961-1964).

⁴³ Cotrin exerceu a presidência da Central Elétrica de Furnas, por dezessete anos, até 1974, quando passou a dirigir os trabalhos de construção da Usina de Itaipu.

⁴⁴ As atas de fundação da empresa, bem como o Tratado de Itaipu, serão temas discutidos com mais profundidade no próximo capítulo.

⁴⁵ SQUINCA, Marcelo. *Um caso de desamor: o debate sobre a estatização do setor de energia elétrica 1956-61*. Tese de doutorado, PUC, São Paulo: 2009.

não consideravam um bom investimento para o país realizar tal empreendimento naquela região. Em maio de 1973, o ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite prestou declarações na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados alegando que “o projeto de Itaipu é essencialmente político” (PEREIRA, 1974:295). Ou seja, refere-se o autor ao conjunto de fatores que compunham esta pauta: construir uma empresa geradora de energia naquele momento de crise energética que o Brasil sofria; fornecer energia ao parque industrial que se incrementava e disputar estrategicamente o poder na região da Bacia do Prata.

Dentre as alternativas postas no debate ainda na época da ditadura, seria mais viável a construção de uma hidrelétrica no interior de São Paulo, ao invés da Bacia do Prata.⁴⁶ Outros comentaristas e autores do período se debruçaram na análise desta construção. Desde os que acreditavam na possibilidade do projeto, como os próprios militares, ou os setores ligados a Jânio Quadros (CABRAL, 2000) até os que se pronunciaram contrariamente, por motivos diversos. Foi o caso do advogado Osny Duarte Pereira (1975), que ponderou que se tratava de um investimento demasiado alto para se fazer, e além de tudo, auxiliaria o Paraguai, e não o Brasil; e Chiavenato (1980) que demonstrou ser a Itaipu uma arma geopolítica para a consolidação do Brasil no Cone Sul.

Sem dúvida, a questão do “gerenciamento” da região pelo Brasil teve o consentimento dos Estados Unidos. O contraponto desse consentimento foi a participação dos Estados Unidos na política desenvolvida pelos países que estavam sob intervenção militar na América do Sul de diversas formas. Durante o governo de Nixon (1972-1974) o Brasil conseguiu autorização para ser a “polícia do continente” (CHIAVENATO, 1980:140).

A partir do governo Médici, centralizado o poder, os embates vigentes na sociedade civil ficam alijados da decisão política. Inicia-se assim, bem nos moldes bonapartistas, o processo de construção da Usina de Itaipu. Essa nova postura contou, conforme já foi indicado, com o apoio do governo Stroessner, que passou a centrar suas relações econômicas na parceria com o Brasil e contribuiu com isto, para que este se visse em condições de assumir a condição

⁴⁶ A respeito das diversas opiniões a respeito da construção de Itaipu, ver: PEREIRA, Osny Duarte. *op. cit.*, 1975; CABRAL, Lúcia Maria Martins (coord.), *op. cit.*, 2000; GERMANI, Guiomar Inês. *Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003; e LAINO, Domingos. *Energetica em Paraguai: fraude y entrega*. Asuncion: REPSA, 1974.

de uma possível potência no Cone Sul. Conforme conclui Chiavenato, a Itaipu “é a mais poderosa arma da geopolítica brasileira. É um fato concreto: é a marca da vitória especialmente contra os argentinos” (CHIAVENATO, 1980: 143).

Na parceria estabelecida com o Paraguai, a contrapartida assumida por aquele país resultou em uma dívida que ainda resta ao Paraguai pagar. Dada a situação econômica daquele país, a parte dos investimentos assumida, se resolveria com o pagamento a preços de mercado pela energia elétrica fornecida ao Brasil, o que consolida uma política cujos problemas, conforme visto, vêm de longa data e que as ditaduras só fizeram aprofundar.

O que se apresenta em *Geopolítica do Brasil* é evidência bastante a ação militar. Nas conclusões do texto de 1960, Silva (1981), explicita que a geopolítica brasileira deveria pautar-se, dentre outros aspectos por “expansionismo para o interior e, também, de projeção pacífica no exterior”, ao mesmo tempo em que se fizesse uma “geopolítica de *contenção*, ao longo das linhas fronteiriças”, e por fim, uma geopolítica de “participação na defesa da Civilização Ocidental, que também é a nossa” (SILVA, 1981:137-8).

Capítulo 2 - O MAUSOLÉU DO FARAÓ⁴⁷

No capítulo anterior, foi visto o caminho que o Estado nacional percorreu para definir aquela região como fundamental às suas aspirações e aos seus projetos. Nesse sentido, foram abordados os tratados de constituição de território para aquele espaço geográfico, as relações que o Brasil constituiu com os países vizinhos, especialmente com o Paraguai, as relações com os EUA no sentido de delimitar as atitudes tomadas pelo Estado brasileiro. Por fim, para se compreender o que foi definido como marco geopolítico e sua função naquele quadro de desenvolvimento do capitalismo hiper-tardio no Brasil, foi tomado como base o livro *Geopolítica do poder*, de Golbery do Couto e Silva.

Neste capítulo, será analisada a construção da empresa a partir da apreciação das atas de sua fundação (as Atas e o Tratado de Itaipu), a contribuição dada pela empresa para a construção de um parque industrial no Brasil, a auto-imagem da empresa através de seu material institucional, uma vez que o que ela apresenta a quem a visita não é a prática encontrada na documentação, conforme se vê no percurso dessa parte do trabalho e, por fim, também será objeto de análise, a relação estabelecida com os trabalhadores.

Toda a documentação utilizada foi gerada pela Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI) ou integra o acervo particular do Doutor Martin Almada, paraguaio perseguido pela ditadura que até hoje se mantém como uma das mais atuantes personalidades na denúncia contra os crimes da ditadura e seus enraizamentos sociais. Por fim, também foram usados dois vídeos institucionais produzidos pela empresa e que servem como cartão postal para os turistas interessados em conhecer esta obra. O primeiro nos foi enviado por sua assessoria de comunicação em 2009, e o segundo assistido em visita à empresa, no “Espetáculo de Som e Luz”, quando a hidrelétrica oferece um espetáculo noturno aos seus visitantes de iluminação da barragem, em janeiro do mesmo ano.

⁴⁷ O nome Mausoléu do Faraó originalmente apareceu num documento da Comissão Pastoral da Terra, referindo-se à situação dos trabalhadores no canteiro de obras de Itaipu. Dada a forma que a empresa foi construída, tornando-se um verdadeiro monumento, digno para os membros da CPT de uma construção egípcia, resolveu-se tomar “emprestado” o termo, pois ele se refere bem à prática adotada pela empresa e sua relação na região.

Dentre os documentos oficiais, se destacam as atas e o Tratado de Itaipu, que foram gerados no ato do lançamento de sua fundação. Juridicamente, os tratados referem-se à vontade de ambos os países de produzirem a energia elétrica. Qualquer possibilidade de mudança em seus termos, no caso de falta de consenso, só pode ser solucionada em algum Tribunal Internacional, pois tais termos são regulados pelo direito internacional. As atas também se amparam no direito internacional, mas são as determinações mais generalizadas acerca do assunto, no caso, a constituição do “condomínio de Itaipu”, conjunto de empresas que, em parceria com o Estado, levaram a cabo a construção da hidrelétrica.

2.1 - Os termos do acordo entre o Brasil e o Paraguai na fundação da Itaipu

A- Ata de Iguaçu:

A Ata de Iguaçu foi assinada em 22 de junho de 1966, dois anos após o Golpe Militar no Brasil e doze anos depois do início de seu similar no Paraguai. Pelo lado brasileiro, assinou o documento o ministro das Relações Exteriores, o embaixador Juracy Magalhães e o ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Doutor Raúl Sapena Pastor.

Para a assinatura da Ata, foram reiterados os votos de amizade entre os dois povos. Amizade bastante discutível, pois, conforme já indicara Couto e Silva, em 1967, o clima de animosidade predominava, dado que,

[...] Más o menos tributarios de la Argentina, oscilando entre la desconfianza, el resentimiento y la admiración y pungidos por una dependencia económica indiscutible – Paraguay y Bolivia, “prisioneros geopolíticos”, más el primero que la segunda – valen mucho por su posición geográfica en el flanco abierto y vulnerable del Brasil meridional y central y constituyen, sobre todo por su inestabilidad política y económica, indisimulables zonas de fricción externa donde podrían llegar a colisionar, voluntaria o involuntariamente, los intereses brasileños y argentinos [...]. (p. 55)

O que se comprova é que tais questões hoje colocadas já estavam postas por ocasião da assinatura dos tratados e expressam um acirramento nas relações bilaterais entre os países desde 1965, momento em que foram discutidas as bases do acordo visando o aproveitamento daquela bacia hidráulica para gerar energia elétrica.⁴⁸

A dinâmica histórica que se impôs nas relações dos dois países, como já foi apresentado, esteve subordinada às circunstâncias da acumulação de capital. Por estarem ambos com processos históricos de desenvolvimento do capitalismo hiper-tardio, cujas frágeis burguesias se deixaram capitanear pelos militares, a fim de promover as renovações necessárias ao próprio capitalismo sem os riscos de convulsão social ou indefinições nas políticas de desenvolvimento ante as divergências de interesses entre os diferentes segmentos que as compõe.

Vários são os aspectos que circundam os objetivos da construção de Itaipu, além da necessidade de geração de energia elétrica para ambos os países, a começar pelos estudos de inspeção na região, preliminares à construção propriamente dita. Neste sentido, observa-se como o Brasil assume a liderança no processo e como o governo paraguaio foi levado praticamente a reboque dos acontecimentos.

Em 1965, as tropas brasileiras adentraram a região de Porto Coronel Renato, há três quilômetros da divisa territorial do Brasil com o Paraguai, na região de Saltos do Guaíra, portanto, para além das fronteiras daquele país, bem próximo à localização posterior da Binacional.

Inicialmente parecia tratar-se de um incidente destituído de sentido político, a não ser pelo fato de que, coincidentemente, esta região será inundada para compor a reserva de águas da Hidrelétrica de Itaipu.

Ante tal atitude considerada pelo governo paraguaio uma invasão, Stroessner expressou sua irritação ao governo brasileiro, no momento liderado por Castelo Branco.⁴⁹

⁴⁸ Acervo Martin Almada. As datas, origens e encaminhamento burocrático (difusão) dos documentos são as seguintes, respectivamente: 22.10.1965, D.P.I nº 604, Embaixada do Brasil. Já no segundo documento, 1.09.1965, Embaixada do Brasil. A difusão foi provavelmente para o Governo do Paraguai, não estando especificada no documento.

⁴⁹ D.P.I. Nº 527. Acervo Martin Almada. 25/09/1965. Para: Jayme de Souza Gomes, Embaixador do Brasil. Origem: Raul Sapena Pastor, Ministro.

Conforme o líder paraguaio,

[...] Sin embargo, el pequeño contingente militar brasileiro no está instalado en Puerto Coronel Renato – como afirma la Nota Verbal mencionada en el párrafo anterior – sino en la Zona donde la frontera debe ser caracterizada y los límites fijados mediante los últimos hitos a ser colocados e inaugurados sobre las cumbres del Mbaracayú. Esta circunstancia constituye, indudablemente, un obstáculo para el trabajo regular y normal de la “Comisión Mixta”, razón por la cual el Gobierno de la República del Paraguay, por mi intermedio, solicita del Gobierno de la República de los Estados Unidos del Brasil el traslado de dicho Destacamento, por considerar que él no presta servicio alguno a las tan cordiales y muy buenas relaciones existentes entre los Estados Unidos del Brasil y la República del Paraguay [...].

A resposta de Castelo Branco veio no sentido de apaziguar os ânimos, explicando ao presidente vizinho que se tratava apenas de um pequeno destacamento – composto por sete homens, o que não ameaçava a soberania paraguaia.⁵⁰

Todavía, retruca o ditador paraguaio, que esses militares ocupavam um dos pontos de litígio entre as duas nações, cuja demarcação não estava ainda decidida entre os dois países, e não a cidade de Porto Coronel Renato, como alegava o governo brasileiro.⁵¹ Emblemático, o conselho de Castelo Branco foi de que o vizinho se acalmasse, pois não havia motivos para tanto, explicando que essas tropas lá estavam para resolver o problema do contrabando e da possível subversão. Nota-se que em nenhum momento o presidente brasileiro demonstrou que retiraria essas tropas para sanar o impasse. Ao contrário, retoma o tradicional jargão da “amizade entre as nações vizinhas”, minimizando a questão, ciente da fragilidade do vizinho em reagir de forma mais efetiva contra a invasão.

Foram várias as notas verbais trocadas entre ambos os presidentes, embora nosso acesso tenha se restringido apenas aos documentos correspondentes ao acervo de Martin Almada⁵², todavia, pela própria numeração dos documentos foi possível perceber que se tratou de um

⁵⁰ Embaixada do Brasil em Assunção. Acervo Martin Almada. 01/09/1965.

⁵¹ D.P.I. Nº 527. Acervo Martin Almada. 25/09/1965. Para: Jayme de Souza Gomes, Embaixador do Brasil. Origem: Raul Sapena Pastor, Ministro do Paraguai.

⁵² D.P.I. Nº 527, 25/09/1965; D.P.I. Nº 604, 22/10/1965 e a resposta da Embaixada Brasileira em Assunção de 01/09/1965. Acervo Martin Almada.

incidente diplomático com bastante repercussão no interior dos dois governos. O Brasil se manteve intransigente ante os questionamentos do Paraguai e de forma “imperialista”, adentra as fronteiras vizinhas, ao desrespeitar acordos e pactos. Ao assinar as atas de Itaipu em 1973, Brasil e Paraguai, ainda sob o regime ditatorial, afogaram o que restava do litígio e essa região ficou sobre o lago de Itaipu.

De qualquer forma, o alagamento da região terminou formalmente decidido entre ambos os países, desde a assinatura da ata de Iguazu em 22 de junho de 1966 onde ficou também estabelecida a partilha no acesso à energia gerada pela hidrelétrica. Conforme reza o documento, Brasil e Paraguai concordavam em

[...] estabelecer, desde já, que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desníveis do rio Paraná, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto do Guairá até a foz do rio Iguazu, será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de preferência para a aquisição desta mesma energia a justo preço, que será oportunamente fixado por especialistas dos dois países, de qualquer quantidade que não venha a ser utilizada para o suprimento das necessidades do consumo do outro país; [...].⁵³

Considerando-se que a presidência da empresa ficou como cargo privativo do Brasil, resulta que cabe a este último fixar o preço a ser pago ao Paraguai pela energia consumida naquele país, advinda da Itaipu. Ou seja, o Paraguai compra de si próprio, já que é sócio na empresa e paga pela energia vendida a si próprio.

Tal condição passou a ocupar os jornais paraguaios nos últimos anos, pois a revisão deste quesito foi plataforma do candidato Fernando Lugo, quando este, rompendo a tradição do Partido Colorado no poder - que datava da década de 1940, quando chega ao poder com o ditador Morínigo⁵⁴ até as eleições de 2008 – , foi eleito sob uma plataforma na qual constava principalmente a exigência ao Brasil de uma revisão do Tratado de Itaipu.

⁵³ Ata de Iguazu de 22/06/1966. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/334&foto=perfil_documentos.jpg>. Acesso em: 20 mar. 2010. *Diário Oficial da União*. 08.08.1966, p. 9.061/62.

⁵⁴ A respeito da criação dos partidos no Paraguai, bem como o Golpe de Stroessner e sua manutenção no poder até o ano de 1963 – embora seu mandato tenha durado até 1989 – ver MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954-1963)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

A justificativa paraguaia, referendada amplamente pela opinião pública daquele país, considerou nesta década de 2000 que os preços pagos pela energia do Paraguai estavam aquém do preço praticado no mercado internacional. Neste momento, o representante do Paraguai que tentava re-negociar os termos do Tratado fixado na década de 1970, através da mediação do então chanceler paraguaio Raul Sapena Pastor, era o engenheiro Ricardo Canese.⁵⁵

Naqueles idos de 1970, Sapena como porta-voz do governo paraguaio, preparou a visita de Stroessner ao Brasil no mês de abril de 1973, a convite do presidente Médici, ocasião em que, conforme anunciou o jornal brasileiro seria “constituída uma empresa Paraguai-Brasil para a construção da Usina de Itaipu [...] a maior represa hidrelétrica do mundo” que disponibilizaria aos dois países um “potencial energético superior a 10 milhões de quilowatts, explorando os recursos de 7 Quedas”. Traduzindo a posição paraguaia, o jornal brasileiro relata que, na opinião de seus diplomatas, “as relações entre os dois países ganhará um renovado impulso de cordialidade [...], pois o Paraguai, em razão de sua posição geográfica, cercado por poderosos dois vizinhos ao norte e ao sul, não tem outra alternativa que por em prática uma política flexível e de cordialidade em relação ao Brasil e à Argentina”.⁵⁶ A previsão era de que o “Paraguai tivesse o ingresso de 173 milhões de dólares com a venda da metade do potencial que lhe corresponderia dentro do total de recursos da Usina de Itaipu”.⁵⁷

Trinta anos depois, quando o novo representante paraguaio, na figura do engenheiro Canese, abordou, em nome do primeiro presidente eleito democraticamente naquele país, que seria necessária a revisão do acordo, revitaliza um questionamento que, desde a década de 1970, a frágil oposição ao governo do Paraguai fizera a essa aproximação com o pólo brasileiro. A resposta do então presidente do Partido Colorado governista, o senador Juan Ramon Chaves, fora a de que “o pólo [...] não se orientava para o Brasil, mas para a defesa dos interesses paraguaios”.⁵⁸ Todavia, a tradição Colorada, datada de 1887, quando o partido foi fundado, tinha dentre seus integrantes “os

⁵⁵ Ricardo Canese é um engenheiro de destaque no Paraguai. Desde as eleições de Fernando Lugo, tornou-se responsável por negociar com o governo brasileiro, o Tratado de Itaipu.

⁵⁶ Pastor, Raul Sapena. “Pastor confirma visita de Stroessner a Brasília em abril próximo”. *Jornal do Brasil*, 16/01/1973. Caderno 01.

⁵⁷ Idem.

proprietários e militares conservadores, de certa maneira ligados à influência da Chancelaria brasileira” (ARCE *apud* MORAES, 2000:21).

No período da construção da empresa, a alegação de Sapena Pastor para ceder ao Brasil o direito de definir o valor das tarifas sobre a energia consumida, fora a de que apenas o Brasil estava pagando a conta, ou seja, apenas este país arcava com os vultosos custos da obra. Cabia ao Paraguai apenas o fornecimento de água para a hidrelétrica.

Apenas na continuidade da querela, retomada nos anos 2000, o argumento paraguaio introduz a alegação que a abundante água cedida pelo Paraguai, constituía também um recurso e que sem ela as turbinas da empresa não girariam.

De fato, a construção da empresa punha em discussão, mais uma vez, a questão do pagamento dos custos de tal obra, já que nenhum dos países possuía capital financeiro suficiente para bancar o investimento. Mais uma vez, porque, desde a década de 1950, conforme já exposto, quando a lenta industrialização do Brasil coloca a necessidade de ampliação do parque energético, um dos impasses entre os segmentos da burguesia que tinham acesso ao poder público, era o problema dos custos dos investimentos. Ante a recusa das empresas privadas, particularmente as multinacionais que já detinham o monopólio da exploração da energia elétrica no país, de investirem na ampliação deste parque, impõe-se o imperativo do Estado assumir tal tarefa, o que resulta numa ampliação da dívida externa⁵⁸, dilatando sua vulnerabilidade e a necessidade de se submeter às condições impostas pelos credores.

Naquele momento, a alternativa apresentada pelos segmentos considerados “nacionalistas”, constituído por técnicos que atuavam no governo, pequenos empresários, ou mesmo proprietários rurais de médio porte que vinham instalando usinas de pequeno porte capazes de atender de forma descentralizada nas regiões, as demandas por energia, era a de se manter a

⁵⁸ Pastor, Raul Sapena. “Pastor confirma visita de Stroessner a Brasília em abril próximo”. *Jornal do Brasil*, 16/01/1973. Caderno 01..

⁵⁹ La deuda externa total de Brasil que emprendería ascendía a 121.000 millones de dólares en 1992 y la del de Paraguay a 1.700 millones de dólares. STANCICH, Elba. *Cuando los ríos se modifican, pierden los pueblos y la biodiversidad*, Taller Ecologista, Rosario,— Argentina, Programa Energía Coalición Ríos Vivos (GRAIN),. 06/01/2003, p. 5. Disponível em: <<http://www.taller.org.ar/menu/archivos/cuandolosrios.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

lógica do atendimento descentralizado. Esta alternativa de desenvolvimento, alegavam eles, poderia ser subsidiada pelo Estado, ou mesmo pelo capital financeiro interno, já que seriam de pequena monta.⁶⁰ Como a história comprova, a resolução do impasse foi dada de forma bonapartista, com a centralização do poder, a decisão da construção do Brasil Grande, dos grandes investimentos, cabendo ao governo corrigir os problemas criados nos anos anteriores pelo monopólio concedido à iniciativa privada estrangeira. Assim, a burguesia ainda incipiente que se formava nos anos de 1950, já abordava a preocupação do Estado em assumir a geração de energia como tarefa sua, uma vez que as subsidiárias do setor não reinvestiam o capital na geração do produto, deixando tanto a população, especialmente a paulista e a carioca sem energia, bem como, e principalmente, as empresas que necessitavam dessa energia para funcionar.⁶¹

Ao Paraguai interessava a mudança na órbita gravitacional, pois, vindo em direção do Brasil, como era o desejo dos Colorados (BANDEIRA, 1993; MORAES, 2000), escoaria suas mercadorias pelo Porto de Paranaguá, o que, ao mesmo tempo em que os livrava a dependência direta da Argentina, colocava o governo de Stroessner numa nova lógica e, sobretudo, criava uma nova forma de manutenção do Estado paraguaio e sua camarilha iniciada sob o governo ditatorial. Com uma base de produção voltada para a agricultura, a possibilidade de escoar nesse porto, somada à entrada de capitais advindos da construção da hidrelétrica, o Paraguai ficaria numa situação confortável financeiramente, consolidando o bonapartismo stronista.

Por outro lado, o crescimento industrial brasileiro na década de 1970 não podia prescindir de um fornecimento massivo de energia elétrica, o que resultou na obsolescência da via “nacionalista”. Mas no Paraguai daquela segunda metade do século XX ainda se mantinham as condições de produção semelhantes às vigentes no período da guerra da Tríplice Aliança, ou seja,

[...] o perfil da industrialização paraguaia surgida nos dez anos anteriores à guerra [da Tríplice Aliança] não era efetivamente dirigido para a ampliação da

⁶⁰ SQUINCA, Marcelo. UM CASO DE DESAMOR : O DEBATE SOBRE A ESTATIZAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA 1956-61. PUC/SP, Tese: 2009.

⁶¹ A respeito da necessidade de geração da energia para atender a demanda paulistana, ver: RAGO, *op. cit.*, 2008. Já sobre a necessidade do mercado fluminense, ver: PEREIRA, *op. cit.*, 1974.

produção industrial voltada para a exportação, mas sim direcionada para uma indústria antes de mais nada preocupada com a defesa do Estado paraguaio, além de limitada e muito aquém do que pretendem alguns autores que escreveram sobre o Paraguai no século XIX. Neste sentido, e dentro do contexto de revisão historiográfica sobre a realidade paraguaia durante o século XIX, o quadro que se apresenta é o de um país ainda em um estágio muito incipiente no desenvolvimento industrial, que carecia de matérias-primas, capacidade tecnológica e mão-de-obra especializada. [...] ⁶²

A vinculação do Paraguai com os Estados Unidos no período Stroessner deu-se tanto pela articulação repressiva contra o inimigo interno, centrado no fantasma do perigo comunista, quanto pelo privilégio econômico dado às empresas estadunidenses. Em 1955, a abertura ao capital internacional efetivou-se mediante uma lei que estabelecia um tratamento especial ao capital estrangeiro, o que beneficiou consideravelmente as empresas dos Estados Unidos, e sua presença no Paraguai gradativamente influenciou as políticas da ditadura, chegando mesmo a impor-lhe uma comissão para assessorar o governo em matéria econômica.

[...] Al cabo de un tiempo de trabajo de esta comisión, las empresas estadounidenses pasaron a controlar casi por completo la agricultura y las finanzas del país. La explotación del Chaco paraguayo se realizaba por entero a través de compañías extranjeras (entre ellas, argentinas) que estaban autorizadas, incluso, a organizar su propia policía. Nesta mesma década, segundo os censos, apenas 1500 pessoas eram proprietárias de 85% das terras cultiváveis, a indústria praticamente não existia e apenas se manufaturava alguns bens derivados da produção agropecuária. 'La dictadura de Stroessner no intentó modificar esta situación [...] Durante su vigencia, no llevó adelante ninguna medida tendiente a fomentar el desarrollo industrial del país. Por otra parte, el reducido mercado interno — por entonces, Paraguay contaba sólo con 1.500.000 habitantes — desalentó los negocios industriales. Al mismo tiempo, las grandes facilidades otorgadas a los importadores y contrabandistas, provocaron que la escasa producción se llevara, adelante de un modo casi artesanal. [...] ⁶³

⁶² PENNA FILHO, Pio. In: Revista brasileira de política institucional. Vol.41 n.1. Brasília. Jan./June, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473291998000100012&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mar. 2010).

Já nos estertores da ditadura, camuflada que estava por eleições presidenciais periódicas desde 1962, precedidas por estados de sítio apenas suspensos no dia das eleições, ante o crescimento das Ligas Camponesas que organizavam a oposição e

[...] buscando algún tipo de apoyo, que diera le legitimidad a su gobierno entre los trabajadores rurales y campesinos, la dictadura llevó a cabo un plan basado en la creación de colonias agrarias en las tierras menos productivas del país. El plan significó el traslado de los campesinos más pobres hacia regiones distantes, y la venta al Estado, por parte de los grandes propietarios, de tierras sin mayor valor, a altos precios. [...] ⁶⁴

No caso do Brasil, ao impor o Golpe de 1964, e no Paraguai, ao assumir Stroessner, Bonaparte tornaram-se as Forças Armadas, que sob a espada, subordinaram o movimento das classes subalternas à dinâmica imposta pelas regras do capital.

Mas retornando ao clima de disputas na região, este transcendia a relação entre o Brasil e o Paraguai, já que a construção da Usina integrava uma questão que envolvia também o Uruguai e a Argentina. Tratava-se do aproveitamento da denominada Bacia del Cuenca del Plata, que se estende por 3,2 milhões de quilômetros quadrados que incluem todo o sul do Brasil, o sudeste da Bolívia, uma parte considerável do Uruguai, todo o Paraguai e uma extensa região do norte argentino, conforme se pode observar no mapa a seguir: ⁶⁵

⁶³ ARGUMEDO, 1993. Disponível em: <http://www.portalplanetasedna.com.ar/dictadura_latina.htm>. Acesso em: 21 mar. 2010.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Fonte: Elaboración: Proyecto Mapa Digital – CIC, 2004. In: KOGAN, Yanina. “De la esperanza a la decepción, de la Cooperación y el conflicto en la Cuenca del Plata”, maestría en relaciones y negociaciones internacionales. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/ Argentina), Universidad de San Andrés en cooperación con la Universidad de Barcelona, ciclo 2004-2005, p. 12.

Mapa de la Cuenca del Plata

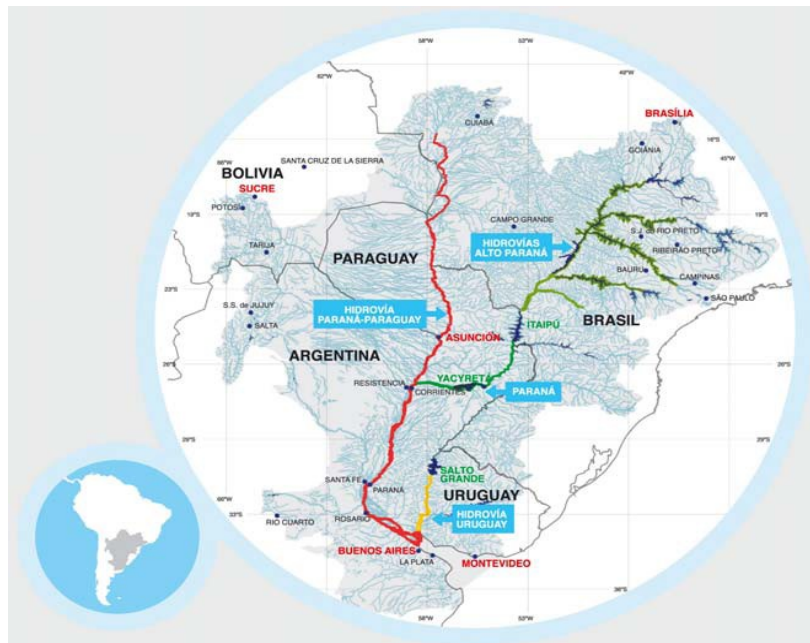


Nas discussões entre os quatro países, o Uruguai e o Paraguai eram reconhecidos pelo Brasil e pela Argentina como parceiros menores, sem condições de interferir com muita ênfase nas discussões.

Assim, as negociações do Brasil com o Paraguai afetavam as pretensões e também as negociações que o primeiro mantinha com a Argentina sobre a questão. Neste caso, a Argentina sofreria uma dupla perda: além da parceria que visava à construção de hidrelétricas (como a Usina de Corpus), que seria realizada em acordo com o Paraguai, corria o risco de perder sua hegemonia sobre aquele país, o que lhe garantia privilégios no escoamento de seus produtos pelas hidrovias de Cuenca, na parte paraguaia. Tal questão, na qual não nos deteremos, pode ser melhor visualizada no mapa a seguir:⁶⁶

⁶⁶ Elaboración Proyecto Mapa Digital – CIC, 2006, p. 17.

Hidrovías en la Cuenca del Plata



Ciente da dúbida posição brasileira, o governo argentino programou uma reunião em Buenos Aires, em junho de 1966, com os representantes dos três países, com o objetivo de consolidar o *Sistema del Tratado de la Cuenca del Plata* – um conjunto de acordos sobre o aproveitamento dos rios da região.

[...] Así es que, mediante la invitación de Argentina a los cancilleres de la Cuenca del Plata para un encuentro en Buenos Aires con vistas a la formación de un agrupamiento sub-regional, el Brasil y Paraguay apuraron sus planes de aprovechamiento compartido del Río Paraná, desde Salto Grande de Sete Quedas hasta la foz del Río Iguacu, consagrándolos al Acta de Iguacu, firmada por sus cancilleres en junio de 1966. Con esto llegarían a la I Reunión de Cancilleres de la Cuenca del Plata, con este hecho consumado. En el momento en que se pensaba en el Tratado de la Cuenca del Plata, Brasil construía, la Usina Urubupungá y negociaba el contrato de Itaipú. [...] (KOGAN, 2004:32)

Apesar das derrotas que sofre em suas pretensões nesta questão⁶⁷ o acordo acabou sendo assinado em 1970, até porque os acordos entre o Brasil e o Paraguai para a construção da Usina já se fixava desde 1966, à revelia os interesses dos outros países, em reuniões que ocorreram em Foz do Iguaçu e Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este). Assim, após várias reuniões e encontros diplomáticos foram definidos os termos preliminares do acordo, firmados na Ata de Itaipu, que teve como objetivos:

[...] estudar os problemas comuns da área, com vistas a promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações; bem como a rever e resolver os problemas jurídicos relativos à navegação, balizamento, dragagem, pilotagem e praticagem dos rios pertencentes ao sistema hidrográfico do Prata, a exploração do potencial energético dos mesmos, e à canalização, represamento ou captação de suas águas, quer para fins de irrigação, quer para os de regularização das respectivas descargas, de proteção das margens ou facilitação do tráfego fluvial.[...] ⁶⁸

A construção da Usina resolvia, para o Brasil, um dos principais entraves para o seu desenvolvimento industrial, particularmente o da região Centro-sul, que era o de fornecimento de energia para o Estado de São Paulo, principal pólo desta industrialização, uma vez que nos anos de 1950, esse Estado já havia sofrido racionamento de energia, mudando inclusive a dinâmica da produção industrial recentemente iniciada (RAGO, 2008).

Apesar da tardia industrialização brasileira, a disparidade entre o desenvolvimento alcançado e a capacidade de abastecimento de energia elétrica para as demandas daí decorrentes, aliado às demandas advindas com o rápido crescimento urbano nesta região do país que se verifica a partir principalmente da segunda metade do século XX, era um problema com o qual se deparava toda a sociedade brasileira desde longa data, o que não se

⁶⁷ A Argentina lança a tese do aproveitamento multinacional, segunda a qual nenhum país possuidor de nascentes em Cuenca poderia adotar medidas que afetassem direta ou indiretamente aos demais países ribeirinhos sem consulta prévia a todas as nações integrantes deste complexo. Sobre a questão ver: ZUGAIB, Eliana. *A hidrovia Paraguai-Parana*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto Rio Branco, 2007.

⁶⁸ Ata de Iguaçu, parágrafo V.

verificava no Paraguai, cuja industrialização praticamente estagnara sob a longa ditadura de Stroessner.

Assim, quando se define, conforme os termos constantes na Ata, que a energia elétrica produzida pela empresa seria dividida em partes iguais para ambos os países, comprometendo-se cada parte a vender ao outro o excedente, automaticamente o Paraguai foi colocado como fornecedor de energia excedente ao Brasil naquela conjuntura de díspares perspectivas de desenvolvimento. O que, em princípio, significaria aumento da arrecadação de divisas para o Paraguai, extremamente sem perspectivas de industrialização e de políticas de garantia de fornecimento de energia elétrica à população urbana ou rural.

O Brasil assume todo o ônus financeiro, técnico, operacional e logístico da construção, não só da usina, como das redes internas de transmissão da energia até os centros industriais, como São Paulo e posteriormente, Goiás e Mato Grosso.

Os recursos para a construção da Usina pareciam não ser o problema, pois o Brasil foi o país do mundo que mais recebeu investimentos norte-americanos durante os anos de 1950 até início dos 60, além da Venezuela, produtora de petróleo (LAINO, 1974)⁶⁹, embora o Brasil não houvesse conseguido boas vantagens nos financiamentos (PEREIRA, 1974).

A estes recursos captados no exterior que aumentavam a já significativa dívida externa se somavam os advindos da brutal concentração de rendas que, conforme os dados abaixo cresceram significativamente no período ditatorial:

⁶⁹ Nenhum destes recursos foi aplicado na prospecção de petróleo, embora já se pusessem as evidências de sua existência no litoral. Assim nosso desenvolvimento industrial e urbano continuou dependente da compra deste produto no exterior, constituindo-se, portanto, um conjunto de políticas de desenvolvimento que manteve a dependência e a subordinação e ampliou ainda mais o aumento da dívida externa do país.

Tabela 2: Distribuição de renda pessoal 1960 – 1970 – 1976

Estrato da população Economicamente ativa (a)	Proporção da renda total (%)		
	1960	1970	1976
Baixa (50%)	17.71	13.91	11.8
Média baixa (30%)	27.92	22.85	21.2
Média alta (15%)	26.66	27.38	28.0
Alta (5%)	27.69	34.86	39.0
TOTAL (100%)	100.00	100.00	100.0
Coeficiente de Gini	0.50	0.56	0.60

Fonte: Reichstul, H. P. e Goldenstein, L. 1980.

Dados para 1960 e 1970 baseados no Censo Demográfico.

Dado de 1976 da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio.

Notas: (a) Idade da população 10-65 anos.

Através do já aludido pacto com a fração da burguesia que se expandia nessa fase, conforme nos explica Rago:

[...] despossuída de elementos revolucionários ingêntos dada a sua incompletude de classe, ela antevê as benesses da acumulação ampliada de modo associado e subordinado sem a participação das massas nos processos políticos decisórios. Em suas teses sobre as diferenças históricas entre categorias sociais dominantes das vias clássicas e não-clássicas de objetivação do capital, Chasin ressalta: “Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado [...]”. (RAGO *apud* CHASIN, 1986)

Concretamente, o resultado dessa política no Brasil, já advinda do período JK, norteou a seguinte pauta:

[...] o período Kubitschek forçará a aceleração da acumulação capitalística, com o seu programa de avançar “cinquenta anos em cinco”. Do lado da definitiva conversão do setor industrial e das suas

empresas em unidades-chave do sistema, a implantação dos ramos automobilístico, da construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia, orientam a estratégia; por seu lado, o Estado cumprindo o papel e atuando na forma já descrita, lançar-se-á num vasto programa de construção e melhoramento da infraestrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola "externa", com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília. O Estado opera através de uma estrutura fiscal primitiva e extremamente regressiva, com o que fatalmente incorrerá em déficits crescentes, numa curiosa forma de aumentar até o limite sua dívida interna sem mutuários credores. Por outro lado, a conjuntura internacional é pouco propícia: numa etapa em que o capitalismo se está redefinindo, num sentido policentrista, com o auge do Mercado Comum Europeu, sua estratégia política continuará metida na "camisa de força" das concepções maniqueístas de Foster Dulles. Dessa forma, a aceleração que se tentará movimentar-se-á em assincronia com a estratégia política dos países centrais, do que resultará quase nenhum financiamento de governo a governo. Nestas circunstâncias, recorre-se ao endividamento externo privado, de prazos curtos, o que acarretará pressões sobre a balança de pagamentos, numa etapa em que a elasticidade das exportações frente ao crescimento do produto é relativamente nula. [...]⁷⁰

Por outro lado, Laino observou esse impacto no Paraguai:

[...] Dentro del sistema económico brasileño se observa una decidida tendencia a la concentración del capital. La producción industrial se encuentra cada vez mas acaparada por las grandes industrias. En el sector de la producción existe una evidente inclinación hacia la monopolización y este hecho es posible verificar a través de los datos que corresponden al estado de San Pablo [...]. (LAINO, 1974:79)

Tal concentração também na configuração do parque industrial que se renovava, pois segundo dados do crescimento industrial nos anos de 1949 até 1959, empresas com mais de quinhentos trabalhadores chegavam a ter crescimento de 28 a 40% (Ibidem:79).

⁷⁰ Ibidem, p. 40-41. Disponível em: <www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/a_economia_brasileira.pdf> . Acesso em: 21 mar. 2010.

Novamente, Francisco de Oliveira, explicando a respeito do monopólio que se constituiu no Brasil, intercalando a produção estatal com a de indústrias de capital internacional, informa que:

[...] A posição monopolística de algumas empresas estatais e quase monopolística de outras, colocadas os lugares-chaves da cadeia de relações interindustriais, confere enorme vitalidade às empresas, as quais, por necessidades mesmo do próprio processo de expansão, têm pela frente enormes demandas a satisfazer: tal é uma das decorrências da predominância do Departamento III no processo de acumulação; o Departamento I⁷¹ caminha sempre atrás da demanda em crescimento. Isso converteu as empresas estatais num sólido bloco capitalista – não importa o apelido que se lhe dê – gerando enormes massas de lucro, e, numa etapa de forte concentração de capital, jogando poderosamente no tipo de concorrência oligopolística que se instala entre o bloco estatal e as empresas estrangeiras, ficando em segundo plano o bloco das empresas de capital privado nacional [...]. (OLIVEIRA, 1977:95)

Isso não seria assustador se os setores em crescimento, como o de estruturas metálicas, ferramentas agrícolas, motores elétricos, refrigeradores, máquinas de lavar etc., não tivessem índices tão altos de concentração de produção e de capitais. Nesses casos, os índices demonstram que das poucas empresas existentes, apenas duas ou três monopolizam o mercado. (LAINO, 1974:79-80), como vemos:

[...] El rasgo monopolista de la economía brasileña también se puede observar a través de la situación del mismo Estado de San Pablo: en materia de estructuras metálicas existe un total de 8 empresas, y de éstas, solamente 3 generan el 76% de la producción total; en el sector de las herramientas agrícolas existen 9, y de éstas, solo 3 producen el 95%; hay 17 empresas que fabrican arados, acaparando 3 de ellas el 76% de la producción; 9 producen motores eléctricos y solo 3

⁷¹ Oliveira explica que os departamentos são: “Departamento I: produtor de bens de capital ou, em sentido lato, de bens de produção, pois inclui os chamados bens intermediários, que também são capital constante; Departamento II, produtor de bens de consumo para os trabalhadores, que estamos chamando de bens de consumo não duráveis; e Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas, que estamos chamando de bens de consumo duráveis”. (Ibidem, p. 77). Note que o autor explicita que nessa fase a produção nacional voltou-se completamente para a geração para o próprio sistema capitalista, ou seja, o Departamento I se sustentava para a manutenção do III. Dessa forma, Itaipu se inseria no primeiro, enquanto que o III era constituído de produtos para atender demandas capitalistas, excluindo a classe operária do consumo.

cubren el 86% de la producción; de 8 empresas que fabrican refrigeradores, 2 producen el 91%; existe un total de 6 empresas que fabrican máquinas de lavar y solamente 3 producen el 82%. Igual cosa ocurre con varios otros productos. [...] (Idem).

Já em relação à participação do capital internacional na economia brasileira, Laino, usando dados do Instituto de Ciências Sociais da UFRJ, percebeu que dos 221 milionários existentes no Brasil, 77 eram estrangeiros. Dentre os multimilionários, 31 tinham origem no capital internacional e apenas 24 eram brasileiros. De todos esses dados, o autor demonstrou que a maioria era de origem norte-americana (Ibidem:80-81).

Os investimentos para a construção da usina foram estimados em cem milhões de dólares americanos, conforme estipulado no Tratado de Itaipu⁷² que prevê ainda, dentre outras coisas, que tal capital pertenceria às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS) e à sua similar paraguaia, Administración Nacional de Eletricidad (ANDE).

A cada um dos países, caberia investir 50 milhões de dólares. Como nenhum dos dois possuía tal capital, restou ao Brasil contrair os empréstimos no exterior e repassá-los ao Paraguai na modalidade de empréstimos. As taxas cobradas ao Paraguai foram estipuladas em 6% ao ano, a serem pagos em cinquenta anos, atrelando-se assim, a economia paraguaia à do Brasil durante todo esse período.

Aliás, esta dívida paraguaia com o Brasil é uma das questões tratadas nas relações diplomáticas iniciadas com a entrada de Lugo no governo, pois, segundo alegações paraguaias, calcadas em dados do próprio governo brasileiro, no ano de 2008, a Itaipu fechou o caixa com um saldo que já cobre os custos iniciais de sua construção, ou seja: “o Ativo Permanente no Balanço Patrimonial de 2008 totalizando US\$ 17,5 bilhões, pode representar o valor da construção da Itaipu”.⁷³

Mas nos idos de 1970, a captação dos recursos financeiros nos bancos internacionais representou um acentuado aumento da dívida interna do Brasil,

⁷² Anexo A do Tratado de Itaipu. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/334&foto=perfil_documentos.jpg>. Acesso em: 20 mar. 2010.

⁷³ Disponível em: <<http://www.itaipu.gov.br/?q=node/436&nid=418>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

que reverbera, conforme vimos, na do Paraguai. Para uma melhor visualização do que representou em termos de endividamento, apenas os empréstimos para a construção desta empresa, tomamos os valores em cruzeiros relativamente ao dólar naquele período.⁷⁴ Como fonte, escolhemos os anos que vão de 1973, quando da Assinatura do Tratado de Itaipu, até 1982, quando se iniciou o enchimento do lago.

ANO	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.
1973	6,215	6,030	6,030	6,100	6,100	6,100	6,130	6,130	6,130	6,160	6,160	6,220
1974	6,220	6,340	6,455	6,555	6,555	6,680	6,885	7,020	7,130	7,220	7,325	7,435
1975	7,550	7,620	7,735	7,845	7,975	8,070	8,130	8,285	8,520	8,670	8,775	9,070
1976	9,245	9,420	9,600	10,270	10,550	10,650	10,955	11,170	11,370	11,620	12,055	12,345
1977	12,590	12,870	13,055	13,365	13,700	14,350	14,560	14,810	15,020	15,275	15,535	15,800
1978	16,250	16,495	16,630	17,265	17,370	18,030	18,410	18,685	19,250	19,640	20,050	20,470
1979	21,260	22,250	22,720	23,790	24,775	25,655	26,115	26,810	29,215	30,415	32,040	42,530
1980	43,890	45,310	46,800	49,060	50,135	51,645	53,310	54,805	56,740	58,480	61,355	64,210
1981	67,130	70,510	73,380	79,860	82,940	88,140	93,200	99,110	104,64	110,67	116,91	125,42
1982	129,97	136,75	143,59	150,62	158,36	167,04	176,28	189,90	202,29	214,68	229,60	244,86

Caberia talvez um estudo mais detalhado, que não é proposto aqui, sobre este endividamento do Brasil decorrente da contratação dos empréstimos no exterior, apenas para a construção das usinas geradoras de energia, relativamente a esta constante alta do dólar. Por hora, o que se percebe é que, em menos de dez anos o endividamento do Brasil por causa das demandas de Itaipu aumentaram em vinte vezes.

Tal modelo de endividamento, opção assumida na ditadura militar, ampliou em muito nossa já atávica subordinação ao centro do capitalismo. Os riscos desta lógica já eram objetos de ponderação no interior mesmo dos

⁷⁴ Disponível em: <<http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dolar.html>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

segmentos burgueses brasileiros, desde os idos do bonapartismo institucional, durante o governo JK.⁷⁵

Representante da aludida burguesia que se colocava em prol de um desenvolvimento descentralizado, calcado em recursos vigentes no país, nos idos de 1965, um representante desta burguesia denuncia o caráter que o Estado brasileiro assumia ao optar por uma política que aprofundava o atrelamento ao capital internacional em detrimento do desenvolvimento da indústria nacional. Conforme salienta Maria Aparecida de Paula Rago quando se retoma, naqueles anos, a pauta sobre a necessidade da geração de energia elétrica, para José Ermírio de Moraes:

[...] o grau de subserviência da economia brasileira para com as agências financeiras internacionais evidenciava-se também na maneira como o governo utilizava as reservas externas da nossa economia. Perguntava-se o senador, em abril de 1965, por que “esperar longos meses por um empréstimo do BID” quando se possuíam reservas externas que poderiam ser utilizadas nas demandas internas da economia brasileira, sem a necessidade de se recorrer e empréstimos, a juros altos, e aprofundar as condições de dependência? [...] (2008:115)

Somou-se a essa opção por imensos investimentos em grandes projetos voltados, segundo os preceitos ditatoriais, para o desenvolvimento e a integração nacionais, e se amplia assim brutalmente o endividamento externo, os incentivos à maior da entrada das multinacionais sem restrições quanto à remessa de lucros, visando atrair investidores ao país. Conforme Regis Andrade, em artigo publicado inicialmente em 1980 na Inglaterra:⁷⁶

[...] Os dados disponíveis demonstram que a penetração das multinacionais é maciça e economicamente abrangente. As multinacionais cresceram mais rapidamente que o resto da economia durante o *boom*, e parecem ter mantido sua posição em anos recentes. Seu poder é potencializado pelo seu caráter oligopólico e pela sua superioridade tecnológica. O relatório da comissão de Inquérito sobre Multinacionais do Senado dos Estados Unidos (1975) demonstra que "com quase metade da

⁷⁵ A respeito desse embate, ver: SQUINCA, Marcelo. *O embate entre nacionalistas e privatistas acerca do Código de Águas no Governo JK (1956-61)* – notas de pesquisa. CD-Room- XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. (ANPUH/SP), 2008.

⁷⁶ GIENEFEL, M. e GODFREY, M. (ed.). *The Struggle for Development – National Strategies in an International Context*. London, Wiley, 1980.

indústria sob controle estrangeiro, o comportamento das multinacionais é um determinante crítico da *performance* da economia brasileira. Além do mais, como muitas firmas estrangeiras são oligopolistas, a desnacionalização está ligada à concentração do mercado de produtos. Concentração de mercado confere poderes adicionais às multinacionais, liberadas da disciplina imposta pela competição [...].⁷⁷

Ao fim, envolvido o país na crise costumeiramente denominada de “crise do petróleo de 1974”, sem controle sobre a inflação que se tornava “galopante” chega-se ao “milagre econômico”. Fatores estes que consolidaram, juntamente com outras medidas, nas décadas seguintes, não apenas as já estruturais dificuldades de uma burguesia nacional sair de sua atávica fragilidade e subordinação, como também jogaram fora do mercado de trabalho mais de 40% da população economicamente ativa, além de aumentar a exploração dos que nele permaneceram, conforme pondera a citada autora.

B - O Tratado de Itaipu

Assim como na Ata de Iguazu, um dos primeiros aspectos que se enfatiza no Tratado de Itaipu é a reafirmação de que há um “espírito de cordialidade [...] entre os dois países e os laços de fraternal amizade que os unem”.⁷⁸

Assinado em 26 de abril de 1973, representou o Brasil do então presidente Médici, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mario Gibson Barbosa. Pelo Paraguai, o ministro das Relações Exteriores Raul Sapena Pastor, diplomata de Alfredo Stroessner. Os dois ministros eram homens de extrema confiança dos ditadores. Como já mencionado, no Memorando da reunião entre Nixon e Médici, esse último mencionou Gibson Barbosa como seu homem de inteira confiança, sendo capaz inclusive de datilografar documentos que eram de circulação muito restrita.

⁷⁷ (Newfarmer e Muller, 1975) In: ANDRADE, Regis de Castro. “Brasil: a economia do capitalismo selvagem”. In: Revista de Cultura e Política, nº 57, Lua Nova: São Paulo, 2002. (Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000200002>. Acesso em: 21 mar. 2010). Conforme indica o autor “Originalmente publicado em, este artigo traça um retrato da economia brasileira da perspectiva do início dos anos 80.

⁷⁸ Tratado de Itaipu. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/?q=node/334&foto=perfil_documentos.jpg> Acesso em: 21 mar. 2010.

[...] The President then continued that since he and President Médici had gotten along so well and found that their views were so close together, he felt it was important that they maintain close contact and have a means of communicating directly outside of normal diplomatic channels when this might be necessary. He asked whether President Médici would agree to the creation of such a channel. On his part, he was prepared to name Dr. Kissinger as his representative for such direct communication. Was there someone on President Médici's staff who he would wish to name for such a purpose? President Médici replied that he had a man he trusted absolutely and who wore two hats. This was Gibson Barbosa, who was the Foreign Minister and also his special private advisor, handling a number of matters for him without the knowledge of the Brazilian Foreign Office. Gibson Barbosa had a special file in which all items were handwritten, instructions or questions from the President, and Gibson Barbosa's replies all handwritten, so that not even typists had knowledge of them.[...]
(MEMORANDO:3)⁷⁹

O Tratado de Itaipu estabeleceu as bases de um acordo que extrapolou a questão da energia, consolidando as condições díspares vigentes nos dois países.

As bases deste acordo aparentam garantir igualdade de condições, pois em seu artigo terceiro, parágrafo segundo, prevê-se que “o Estatuto e os demais Anexos, poderão ser modificados de comum acordo pelos dois Governos”. Mas, adendo a esses documentos oficiais, existem as chamadas “notas reversais”, e na de número 7, consta que a presidência da empresa será privativa do Brasil (LAINO, 1974:84). Além de este ser o cargo mais importante da empresa, o presidente possui o direito ao voto de Minerva, em caso de empate nas votações. Assim, nada dentro dessa empresa poderia ser mudado

⁷⁹ O presidente (Nixon) então continuou que desde que ele e o presidente Médici avançaram tão bem e descobriram que suas visões eram comuns, ele sentiu ser importante eles manterem contatos fechados e terem um entendimento de comunicação diretamente fora dos canais normais da diplomacia quando fosse necessário. Ele perguntou se o presidente Médici concordaria com a criação de tal canal. Da sua parte, ele estava preparado para nomear Dr. Kissinger como seu representante para tal direção de comunicação. Havia alguém no *staff* do presidente Médici que ele gostaria de nomear para tal tarefa? O presidente Médici respondeu que ele tinha um homem que ele confiava absolutamente e que “vestia dois chapéus”. Era Gibson Barbosa, Ministro das Relações Exteriores e também seu conselheiro particular especial, controlador de uma série de problemas para ele sem o conhecimento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Gibson Barbosa tinha um arquivo especial na qual todos os itens de instruções ou questões do presidente eram anotadas à mão, e Gibson Barbosa respondia a todas as anotações; com isso nem mesmo datilógrafos tinham conhecimento delas.

a não ser que houvesse acordo entre ambos, embora o Brasil pudesse ter a palavra final. Isso significa que, em última instância, ficam assegurados os interesses do Brasil em detrimento do Paraguai.

O valor a ser pago pelo fornecimento da energia excedente ficou fixado em dólares, ou seja, *royalties*, conforme o artigo quinze, parágrafo quarto.

O prazo estabelecido para o início da geração de energia foi de oito anos a partir daquela data, 1973. O pouco tempo estipulado para se fazer o canal de desvio, a construção do lago, as obras da barragem, a casa de força, e as demais instalações que fossem necessárias para a produção elétrica, teve repercussões nas condições de construção da empresa e nos contratos com as empreiteiras construtoras e seus operários, conforme analisaremos à frente. Por ora, vamos nos deter na questão da autonomia dada às construtoras. Conforme se lê no artigo 17:

[...] As Altas Partes Contratantes se obrigam a declarar de utilidade pública as áreas necessárias à instalação do aproveitamento hidrelétrico, obras auxiliares e sua exploração, bem como a praticar, nas áreas de suas respectivas soberanias, todos os atos administrativos ou judiciais tendentes a desapropriar terrenos e suas benfeitorias ou a constituir servidão sobre os mesmos. [...]

Em primeiro lugar, a iniciativa privada assume uma função que compete exclusivamente ao Estado, ou seja, interferir junto com o Estado na desapropriação de bens e terras. Para a desapropriação, muitas empresas colonizadoras se fizeram presentes, além dos próprios funcionários de Itaipu. Embora fossem rechaçadas pelos próprios “homens” da Binacional, as falas dos agricultores e dos próprios funcionários denotavam uma participação que não foi proibida pelo Estado, era apenas uma recomendação aos colonos:

[...] A questão da população que vai ter que sair era colocada com muita tranquilidade pelos técnicos de Itaipu. Nas reuniões de 1976, Itaipu prometia que todas as terras estariam indenizadas até fins de 1978, e que todos teriam tempo para se colocar em outra área e, ao mesmo tempo, continuar plantando nas terras desapropriadas. Diziam que ficassem tranquilos, que Itaipu pagaria o “preço justo” e que estava empenhada junto ao INCRA para titular as

áreas de posse. Que só negociassem com os homens da Itaipu e que não se deixassem iludir por possíveis “picaretas”, etc. [...] (GERMANI, 2003:70)

A conclusão de Germani é a de que muitos colonos não conseguiram suas indenizações. Tanto que foi por causa desta questão no lago de Itaipu que se formou no Brasil o *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB), com similares no mundo todo (SILVA, 2008).

As empresas colonizadoras venderiam aos colonos as terras em outras regiões, que negociariam valores, lugares etc. Germani apontou que ainda necessita maiores estudos para detectar o que ocorreu com as famílias que foram desapropriadas e migraram para o Norte do Brasil. Ademais, fazia parte das preocupações do Estado, a ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, para atender aos ditames da geopolítica nacional. Afora esse movimento, formou-se no sul do Brasil, alinhando com as demandas que se formaram por esses agricultores e outros que não possuíam terras o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Acompanhando a lógica bonapartista, a desapropriação se deu, além da cooptação, de forma agressiva e desrespeitosa para com os colonos. Vários recursos foram utilizados. Desde as propagandas usadas por Itaipu, dentre elas um em que aparecia o ator Lima Duarte, com uma frase embaixo afirmando que “Itaipu paga o preço justo” pela terra, até medidas que se mostraram como engodo para os colonos.⁸⁰ O fato é que a desapropriação ocorreu. Os desapropriados tiveram que sair e migrar para outras regiões, em situação aviltante. Os agricultores que foram ou estavam sendo expulsos de suas terras, na maioria das vezes inclusive sem receber qualquer indenização, ou recebendo valores inferiores ao que a terra valia, também foi acompanhada

⁸⁰ A respeito da desapropriação dos colonos em Itaipu, ver: GERMANI, Guiomar Inês. *Expropriados terra e água: as vítimas do conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003. Sobre a forma de desapropriação e a organização do Movimento Atingido por Barragens (MAB), ver: SILVA, Patrícia Pereira. *A representação do movimento dos Atingidos por Barragens na imprensa escrita: O caso da hidrelétrica Candonga/MG*. Dissertação de mestrado UFV, 2008.

com detalhes⁸¹ pela Itaipu e pelos demais órgãos militares de informação, como o III Exército, o Centro de Informações do Exército (CIE) e o próprio SNI.

A vigilância sobre o cotidiano da vida das pessoas que circulavam na região era, portanto, rotina para os agentes dos órgãos de segurança instalados na região, particularmente quando estes começaram a se organizar contra as imposições dos técnicos e dirigentes do canteiro de obras da Usina.

Na reunião do Movimento dos Agricultores Sem-Terras do Oeste do Paraná (MASTRO), quando foi discutido o problema da desapropriação de trabalhadores, houve a presença de cerca de 300 pessoas, dentre colonos e políticos.⁸²

Observa-se que todos os que fizeram o uso da palavra publicamente, foram fichados, isto é, tiveram sua vida vasculhada, assim como foram registradas as suas falas, o que evidencia a capacidade de infiltração que os agentes possuíam. Assim, é por meio destes documentos que sabemos, por exemplo, a presença e detalhes dos pronunciamentos da vida de pessoas comuns.

Os registros deixados ao longo de sua história na Itaipu, as greves que foram organizadas, a resistência, pode ser lida em documentos que foram produzidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no momento em que, por um lado lutavam ao lado dos agricultores para a justa indenização por suas terras que haviam sido desapropriadas por Itaipu, e por outro, acabaram se deparando com as lutas dos operários no interior do canteiro de obras.⁸³

Tal vigilância teve continuidade no período da abertura democrática, com a mesma intensidade que se verifica desde o início das obras. Por exemplo, em 1985, Sarney, já como Presidente da República do Brasil, visitou a Usina, na ocasião em que ocorre a inauguração das turbinas.⁸⁴ Temendo as

⁸¹ Acervo Aluizio Palmar, documento de 20/11/1984, origem CIE, Difusão AC/SNI. Difusão anterior III Exército. Adotamos como critério em nossa investigação, não fornecer nomes de pessoas que fossem citadas em documentos. As listas nominais são muito extensas, e diversas pessoas sequer têm ideia de que seus nomes figuraram em órgãos de informações. Por esse critério, mesmo em caso de documentos recolhidos no Paraguai, criamos formas de borrar ou cortar os nomes.

⁸² Informe nº 1526. 20/11/1984. Acervo Aluizio Palmar. Origem: CIE, com difusão para a AC/SNI e difusão anterior do III Exército.

⁸³ A respeito da documentação da CPT, ver em CHIAVENATTO, Julio José. *Op cit.* Apêndice 2, p. 161-9.

⁸⁴ Pedido de busca nº 00111/100/ACT/SNI. Acervo Aluizio Palmar. Difusão: PF/PR; 5ª RM; 2ª Seç PMPR; AESI Itaipu. As expressões entre aspas encontram-se literalmente dessa forma no próprio documento.

repercussões negativas ante sua visita, foi expedido documento do SNI tendo como pressuposto uma série de levantamentos pedidos às agências da região. Dessa forma, a preocupação em termos de repercussões negativas ante a visita provocou o levantamento minucioso de quaisquer atos, atividades, organizações ou pessoas da região.

Um dos elementos que pudemos observar no documento, foi a preocupação em torno das manifestações hostis à visita de Sarney, com dados sobre quem organiza, líderes, caravanas etc. Tal atitude, demonstra haver tensão e temor ante a possíveis críticas ao governo. Mesmo já iniciado o período de democracia, a prática não condiz com o termo, ou seja, o mapeamento que se espera dos órgãos de informações locais preveem um rígido controle ante as possíveis críticas.

Da mesma forma, a vigilância aos agricultores⁸⁵, assim como as demais organizações sociais teve continuidade, particularmente quando estes se estabelecem, mesmo que a organização expressasse o aparecimento ou fortalecimento de determinados grupos religiosos, mesmo que fossem da Igreja Católica, Luterana, ou quaisquer outras que pusessem a ditadura em “risco”, ou mesmo já no período “democrático”, quando atentassem ou pudessem atentar a ordem social vigente.

Parece que a visita suscitou um acirramento na sanha da vigilância, porque se passou a solicitar dados sobre os diversos movimentos existentes na região da fronteira. Além desses, ainda há a preocupação com os comunistas – Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), com as centrais sindicais, com os demais partidos políticos e com o Movimento dos Agricultores Sem-Terra.⁸⁶

Mas também se vigia pessoas a partir de critérios totalmente distintos dos critérios políticos, ou seja, identificam-se pessoas por sua nacionalidade (árabes)⁸⁷, por sua inserção educacional (estudantes). Todos esses cuidados eram para evitar distúrbios durante essa visita presidencial.

Tais atitudes estavam respaldadas nos termos do tratado que, sob a justificativa da necessidade de seu cumprimento, definia no artigo 18 que:

⁸⁵ Ibidem.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ Ibidem.

As Altas Partes Contratantes, através de protocolos adicionais ou de atos unilaterais, adotarão todas as medidas necessárias ao cumprimento do presente Tratado, especialmente as que digam respeito a aspectos: [...] g) de polícia e de segurança.⁸⁸

Certamente, foi esse artigo que deu margem à constituição da AESI Itaipu, embora as demais autarquias, universidades e empresas públicas tivessem suas próprias Assessorias que não precisavam desse artigo para existir. Mas nesse caso específico, abriu-se o precedente para que houvesse a AESI Itaipu brasileira e a AESI Itaipu paraguaia. Além disso, como já demonstrado em documento no capítulo anterior, criou a possibilidade da própria AESI brasileira funcionar em Assunção, no lado paraguaio. Coube a estas AESIs a fiscalização sobre tudo o que circundava a área do que viria a ser a Usina de Itaipu e a proteção para que o Tratado fosse cumprido.

2.2 - A autopromoção na propaganda oficial

Desde a sua construção, imagens sobre a Itaipu foram produzidas e guardadas com o objetivo de transformá-las em vídeos institucionais, materiais de propaganda e autopromoção, fotos etc.

É possível perceber ao longo de sua história a preocupação com a sua imagem, com o olhar que ela própria vem construindo, atraindo turistas, pesquisadores, instituições etc.

Na página da empresa na Internet é possível encontrar um grande número de vídeos, que variam de acordo com o narrador, com a ordem da cena, mas em geral, são a somatória de um grande número de imagens fotográficas ou vídeos.

Em cada visita que se faz à Itaipu, é possível ver os dados apresentados de seu gigantismo, as dificuldades para a sua construção e a capacidade de seus técnicos e barrageiros para a empresa sair do chão em tempo recorde.

⁸⁸ Ata de Iguaçu.

Para essa análise, será usado um vídeo que a própria empresa nos enviou, além de outro que foi assistido durante visita à empresa.

Na execução das imagens, a impressão é de “acesso à verdade”, como nos explica Xavier, no que concerne à ideia de que o cinema funcione como uma “revelação” (XAVIER *apud* NOVAES, 1993). Passa-se a ideia de que as imagens presentes no vídeo são a tradução da verdade empregada pela empresa.

A narração dos filmes da empresa é sempre muito trabalhada. Um narrador com voz eloquente, grave, dá o tom de importância e veracidade às informações. As imagens mais repetidas em vários deles são em geral do período da construção, reaproveitadas para demonstrar o gigantismo da empresa. Aparecem numa ordem inversa, mas são reaproveitadas para novos vídeos.

No caso do vídeo assistido durante a visita à empresa, o narrador era o de um conhecido jornalista, dono de uma das vozes mais conhecidas no Brasil. Ao mesmo tempo, o vídeo aparecia com legendas em inglês, para os turistas pudessem acompanhar a “fala” da empresa.

Seguindo o mesmo padrão das referências ao passado, são colocadas imagens atuais, construindo um ar de modernidade, de última geração, como se a empresa estivesse sempre à frente de seu tempo.

Sua grandiosidade é demonstrada por números: a quantidade de concreto gasto na obra, a quantidade de terra removida, a imensidão de seu lago, a eficácia da construção, a monstruosa capacidade de geração de energia. Compara-se à Usina de Três Gargantas na China, explicando que a energia de Itaipu tem índices maiores, que a barragem assemelha-se à uma catedral, referindo-se também à quantidade de seus trabalhadores. É verdadeiramente, em sua imagem, a de uma das maravilhas do mundo moderno.

Em todo o tempo, reafirma-se que foi construída em condições ideais, isenta de pressões que denotassem interesses escusos ou particulares, sem tensões com os trabalhadores – o que será demonstrado existir no capítulo a seguir –, e por fim, que atendeu a uma demanda do Paraguai e do Brasil, latente na sociedade. Ou seja, conforme Xavier, as imagens ganhariam

“autenticidade porque corresponde[riam] a um registro automático” (XAVIER *apud* NOVAES:368).

Inegavelmente, Itaipu é fundamental para ambos os países. É uma obra de engenharia fenomenal, não apenas técnica, mas que demonstra a capacidade do homem de domesticar e gerir a natureza para suprir suas necessidades, no caso, a demanda de energia para consumo de pessoas físicas e as juridicamente constituídas.

Mas nesses vídeos, destaca-se também a ausência dos operários. Tais sujeitos aparecem em cenas esparsas, como por exemplo, em dado momento, a tela é ocupada por um gigantesco canteiro de obras: máquinas, terra removida, caminhões, pedras e trabalhadores medindo o solo – possivelmente engenheiros e técnicos. Não se vê operários nessa cena. A relação entre o “visível e o invisível de cada situação” é o que nos fez perceber determinados esquecimentos como forma de inverter as questões pertinentes da empresa e que não aparecem nas imagens.

Já os técnicos estão sempre presentes nas cenas. Eles e os engenheiros, “homens de Itaipu”, são os personagens que dominam a trama, cuja principal personalidade é a empresa. Na sequência uma cena deslumbrante: a formação do reservatório. São 196 metros de profundidade, perfazendo um lago de 1350 km². Neste momento continuam aparecendo os técnicos com o *walkie-talkie* e as plantas do reservatório. Em nenhuma ocasião, explica-se como foi desocupada a região do lago, ou seja, transparece uma perfeita harmonia com os desalojados.

Tais cenas de vídeo contrastam com duas imagens que se encontram expostas no interior do prédio da empresa, relativas ao trabalho dos barrageiros, ou seja, pessoas que labutam na construção de barragens. Um é o painel com cenas de sua faina que, no auge da construção, somavam mais de 40 mil homens no canteiro de obras.

A homenagem que transparece no painel também se denota numa escultura de aço, com o título de *barrageiro – homem de aço*. Apenas aí se evidencia o teor do trabalho desses operários, anônimos no processo de construção, que deixaram lá as marcas de sua luta pela sobrevivência. Mas tanto a imagem quanto o nome dado à escultura, contêm uma dupla conotação. |

Se por um lado associa os trabalhadores ao aço, ou seja, ao que é sólido, resistente, firme, resistente à corrosão, durável, seguro, por outro, demonstra o distanciamento da condição do barrageiro de sua própria natureza humana. Ou seja, demonstra a desumanização inerente ao trabalho nas condições do capitalismo.

[...] – Quando um peão se sente mal, durante o trabalho, ele é levado para a “enfermaria” – uma salinha muito pequena, com ar condicionado, lá mesmo no canteiro de obras. Ali a gente aplica uma injeção, só mesmo para ele se aguentar de pé, e ele tem que voltar para o serviço, porque a concretagem não pode parar nem um instante.

O jovem médico está de malas prontas, saindo de Itaipu:

- Aí eu ganhava Cr\$ 42 mil por mês. Mas prefiro ir para Curitiba, e ganhar apenas Cr\$ 7 mil por mês. Pelo menos fico com minha consciência em paz e consigo manter minha dignidade profissional. [...]
(CHIAVENATO, 1980:165)

Ou seja, nessas condições, a desumanização ocorre pela impossibilidade “da objetivação da vida genérica do homem, pois este se desdobra não só intelectualmente como ser consciente, mas como ser atual e real contempla-se a si próprio num mundo por ele criado”.⁸⁹ A referência que este autor faz ao estranhamento adquire, ao olharmos tal escultura, uma concretude das mais atuais. Ou seja, a imagem é a expressão plena do estranhamento referido por Marx, o qual:

[...] aparece como momento constitutivo no interior da produção, onde “o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, o afronta como ser estranho (fremdes wesen), como um poder independente do produtor [...] (Ibidem:511).

⁸⁹ MARX, Karl. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*, Livro VI, p. 517, In: CARVALHO, Mônica, *A cidade de São Paulo no século XVIII: uma sociabilidade constituída em torno dos símbolos do poder*, 1994, dissertação de mestrado, PUC/SP.



Disponível em: <<http://www.feriasbrasil.com.br/fotosfb/218070061-G.jpg>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

Nos vídeos, “para iludir, convencer, é necessária competência, e faz parte desta saber antecipar com precisão a moldura do observador, as circunstâncias da recepção da imagem, os códigos em jogo” (XAVIER *apud* NOVAES, 1988:369).

O foco do vídeo de Itaipu, certamente é a grandiosidade. O esquecimento dos operários ou sua lembrança, ao mostrarem que seus alojamentos no passado, colado a uma fotografia em que eles aparecem quase que enfileirados, e em seguida a cena transcorrendo para esse lugar, onde hoje é um laboratório científico, é sem dúvida proposital. Corroborando com a análise de que “o próprio instantâneo fotográfico, em sua estrutura mais simples, já nos mostra o quanto a imagem revelada faz emergir dados ocultos que não estavam na mira do fotógrafo” (Idem). Tanto as fotografias, quanto os vídeos são o somatório de lembranças de operários e de histórias que Itaipu parece querer se esquecer.

Capítulo 3 – A AESI de Itaipu e a Operação Condor

A condor é uma ave dos Andes. Um animal que se alimenta da carcaça do que já foi destruído, aniquilado, e sobrevive desses restos. Ao mesmo tempo, é a ave símbolo do Chile e muito comum na região. Esse foi o nome escolhido para uma operação danosa de eliminação de inimigos políticos: a Operação Condor.

Na década de 1970, alguns presos políticos das ditaduras do Cone Sul comentavam e denunciavam uma espécie de acordo entre órgãos militares do Brasil, da Argentina, do Paraguai, do Uruguai e do Chile.⁹⁰ Hoje os estudos baseados na documentação, assim como os depoimentos das mais diversas pessoas envolvidas nesta operação, tanto as vítimas quanto os algozes, comprovam o acordo secreto que permitia aos governos envolvidos trocarem informações sobre os prisioneiros, denominada Operação Condor.⁹¹ Eliminar supostos inimigos políticos dos governos ditatoriais e ter um treinamento orientado pela Central de Inteligência Norte Americana (CIA) eram dispositivos das ditaduras militares do Cone Sul para o treinamento e execução de atividades vinculadas à “Segurança Nacional”.

Embora alguns insistam na ideia de que a CIA não era uma agência organizada naquele período como se tornou depois, a documentação de cada um dos países e mesmo nos EUA, demonstram uma perspectiva contrária – o que comprova que houve um envolvimento profundo por parte do governo norte-americano nas ditaduras militares na América Latina. (TURNER, 2008)

A maioria dos trabalhos sobre a Operação Condor estudou os assassinatos, a troca de prisioneiros, os atentados, e toda a sorte de aniquilamentos perpetrados pelos Estados envolvidos nesse sistema. Mas

⁹⁰ LIMA, Samarone. *Clamor: a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, pp. 10-12. Na sua apresentação, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns apresenta um panorama do período, explicando a organização do movimento Clamor e as denúncias feitas pelos presos sobre a Operação Condor.

⁹¹ Sobre o tema, ver: MARIANO, Nilson. *As garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003; DINGES, John. *Os anos do Condor – Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005; SANTOS, Márcia Guena. *Operação Condor – Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 1998 – Vols. I e II.

nesta pesquisa, foi possível perceber que esta operação não viveu apenas de atentados, assassinatos e sequestros. Ela se constituiu desses atentados contra a vida e a liberdade (não restam dúvidas), mas vê-se que perpassou também o controle e a segurança nos países envolvidos, de forma cotidiana.

A materialização de Itaipu na Tríplice Fronteira, como vista, no primeiro capítulo desse trabalho, solidificou o papel do Brasil na região, que alterou a geopolítica entre os países do Cone Sul, mas também cumpriu outro papel, o de mediar informações sobre operários, funcionários e pessoas consideradas suspeitas pelas ditaduras em vigor, em particular, os brasileiros e os paraguaios. É esta a função que cumpre, no interior da empresa, a Assessoria de Especial de Segurança e Informações (AESI) diretamente vinculada ao SNI, ali instalada. Neste sentido, a atividade de vigilância e espionagem na fronteira, através desta AESI, funcionou “a pleno vapor” não apenas no período em estudo, isto é, de 1973 a 1987. Aquele espaço se tornou o lugar ideal para serem mantidos sob vigilância quaisquer civis, militares ou políticos que pudessem ser considerados suspeitos por comprometerem a Segurança do Estado; conforme os preceitos da Lei de Segurança Nacional que, embora oficialmente restritos ao período ditatorial (no caso brasileiro), não parecem ter sido alterados nos anos imediatamente posteriores.

Nesse sentido, esse capítulo se propõe a discutir as atividades de espionagem, segurança e informações realizadas pelas AESI's existentes no conglomerado de empresas que constituiu o canteiro de obras da Itaipu, envolvendo inclusive também, pelo menos a Argentina e o Chile, além do Paraguai.

Ao contrário do que acreditávamos inicialmente, as AESI's não existiram apenas no território nacional. Conforme comprova a documentação, a Assessoria também foi inserida no Paraguai, com escritório em Assunção. Ela adentrou – no caso da AESI Itaipu, também o Paraguai, embora lá existissem ao menos duas agências, a AESI Itaipu Paraguai e a AESI Itaipu Brasil. Ao longo do capítulo, serão vistos documentos remetidos pela AESI Itaipu Brasil com endereço de Assunção, o que comprova esse imbricamento dos órgãos brasileiros ao menos no Paraguai.

A farta correspondência – sobretudo, do Brasil em relação ao Paraguai, entre as AESI's de Itaipu e os serviços de informações dos países permite

considerar a relação entre tais operações e a conexão que ficou conhecida como a *Operação Condor*. Autores voltados para o resgate das conexões entre os braços repressivos na região apontam que, no caso da assessoria de informações de Itaipu, esta foi:

[...] um reduto de militares e policiais torturadores que pertenciam à estrutura repressiva da ditadura. Alguns desses agentes atuaram num aparelho paralelo que era mantido pelo consórcio de construtoras – Unicon. Tanto a estrutura formal (AESI) como a clandestina tinham suas similares no Paraguai, onde funcionava a versão guarani dos “tonton macoute”. Diversas cidades espalhadas pelo Brasil faziam parte do organograma da espionagem e repressão da binacional, com suas principais bases operacionais situadas no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Assunção além de Foz e Ciudad del Este (na época Ciudad Puerto Presidente Stroessner). [...] ⁹²

Conforme visto, a bibliografia sobre a Operação Condor, de maneira geral insere o Brasil na lógica de participação bastante restrita, pois ainda faltam dados minuciosos sobre a realização das atividades da Operação.

Mas se contrapondo a essa bibliografia, Neusa Cerveira, ao pesquisar acerca dos motivos que resultaram no assassinato de seu pai, o Major Cerveira em 1973, por ação das polícias do Brasil e da Argentina, numa operação secreta de captura, tortura e morte, concluiu que nesse caso, tratava-se de uma operação que foi nominada como Operação Cristal. O que chama a atenção é o fato de que, formalizada em 1975, a operação de sequestro, seguido de morte ocorrera dois anos antes, em 1973, comprovando que mesmo informalmente já havia ações que contavam com a colaboração de países estrangeiros e que, com a Operação Cristal, também denominaremos de Operação Condor.

Além do já exposto, Cerveira defende que a Operação Condor não fora dispersada ao fim da Revolução Sandinista na Nicarágua, mas continua (em 2007, ano da publicação de sua tese), ainda em operação.

Não temos dados suficientes para reiterar suas informações. Todavia, o que a pesquisa ora realizada encontrou nos documentos, foram trâmites

⁹² (PALMAR, 2008. Disponível em <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigos.asp?Codartigo=32&ecg=0>>. Acesso em 24 mar. 2010.

sistematizados de informações que ultrapassam a saída dos militares de Brasília e a chegada de José Sarney ao governo no Brasil.

Teoricamente, já num período democrático, como grande parte da historiografia menciona, deveria ao menos haver a interrupção das informações, o que não se comprovou.

3.1 - A organização da Operação Condor

A Operação Condor foi a organização sistematizada do aparato repressivo das ditaduras militares do Cone Sul. Seus objetivos eram: trocar informações sobre militantes e opositores exilados ou refugiados das ditaduras do continente; capturar e interrogar (inclusive sob tortura) essas pessoas a fim de obter mais informações sobre supostos envolvidos na oposição aos governos dos diversos países do Cone Sul. Em seguida, trazê-los de volta aos países de origem, e em fase mais avançada da Operação, previa-se inclusive a morte desses militantes.

Na maioria dos casos em que o prisioneiro retornava ao seu país, era de forma clandestina, funcionando como uma forma de sequestro feito por essas polícias, e ao chegarem com os prisioneiros, os militares mantinha-os secretamente em delegacias ou prisões, evitando que amigos e familiares obtivessem informações de seu real paradeiro. Quando da descoberta de algum procurado por esses policiais em um dos países do Cone Sul, era encaminhado para o exterior um policial do país de origem desse prisioneiro, chamado de “*policia de enlace*” para que participasse do interrogatório. (SANTOS, 1998, v. 1:98)

Alguns casos denunciados na década de 1970 apontavam a existência dessa operação. Foi o caso do assassinato do ex-ministro da defesa do governo de Salvador Allende, Orlando Letelier, morto pela explosão de um carro-bomba, nas proximidades de Casa Branca, colocando às claras as operações realizadas pela DINA (Dirección Nacional de Inteligência), órgão central de informações do Chile. Esse assassinato também incluiu a participação:

[...] das polícias da Argentina, Paraguai, Chile, além de cubanos anti-castristas residentes em Miami, e contou com uma nebulosa e pouco esclarecida participação da CIA, como mais tarde seria provado nos processos conduzidos nos EUA contra agentes da DINA, os quais incriminavam o coronel Manuel Contreras Sepúlveda e podiam desembocar em Pinochet, caso a polícia conseguisse os depoimentos de pessoas chaves. [...] (GUENA, 1998, v. 1:33)

Outro caso que ganhou destaque foi o

[...] sequestro do casal uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Diaz e de seus dois filhos, ocorrido em 17 de novembro de 1978. Eles foram sequestrados em Porto Alegre e levados clandestinamente ao Uruguai. Foi provada a participação das polícias brasileira e uruguaia no caso. [...] (GUENA, 1998, v. 1:12)

Numa pesquisa sobre a Operação Condor, John Dinges executou um minucioso levantamento sobre a participação da CIA nas tarefas desse sistema. Sua conclusão, após analisar os documentos tornados públicos da agência é o de que durante a fase de gestação e no início das atividades, possivelmente datadas pelos documentos encontrados no *Arquivo do Terror* do ano de 1975⁹³, houve a participação da CIA, especialmente quando se tratava dos documentos desclassificados⁹⁴ envolvendo reuniões dos presidentes do Cone Sul e a direção da Agência, e mesmo a possível conivência da mesma nos países desse subcontinente.

Em grande parte dos países da região, e particularmente em relação ao Brasil, se evidencia a intervenção estadunidense com o objetivo de criar um sistema de informações que controlasse atividades de pessoas que eram consideradas suspeitas pelos agentes dos governos. Isso é demonstrado numa pesquisa sobre a ação da CIA e a ação do governo dos Estados Unidos nas relações com a América Latina durante quase todo o século XX, confirmando que os norte-americanos se envolveram diretamente nas ações de

⁹³ John Dinges e Márcia Guena dos Santos, em seus respectivos trabalhos concordam quanto ao ano de início de atividades da Operação Condor.

⁹⁴ Os documentos desclassificados são aqueles que foram abertos para pesquisa. A respeito da classificação de documentos no Brasil, cf. FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record, 2001, p. 25-26.

planejamento do policiamento, de controle de civis e de repressão. (HUGGINS, 1998)

A respeito destas denúncias, o Departamento de Estado norte-americano, por ocasião dos questionamentos do Juiz Canicoba ⁹⁵ – responsável pelo julgamento de Pinochet no final dos anos 1990 – se pronunciou dizendo que:

[...] o Dr. Kissinger [então secretário de Estado do Governo dos Estados Unidos] soube da existência da operação em 1976. Como mostra o registro documental, durante esse mesmo ano ele discursou na Assembleia-Geral da OEA contra as violações dos direitos humanos como um método de eliminar o terrorismo, e, em 23 de agosto de 1976, ordenou que os embaixadores norte-americanos na região deixassem claro aos mais altos funcionários do governo a ‘profunda preocupação’ dos Estados Unidos com os rumores de planos coordenados de assassinato, enfatizando que, ‘se tivessem qualquer sombra de verdade, esses rumores criariam um grave problema moral e político [...]’. (DINGES, 2005:364 - grifo do autor)

Hoje, sabe-se que essa colaboração vem de datas anteriores à firmada na década de 70 do século passado pelos países do Cone Sul. O “fantasma do comunismo” já assolava o mundo capitalista desde a Revolução Russa em 1917 e tal persecutoriedade veio em um crescente ao longo dos anos seguintes. Assim, por exemplo, em 1932, o governo do Peru, que por temer a ameaça comunista no Cone Sul, no dia 14 de maio,

[...] encaminhou um memorando propondo uma conferência de Representantes das repúblicas sul-americanas para traçar medidas comuns na prevenção e repressão ao comunismo. Solicitava que os governos autorizassem seus representantes naquele país a formalizarem acordos práticos e concretos para fins definidos para a Conferência [...]. (IOKÓI, 2004:111)

Os registros que essa historiadora levantou sobre a questão dos judeus na ditadura Vargas, assim como outros tantos que trataram desta questão

⁹⁵ Magistrado argentino, Rodolfo Canicoba, submeteu a julgamento o ex-ditador de seu país, Jorge Rafael Videla, no final de 2001 e tentou obter a extradição de Pinochet, contudo sem sucesso.

naquele período,⁹⁶ demonstram que a ameaça do perigo internacional precedeu aos golpes na América Latina, e, além disso, serviu para justificar nas décadas seguintes a repressão que foi cuidadosamente montada em anos anteriores “numa articulação entre diplomacia e poder policial, com um sistema de controle supranacional”. (IOKÓI, 2004:112)

Corroborando com a discussão de que a Operação Condor precedeu o ano de 1975, a historiadora Neusa Cerveira aponta que a descoberta de documentos que oficializam a existência da Operação por si só não comprova que as atividades desta natureza se iniciaram naquele ano. No caso da morte de seu pai, conforme apontado, fora decorrente da Operação Cristal. Tal operação, segundo ela, comprova ao menos um embrião da Operação Condor, e mais que isso, que de forma já sistematizada havia o entrelaçamento dos órgãos de informações do Cone Sul.

Os questionamentos sobre as datas do início desta operação, sobre as conexões que foram estabelecidas entre os países, sobre sua extensão e permanência, ainda estão na ordem do dia, e se alteram a cada arquivo que se abre em cada um dos países latino-americanos, ou mesmo nos EUA. Assim, por exemplo, sobre a participação do Brasil na Operação Condor, o também historiador Peter Kornbluh, considera que a entrada oficial deste país ocorreu em 1976 quando foi enviada delegação ao Segundo Congresso da *Operação Condor*, ocorrido em fins de maio daquele ano, em Santiago, no Chile. (Kornbluh, 2004)

A primeira pista seguida no sentido de investigar se havia uma conexão entre a ação das AESI's com a Operação Condor foi através Aluizio Palmar. Seu levantamento no Arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu trouxe a público, documentos que comprovam:

[...] a participação dos militares que atuavam no Centro de Informações do Exército (Ciex) e na Assessoria Especial de Informações de Itaipu, no sequestro e morte de Agustín Goiburú [...] Dois meses após a AESI/Itaipu ter enviado o relatório aos militares paraguaios, Goiburú, que estava asilado na Argentina e costumava vir a Foz do Iguaçu visitar os amigos, desapareceu. Anos mais tarde o professor paraguaio

⁹⁶ Ver, por exemplo: CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia na Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

Martin Almada descobriu, durante pesquisa no arquivo secreto da polícia de Stroessner, que Agustín Goiburú havia sido sequestrado e levado para o Paraguai, onde foi torturado até a morte no Regimento Escolta Presidencial, em Assunção.⁹⁷ (PALMAR, 2008)

Embora na documentação encontrada e que cada vez mais se avoluma, não haja o envio explícito à um dos Condores⁹⁸, que é considerado a oficialização da participação do Brasil ou quaisquer outros países naquela operação, os relatórios produzidos pelos agentes da AESI de Itaipu no período de 1973 a 1988, sobre brasileiros, paraguaios, argentinos e outros, circulavam entre os países e por mais de um escritório das Assessorias. Encontram-se lá documentos que saíram de Curitiba, Foz do Iguaçu, e Paraguai, comprovando que a AESI Itaipu participou da chamada ‘fase 1’ da Operação Condor.

Segundo John Dinges, a Operação se dividiu em três fases, conforme a proposta feita por Manuel Contreras aos demais presentes ao encontro de fundação da Operação, em 1975: a fase 1 correspondia à troca de informações entre os países membros; a fase 2 e 3 eram as das “operações [...] tão secretas que a própria palavra não aparecia nos documentos” (DINGES, 2005: 34-35).

Aluizio Palmar indica que é possível afirmar que a AESI de Itaipu integrou também a fase 2 da Operação, que compreendia a troca de prisioneiros e a fase 3, que compreendia os assassinatos, mas tal documentação, encontrada por ele no Arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu não está disponível para consulta. Assim, apenas é possível reproduzir sua informação de que “alguns desses agentes [das AESI’s] atuaram num aparelho paralelo que era mantido pelo consórcio de construtoras – Unicon. Tanto a estrutura formal (AESI) como a clandestina tinha suas similares no Paraguai”. (PALMAR, 2008)

Para compreendermos a amplitude da Operação Condor é necessário entender um pouco como ela se desenvolveu na região, em particular no Brasil

⁹⁷ Agustín Goiburú fora médico e dirigente do Movimento Popular Colorado (MOPOCO), e por isso sofreu perseguição da ditadura Stroessner, até seu assassinato. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

⁹⁸ Em alguns documentos que vimos no acervo do Doutor Martin Almada sobre a Operação Condor, era comum, nos trâmites de envio e difusão dos documentos, estar registrado que a origem seria por exemplo, Condor 1 para Condor 2, ou vice-versa e sucessivamente. No caso de nossos documentos, esse tipo de trâmite não apareceu.

e no Paraguai, que são nossos objetos de estudo. Para isso, é salutar desvendar a estrutura dos órgãos de informação que existiram, uma vez que ela não constituiu um aparato próprio, mas uma organização dentro dos diversos aparatos de repressão já existentes nos países, pois sua função precípua era acompanhar, observar e exterminar potenciais inimigos políticos, algo não permitido nas legislações nacionais e nem no direito internacional, ainda que sob a égide de Estados liberais. Embora o Brasil e os demais países vizinhos que integraram o sistema tivessem sob a égide das leis de exceção, não havia a previsão de tamanha arbitrariedade, nem nas legislações nacionais.

Embora o ápice da Guerra Fria, que justificou, no início da segunda metade do século XX, a vigilância e a repressão a inúmeras organizações, pessoas e entidades civis e militares, já estivesse arrefecido na década de 70 e 80, ainda serão os comunistas, o bode expiatório a justificar atividades como a que caracterizou a Operação Condor.

No Brasil, a estrutura dos órgãos de informação começava pelo Sistema Nacional de Informações (SISNI) “que coordenava todas as diversas agências vinculadas ao serviço”⁹⁹, centrado no Serviço Nacional de Informações (SNI) que possuía *status* de Ministério, Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações do Exterior (CIEEx), Centro de Operações de Defesa Interna - Destacamento de Operações Internas (Sistema Codi-DOI), além das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI’s), dentre outros. No caso dessas últimas, foram instaladas em todas as repartições públicas do país, embora nem sempre enquanto unidades separadas. Ou seja, em autarquias federais, como Universidades, Correios, secretarias de Estado etc., foram criadas unidades lotadas de agentes no interior da estrutura.

Neste sentido a assessoria de informações instalada na Itaipu, adquire várias especificidades: não apenas foi criada a unidade, como seus agentes tinham livre acesso a quaisquer áreas e assumiram funções que seriam da

⁹⁹ Ver: FICO. Carlos. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2002. Nessa obra, especialmente nos capítulos 2 e 3, o autor analisa detidamente a estrutura dos órgãos de informação no Brasil e quais foram suas atribuições.

área de recursos humanos da empresa. Mas o que se salienta é que, em princípio, tratava-se de um canteiro de obras de empresas privadas, em parceria com o Estado. Assim, conforme salienta Fico,

O que o SISNI entendia como 'outros Órgãos Setoriais de Informações' eram assessorias de informações situadas em importantes esferas da administração pública ou em empresas estatais, como a chefia de gabinete da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional, o Departamento de Administração do Serviço Público ou a Itaipu Binacional. (2002:93)

No Paraguai, a estrutura repressiva ou o sistema de Segurança Nacional era encabeçado pelo Departamento do Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas de La Nación (ESMAGENFA), órgão central de informações do governo Stroessner que se manteve no poder de 1954 a 1989.

O órgão que recebia muitos informes das AESI's Itaipu era um dos mais poderosos na estrutura repressiva paraguaia: a polícia da Capital. Este órgão recebia notificações constantes das AESI's ou da própria Binacional, além dos demais órgãos paraguaios. Por muitos anos, à frente da Polícia da Capital esteve um funcionário do governo que integrava o quadro do Serviço de Informações do Paraguai, de nome Pastor Milcíades Coronel¹⁰⁰, mais conhecido por Pastor Coronel, e que era um dos homens de confiança de Alfredo Stroessner. Regularmente, Pastor Coronel recebia informes dos diversos órgãos paraguaios, e a documentação que saía das assessorias das AESI's de Itaipu, era remetida a ele.

Mais do que um órgão qualquer, a Polícia da Capital preocupava-se com tudo o que se referia à Binacional. Ao longo da documentação e do próximo capítulo, será possível o leitor visualizar melhor como se deu essa relação.

Para melhor perceber a organização, estrutura e hierarquia dos órgãos de informações brasileiros e paraguaios, o leitor poderá verificar os organogramas dos sistemas brasileiros e paraguaios nas páginas constantes dos anexos desse trabalho.

¹⁰⁰ *Inter-American Commission on Human Rights, Organization of American States Third Report on the situation of Human Rights in Paraguay, chapter III, OEA/Ser.L/V/II.110, Doc.52, 9 March 2001 (Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org/countryrep/Paraguay01eng/chap3.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2010)*

Na rede de informações do Brasil no exterior também se envolveram as embaixadas e consulados em diversas partes do mundo, ao extrapolar as fronteiras do Cone Sul, além dos órgãos de informações dos países membros. A Operação Condor também “conseguiu o apoio e a participação de companhias aéreas; médicos; funcionários de cemitérios e Institutos Médicos Legais, e para ações na Europa, de grupos de extrema-direita espanhóis e italianos”. (QUADRAT, 2004^a:153-162)

3.2 - As relações com a Argentina

Um sem número de paraguaios saiu do país logo no início do golpe de Stroessner e muitos desses migraram para a Argentina, ocasionando o que posteriormente influenciou na relações internacionais desses países, conforme Moniz Bandeira (2005).

Assim, observa-se que o acompanhamento por parte da AESI da Itaipu incluía a repressão aos suspeitos de posicionamentos contra o governo argentino, conforme se observa no documento em que há uma lista de argentinos procurados pela polícia Argentina pelo motivo de ações “subversivas”¹⁰¹.

Contavam os agentes com informações que haveria uma articulação entre organizações argentinas, uruguaias, brasileiras e de outros países, ou seja, subversivos, para desestabilizar o governo daquele ditador. (DINGES, 2005)

Por subversão entendia-se desde atentados perpetrados por organizações de esquerda – note-se que deveriam ser de esquerda – ou seja, os críticos das ditaduras vigentes –, uma vez que as ações efetuadas por radicais de direita, mesmo que fossem punidos não eram encaradas como subversão –, reuniões em que se discutiam as ações do Estado, solidariedade a outros povos, e até mesmo críticas ao modelo econômico desenvolvido no país. Esses últimos, mesmo que fossem críticas pautadas ainda no modelo econômico capitalista, mas com tendência ao liberalismo, também poderiam ser consideradas subversivas, como no caso de membros do Partido Liberal Radical (PLRA) do Paraguai.

¹⁰¹ Livro 00053F1926. Acervo *Arquivo do Horror*. Documento em português.

Para um exemplo prático dessa questão, o Governo Goulart: seu governo se propunha a fazer uma reforma agrária, que se mantinha nos marcos formais do sistema capitalista. Apenas diminuiria a especulação financeira das terras no Brasil. A perspectiva era manter a posse da terra, o que garantiria a continuidade do capitalismo. Ainda assim, seu governo foi considerado de inclinação comunista, tendente a transformar o Brasil numa “República Sindicalista” e isto foi uma das justificativas epistemológicas, pode-se dizer de sua queda.

Como visto, não era apenas criticar o Estado, o Governo, que definiria haver ou não uma conspiração. No mesmo caso, enquadra-se o governo de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul, ao estatizar a ITT, uma empresa de telefonia norte-americana no Rio Grande do Sul. Não havia ali uma ocupação da fábrica aos moldes socialistas ou comunistas, com gerenciamento operário, divisão das riquezas. Apenas essa empresa não condizia com as necessidades daquele Estado, e por isso precisava ser nacionalizada. Em suas memórias, Darcy Ribeiro lembrou como foram difíceis aqueles momentos, que antecederam o golpe de 1964.

Mas retornando às informações das AESI's de Itaipu, uma das evidências do controle sobre a possível conexão subversiva continental, são listas contendo nomes de pessoas que circulavam entre as agências repressivas dos países envolvidos. Assim, por exemplo, uma delas, das mais extensas, contém nomes de pessoas que integrariam o Exército Revolucionário del Pueblo (ERP)¹⁰² organização argentina que, segundo Dinges, de fato, liderava uma organização para promover levantes simultâneos em países latino americanos.¹⁰³

A lista referida acima, encontrada no arquivo da cidade de Assunção, no Paraguai, é composta de nomes de argentinos procurados pelos órgãos de repressão argentinos, está redigido em português e contém a informação:

¹⁰² SANT'ANNA, Julia. “Operação Condor ainda surpreende Investigação de jornalista americano detalha atividades dos movimentos de esquerda e esforços das ditaduras para liquidá-los”. Reportagem publicada no *JB on line*, 18 Abril 2004. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terror1/condor.htm>>. Acesso em 27 mar. 2010.

¹⁰³ Conforme a mesma entrevista citada acima, o ERP “tinha 5 mil militantes, centenas de instalações subterrâneas, fábrica de armas e lançou o que pensavam que seria uma verdadeira força de guerrilha, ao iniciar os ataques na província de Tucumán, em 74”. Idem.

“Brasil- Direção Geral Assessoria de Segurança”.¹⁰⁴ A listagem ocupa quatro páginas de nomes, com dados pessoais em alguns deles, inclusive.¹⁰⁵

É um documento confidencial, com carimbo da AESI, e no título aparece a seguinte frase: “Os argentinos abaixo relacionados estão sendo procurados pelas autoridades policiais-militares da República Argentina, por terem praticado ações subversivas”.¹⁰⁶ Há um asterisco no nome de um dos procurados, não indicando o motivo. São noventa nomes listados.

A segunda lista, também tarjada de “os elementos abaixo têm vinculação com grupo subversivo pertencente ao ERP, recentemente desbaratado pelas forças de segurança Argentina e encontram-se foragidos”.¹⁰⁷ Ela contém o nome, sobrenome, codinome, filiação, estado civil, data de nascimento, local de nascimento, endereço da última residência, documentos. Compõe-se de duas páginas. Nem todos os nomes aparecem todos esses dados.

Tal lista recebeu duas classificações distintas no *Arquivo do Horror*, o que nos leva a concluir que ela adveio de dois lugares diferentes da Binacional, mas ambas das suas AESI's. Essa última é uma lista de dezenove nomes.

Uma rápida pesquisa sobre as pessoas referidas nestas listas, - já que não é objeto desta adentrar as relações entre a Itaipu e o sistema repressivo argentino-, abriu a perspectiva de que vários deles constam nas relações de mortos e desaparecidos daquele país. Todavia, para essa comprovação, necessitaríamos uma pesquisa junto às Organizações de Direitos Humanos daquele país, o que será feito posteriormente.

Em vista disto – a presença de documentos oriundos do Brasil e do Paraguai –, dividimos a documentação sobre a Binacional encontrada no *Arquivo do Horror* entre documentos grafados em espanhol e em português.

A troca de informações entre os três países (Brasil, Paraguai e Argentina), através das assessorias de informações da Itaipu, tanto do lado paraguaio quanto do lado brasileiro é constante e, por esta, é possível identificar que, além da vigilância cotidiana, algumas pessoas recebiam um tratamento preferencial em termos de acompanhamento de sua movimentação. Isto é, se ela tentasse atravessar qualquer uma das fronteiras entre os três

¹⁰⁴ Livro 00054F0176. Acervo *Arquivo do Horror*. Documento em português.

¹⁰⁵ Conforme já indicado, decidimos preservar a identidade das pessoas cuja vida foi devastada pelos órgãos de informações tanto do Brasil, quanto dos países vizinhos.

¹⁰⁶ *Idem*.

¹⁰⁷ Livro 00054F0180 e 00054F0180. Acervo *Arquivo do Horror/Paraguai*

países, seria presa. É o caso, por exemplo, de uma pessoa que era procurada pelos agentes argentinos e vigiada cotidianamente pelos agentes da AESI Itaipu paraguaia.

Segundo o informe em espanhol, tratava-se de um homem que estivera realizando treinamento em Cuba e que teria participado de um plano para a derrubada do governo argentino, com conexões na Argentina, Bolívia e Paraguai. Supostamente, ele estaria participando de um agrupamento que se organizava para impedir a construção da Itaipu. Seriam opositores de Stroessner articulados com argentinos.¹⁰⁸ O documento relata que esse homem e sua esposa se hospedaram numa pensão em Presidente Franco.¹⁰⁹

A segunda parte do documento é preciosa, não apenas pela riqueza de detalhes que nos permite denotar a vigilância, mas também pela indicação dada sobre a colaboração de civis, no caso, os donos da pensão, para com a repressão. Conforme registro do agente da repressão, quem lhe passa as informações é a dona da pensão, para quem a esposa, inadvertidamente, teria se aberto. Assim, durante uma ausência do marido ela teria dito à proprietária que seu cônjuge era perigoso por ter viajado a Cuba e que desejava se separar dele, embora fosse, como ele, contrária ao Governo Stroessner. Ela teria também relatado que o marido, ao voltar, apresentava-se com uma roupa muito suja, informando-a que seguiria até Yguazú (Argentina) e dali para Assunção e que carregava grande quantidade de dinheiro.

O informe explica que as autoridades argentinas seguem os passos desse suspeito, e há uma marcação ao lado do documento para que haja processo de investigação.

A prática da delação no Paraguai era bastante comum. Esses delatores eram chamados de *sóplons*, ou popularmente de *pyragué*, uma expressão em guarani para designar exatamente delator.¹¹⁰ Embora não figure no documento como informante, os dados que a proprietária da pousada fornece à polícia

¹⁰⁸ Livro 00046F1620. Informe n° 002/75 de 28 de abril de 1975. Referencia: Remision de Informes. Acervo: *Arquivo do Horror*. Origem: Asesoria General de Seguridad e Informaciones (AESi Itaipu/PY). Difusão: Comando em Jefe.

¹⁰⁹ Região urbana do distrito de Ciudad del Porto, integra a região da Tríplice Fronteira, que envolve Foz do Iguazu, no estado brasileiro do Paraná, e Puerto Iguazú, na província argentina de Misiones. As três cidades são separadas uma das outras pelo Rio Paraná e pelo Rio Iguazú.

¹¹⁰ A respeito da prática da delação no Paraguai, ver em GUENA. Márcia. *Arquivo do Horror*. Documentos Secretos das ditaduras do Paraguai. São Paulo: Editora Memorial, 1996.

sobre o casal, são muito minuciosos e percebe-se claramente que essa proprietária ou era ou tornou-se alguém de confiança da esposa.

A delação dos donos ou gerentes de hotéis, pensões e similares era conhecida dos militantes que recebiam abrigar-se nestes lugares. Assim, por exemplo, podemos ver em Palmar (2005), sua extrema preocupação em hospedar-se em hotéis na Argentina. Segundo ele, os hotéis eram locais fáceis para os policiais fazerem investigações, tentando encontrar refugiados ou suspeitos perseguidos pelas ditaduras latino-americanas.

Também no Brasil, embora não conheçamos nenhum trabalho a respeito, foi no período da ditadura militar que os hotéis começaram a prática de preenchimento de fichas dos hóspedes, solicitando a estes que colocassem o local de origem e de destino, conforme ainda hoje se procede. Naquele momento, tais informações eram remetidas aos órgãos de informações.

Autores que se detiveram na análise da Operação Condor atestam que as práticas e as formas de vigilância não se restringiam aos agentes dos Estados envolvidos, mas que contavam também com a ajuda de pessoas vinculadas a lugares de hospedagem. Estar na América Latina não era nada seguro. Aliás, por exemplo, depois do atentado ao carro do ex-ministro das Relações Exteriores de Salvador Allende, Orlando Letelier, em Washington, em 1976 pareceu aos que viveram o período e estavam sob suspeição, que nenhum lugar do mundo era seguro para os opositores. Mesmo que Letelier não fosse um comunista, apenas o fato de se colocar contrário às ditaduras no Cone Sul, especialmente a de Pinochet, e denunciar ostensivamente as arbitrariedades do governo chileno no pós-golpe de 1973, foram motivos de sobra para vigiá-lo e tentar exterminá-lo. Nesse atentado, foram vitimados Michael e Ronnie Moffit¹¹¹, sobrevivendo apenas Michael.

Outra evidência da conexão entre as assessorias de informações refere-se ao registro sobre uma reunião do Partido Comunista Paraguai. ¹¹² O informe contém dados minuciosos sobre a reunião do partido, como dias, audição de discursos gravados “presumivelmente recebidos da organização”¹¹³, como alega o informante, locais que os militantes frequentavam, bem como

¹¹¹ Ronnie era assistente de Letellier no Instituto Transnacional de Estudos Políticos de Washington, dirigido pelo ex-ministro chileno, e estava acompanhada também de seu marido Michael. No atentado, ambos foram vitimados, mas Michael sobreviveu.

¹¹² Livro 00046F1620. Informe nº 002/75. Origem: AESI Itaipu PY. Difusão: Comando em Jefe.

¹¹³ Idem, ibidem.

visitas de um deles à São Paulo. Essa informação nos leva a concluir ter sido fornecida por um infiltrado, haja visto as particularidades que contém.

O documento acrescenta ainda que as reuniões ocorriam frequentemente na casa de um dos membros do partido, havendo preferência dos militantes para os feriados. Explicita ainda quais eram os frequentadores das reuniões.¹¹⁴

O temor do comunismo que se acentuara a partir da Guerra Fria tem sido objetivo de inúmeros estudos, particularmente os voltados para a análise da emergência do imperialismo norte-americano e sua interferência na América Latina, não apenas no Brasil. Dessa forma, o receio que aqui se vislumbrava, também poderia ser verificado no Paraguai, na Argentina e demais países de orientação capitalista, pautados naqueles marcos da Guerra Fria

[...] o que para algumas pessoas era a concretização de um sonho dourado, para outras era um pesadelo tomando formas reais. O comunismo despertou paixões intensas e opostas: de um lado, o dos defensores, encaravam-no como revolução libertadora e humanitária, que abriria acesso ao progresso econômico e social; de outro, os do detratores, que o encaravam como uma desgraça total, se acreditava que ele traria a destruição da boa sociedade e a emergência do caos social e do terror político. (MOTTA, 2002:XX)

Para Motta, o sentimento anticomunista surgiu espontaneamente pelo medo e insegurança e com o tempo transformou-se em movimento organizado pelos conservadores para “conter a escalada revolucionária”. O anticomunismo foi elemento destacado na dinâmica política, cultural e nas relações internacionais, o que explica a necessidade da vigilância sobre cidadãos considerados comunistas.

No caso em questão, ou seja, a reunião partidária acima referida, a acusação era de que se tratava de uma organização que estaria sendo formada para impedir a construção de Itaipu, composta por opositores de Stroessner e novamente suspeitos de conexão com a oposição Argentina.

Outra evidência da conexão se estabeleceu através da Itaipu refere-se à suspeição de que um opositor ao governo paraguaio estaria morando em Foz

¹¹⁴ Idem, ibidem.

do Iguaçu¹¹⁵. Conforme o agente da assessoria de informações do lado paraguaio, o suspeito recebia visitas de carros com placas de São Paulo e Brasília, conforme vemos: “[nome omitido] com domicílio em Foz do Iguaçu [...], recebe visitas de forma periódicas com veículos com chapas de Brasília e São Paulo [...]”.¹¹⁶ Ou seja, havia uma constante vigilância em torno dos perseguidos paraguaios.

Por fim, esse extenso documento retratou uma reunião familiar em Foz do Iguaçu. Nessa reunião, estavam presentes diversas pessoas indicadas como opositoras a Stroessner. Há inclusive o relato de uma discussão do grupo uma vez que um dos presentes acusou outro de stonista, informação que só poderia cair nas mãos da repressão através de agentes infiltrados.¹¹⁷

Novamente é possível visualizar como os órgãos cuidavam inclusive de detalhes da vida familiar das pessoas, uma vez que o próprio documento explica ser essa uma “reunião de caráter familiar”.¹¹⁸

Assim, percebemos quão profundas foram as relações de vigilância e a delação. Também no acervo consultado de Aluizio Palmar, encontramos extensas informações de um funcionário de Itaipu¹¹⁹, que fora vereador na região. Sua vida fora completamente vasculhada. A cada atividade na qual esse vereador se envolvia, novos documentos eram remetidos. Em vários momentos, a minúcia das informações era tão generosa que é possível perceber a presença de um delator.

Em que pese ou não a participação de civis na delação, o que nos cabe por hora é compreender a extensão da comunidade de informações, que a cada evidência documental indica que os braços desses órgãos se estenderam aos mais diferentes âmbitos sociais e não se prenderam aos limites territoriais fixados por fronteiras políticas. Os limites pré-definidos, como assinalado no primeiro capítulo desse trabalho, serviam apenas como marcos territoriais, diplomáticos, políticos e aduaneiros onde se manifestavam as disputas econômicas para sobrepular o país vizinho. Mas em termos de informações

¹¹⁵ Livro 0046F1621. Acervo *Arquivo do Horror*. Origem: AESI Itaipu PY. Difusão: Comando en Jefe.

¹¹⁶ Idem, ibidem. Tradução da autora.

¹¹⁷ Seguidor de Alfredo Stroessner.

¹¹⁸ Livro 0046F1621. Acervo *Arquivo do Horror*. Origem: AESI Itaipu PY. Difusão: Comando en Jefe.

¹¹⁹ Por exemplo, Informação Nº E/AESI.G/IB/BR/036/ 1357. Acervo Aluizio Palmar, 1/11/1984, origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI.

perpetradas pelos órgãos que se incumbiam da vigilância, esse limite não existia.

O receio de um complô regional contra a ditadura Strossner leva o Estado a ampliar as vigilâncias nas fronteiras, já que as informações versaram desde a presença de estrangeiros na região de Foz do Iguaçu, a presença de carros de outras localidades do país, bem como o controle sobre o comunismo.

3.3 - *Gentileza dos Carabineros do Chile*¹²⁰

A busca por paraguaios suspeitos que atravessavam a fronteira não se restringia à Argentina ou ao Brasil, estendendo-se também ao Chile. Ou seja, nas conexões efetuadas entre as agências da repressão, listas contendo nomes de paraguaios que obtiveram salvo conduto¹²¹ para entrar no Chile foram remetidas à Itaipu, para a sua AESI paraguaia, conforme se exemplifica com uma delas.¹²² Observa-se que foi expedida por algum órgão de Relações Exteriores daquele país (as palavras iniciais estão ilegíveis), mas possivelmente se tratasse do próprio Ministério e contém 30 nomes completos.

Dispostas em quatro colunas, as informações indicam, além da nacionalidade (todos eram paraguaios), o destino da pessoa no Chile e a condição em que entrou, ou seja, se por cortesia ou se na condição de asilado. Nesse caso, parece-nos que cortesia se tratava de uma gentileza do governo chileno em receber esse visitante paraguaio.

A maior parte havia adentrado na condição de refugiados. Os que não se encontravam nessa situação, eram em situação de exílio, um deles indo para a Argentina, e outro para o Panamá. Ainda havia mais duas pessoas aguardando respostas de asilo político. Quanto ao destino dos refugiados, dois haviam se dirigido à Áustria ou Austrália (não é possível precisar, uma vez que se encontram apenas as três primeiras letras iniciais dos países), um ao Canadá, outro a Cuba (na frente deste aparece um destaque chamando a atenção para o nome e o país de destino), outro para a França, e por fim, os demais à

¹²⁰ Livro 00046F0537. Acervo *Arquivo do Horror*. Sem data. (?) Relações Exteriores, (?) Salvocondutos otorgados por nacionalidad. Origem: Lista nominada por gentileza dos Carabineros de Chile. Parte do documento está apagado.

¹²¹ Idem, ibidem. Os salvo-condutos outorgados estão indicados por nacionalidade logo abaixo do cabeçalho do documento.

¹²² Idem, ibidem.

República Federal Alemã.¹²³ Destaca-se que apenas o nome da pessoa que viajou para Cuba aparece ticado na frente, o que demonstra haver maior preocupação com essa pessoa. E por isso, era necessário manter severa vigilância sobre ela.¹²⁴

O interessante neste documento é que aparece indicado que era uma “gentileza dos Carabineros do Chile”,¹²⁵ integrando assim, a documentação da Itaipu e somando-se às listas de procurados pelo governo paraguaio. Ora, o que uma lista desse tipo fazia no rol de documentos da Itaipu? Qual o objetivo que essa Binacional, e mesmo suas Assessorias Especiais de Segurança e Informações, poderiam ter ao guardarem para si esse tipo de documento, ao ponto dele sobreviver ao tempo e ainda constar ainda hoje no *Arquivo do Horror*? A única resposta para nós plausível a essa questão é: à Binacional e suas AESI’s, interessavam quaisquer assuntos referentes às ditaduras dessa parte do Continente. Isso corrobora com nossas ponderações da participação da AESI e da própria Itaipu na Operação Condor, constituindo-se como um dos braços armados que essa operação fez.

Por fim, destaca-se que o cotidiano dentro da própria Binacional era permeado por intensa vigilância à fronteira e aos estrangeiros. A suspeição era a tônica do momento e sob esse signo, tudo se justificava. Os vizinhos do Cone Sul, sob a égide da espada sobre o povo, tratavam de, a todo o tempo, enviar informações. Além de gerar energia, cabia também gerar e receber informações.

¹²³ Idem. Ibidem.

¹²⁴ Idem. Ibidem

¹²⁵ Os Carabineros correspondem, no Chile, à primeira instituição armada, subordinada às autoridades locais no século XVIII. Conforme o Estado se consolida e o governo central cria as Forças Armadas policiais nacionais, observa-se uma grande diversidade de situações sobre sua estruturação. Em algumas províncias, como Santiago e Valparaíso, as autoridades locais assumiram o controle destas forças nacionais, colocando-as a seu dispor e minimizando o poder de ação dos Carabineros. Ao longo do século XIX o governo cria outras instituições, à medida que os problemas da segurança se colocam, seja durante as guerras, seja nas zonas rurais e nas nascentes cidades e a competição entre estas forças e os Carabineros locais se mantém, como se observa pela criação, em 1.903 de uma instituição com o nome de carabineiros – o *Cuerpo de Carabineiros* –, na região de Araucanía (cuja área, na época, era muito maior que atualmente) e no ano de 1.908 funda-se a *Escuela de Carabineros*, destinada à formação dos policiais que nela trabalhariam.

3.4 - Os meandros das conexões com a parte brasileira da Itaipu

As conexões entre as AESI's da parte brasileira da Itaipu com sua congênere paraguaia, e que fizeram o elo entre os sistemas repressivos que incluíram também outros países da região, se deu de várias formas. Uma delas demonstra o grau de inserção destes agentes no interior do canteiro de obras e como cada setor acabava por prestar contas a estes agentes.

Como já visto no capítulo anterior, no interior daquele canteiro de obras existia, como ainda existe, um setor de Relações Públicas, voltado, a princípio, apenas para cuidar da imagem institucional de uma empresa que, por sua magnitude, despertava interesses, os mais diversos.

Pois bem, em 24 de março de 1980, já um período considerado no Brasil de “abertura política”, a Hidrelétrica de Itaipu recebeu a visita de um jornalista da Revista *Isto É*. Este jornalista esteve no setor de Relações Públicas (RP) da Itaipu e solicitou falar com um funcionário paraguaio.¹²⁶ Aliás, esse funcionário possui uma ficha extensa nos órgãos de informações, no que nos deteremos no próximo capítulo, ao falarmos dos trabalhadores de Itaipu.

A justificativa para falar com esse funcionário, segundo o documento era a de que o repórter precisava “obter informações acerca de fatos recentemente ocorridos no Paraguai, referente ao sequestro de um ônibus coletivo, presumivelmente por guerrilheiros”.¹²⁷ Ainda, segundo o documento, o jornalista esclarecera que se tratava de um ex-padre que era ligado à organização denominada *Liga Agrária Camponesa no Paraguai*. A informação que o jornalista recebeu do funcionário da Itaipu, buscando dados junto ao Consórcio Conempa, foi a de que o trabalhador procurado, de fato trabalhara ali, mas fora demitido em dezembro de 1979. No verso do documento, como de praxe nesses casos, encontra-se a explicação de que os dados constantes no informe (documento) foram fornecidos ao repórter pelo coordenador de Relações Públicas da área de Foz do Iguaçu.

Ora, toda esta conversa, assim como os dados fornecidos pelo referido setor foram, dias depois repassados à AESI Itaipu paraguaia. Assim, em 15 de

¹²⁶ Informe nº E/AESI.G/IB/BR/0013/80. Assunto: M. A. Acervo Aluizio Palmar. Documento de 24/03/1980. Origem: AESI BR. Difusão Interna. Como de praxe, preservamos o nome do supostamente envolvido nessa ação, colocando apenas a inscrição M.A.

¹²⁷ Idem, ibidem. Destaque do próprio documento.

abril do mesmo ano¹²⁸, foi remetido para Assunção um documento com os “Dados Conocidos” de M. A., explicando quando este fora admitido pelo Conempa (um dos consórcios responsáveis pelas obras de construção civil pelo lado paraguaio).¹²⁹ O informe é bem detalhado e recupera todo o “currículo” da pessoa em questão. Assim sabe-se que este era um sociólogo, também formado em filosofia, admitido para dirigir o jornal REMIANDU (editado pelo próprio consórcio), e que fora demitido em decorrência de uma reestruturação na empresa. Além disso, era cunhado de outro funcionário da Itaipu Paraguai, que trabalhava no setor financeiro.

Por último, aparece a ficha do funcionário, remetida pelo consórcio Conempa, com dados pessoais, fotografia, função na empresa, demonstrando a íntima relação entre os consórcios, a AESI brasileira e paraguaia.

Mesmo antes da fundação dessa organização clandestina entre Estados, orquestradas pelas ditaduras – a Operação Condor –, é possível encontrar trocas de informações entre países, visando o controle sobre suspeitos de atividades contra a ordem estabelecida, conforme vimos.

Essas atividades engendraram a organização sistematizada do aparato repressivo das ditaduras militares do Cone Sul nas décadas posteriores e estabeleceram as bases dos objetivos da Operação Condor, dentre os quais destacamos: trocar informações sobre militantes e opositores exilados ou refugiados das ditaduras do continente; capturar e interrogar (inclusive sob tortura) essas pessoas, a fim de obter mais informações sobre supostos envolvidos na oposição aos governos dos diversos países do Cone Sul; trazê-los de volta aos países de origem.

As trocas de informações não se reduzem ao período ora estudado advindo da Era Vargas e ultrapassando esta baliza, encontrando-se nos arquivos documentos do início dos anos de 1990.

Aliás, o século XX foi um período em que essa vigilância tomou parte da preocupação dos Estados na América Latina. Num artigo publicado em maio de 2001 no jornal “Le Monde”, Pierre Abramovic¹³⁰ traçou as coordenadas dos

¹²⁸ Observe que o primeiro documento datava de 24/03/1980 e o segundo, de 15/04/1980.

¹²⁹ A respeito dos consórcios construtores, ver o capítulo 2 da dissertação.

¹³⁰ ABRAMOVICI, Pierre. Consulta realizada no site <<http://infoalternativa.org/amlatina/amlatina008.htm>> no dia 21/02/2007. Acesso em 27 mar. 2010.

acordos secretos latino-americanos feitos pelos diversos exércitos, indo desde os acordos anteriores à Operação Condor até seus sucessores no final dos anos de 1990, mostrando que as práticas não mudaram. O que mudaram foram os alvos.

Como particularidade do bonapartismo instalado no Brasil e no Paraguai, vamos ter toda a sorte de colaboradores. Eles passarão desde os *pyragués*, os próprios consórcios interessados na manutenção dessas ditaduras, pois eram diretamente beneficiados por elas, até mesmo outros setores da própria empresa, como o de Relações Públicas estavam diretamente vinculados na suspeição.

A história da Operação Condor, como podemos perceber, não se restringiu apenas aos sequestros e mortes. Além de perfazer esse tipo de atividade, também se constituiu de um cotidiano, que amplia os horizontes de investigação e traz à luz novas pistas de continuidade ao longo da história, ultrapassando os períodos bonapartistas.

Capítulo 4 - Trabalhadores sob suspeição: a vida dos operários de Itaipu

Nesse capítulo, será analisado o controle sobre a classe trabalhadora de Itaipu. Fossem operários da empresa ou das empreiteiras subsidiárias da obra, esses operários foram controlados duplamente: com a mão de ferro do Estado e pelas próprias empreiteiras. Ao lado dos consórcios construtores, a Binacional incorporou ao controle dos trabalhadores, a lógica da repressão política no sentido de coibir e impedir quaisquer possibilidades de organizações reivindicatórias, ou seja, que se manifestasse enquanto classe.

Inegavelmente, a classe trabalhadora se coloca sempre a tarefa histórica de superar o sistema capitalista. Mesmo que não tenha consciência para si, nas palavras de Marx, ao tomá-la, são capazes de armar-se nessa tarefa.

Em países de desenvolvimento hipertardio do capitalismo, o aspecto da luta de classes se colocou ainda mais grave: na configuração autocrática do Estado burguês, impossibilitada por sua fragilidade de romper com os segmentos conservadores e de proceder à sua própria revolução, não consegue completar o processo de superação das condições de desenvolvimento que liberam as forças produtivas necessárias ao próprio capitalismo.

Nesta configuração, a cada momento que se impõe a renovação das condições deste capitalismo, inevitavelmente afeta o cotidiano dos trabalhadores que passam a ser submetidos a aumentos brutais de exploração, o que amplia a extração da mais valia, acompanhada da renovação nos quadros do chão de fábrica, de alterações das técnicas de trabalho etc. Para controlar as reações dos trabalhadores e também fazer valer sua liderança no quadro das conservadoras alianças que à esta burguesia se impõem, resta-lhe a alternativa de lançar mão de artifícios que a auxiliem no controle da classe operária, apoiando-se nas forças armadas que promovem os golpes necessários à implementação do bonapartismo. Assim a autocracia institucional, conforme indica Chasin, se alterna no poder político com a autocracia bonapartista. (FERNANDES, 2006; CHASIN, 2000; RAGO FILHO, 2004).

Observa-se que agentes das AESI's operavam em parceria com o setor de recursos humanos e, muitas vezes, parece que a mesma pessoa cumpria os dois papéis, tal o imbricamento entre o controle empresarial e o controle político na lógica da Segurança Nacional.

Assim, juntamente com informações sobre o contrato de trabalho, havia uma ficha do funcionário na empresa, constando as descrições efetuadas pelos agentes do serviço de informações que cuidaram de registrar inúmeros aspectos da vida dos operários, bem como as suspeições de vinculações com “ideologias de esquerda”, ao que se misturam detalhes das mobilizações por melhores condições de trabalho ou salários. Se fossem estrangeiros advindos do Cone Sul, a vigilância era redobrada.

Nesse sentido, torna-se um capítulo desse trabalho, bem como um aspecto da história que merece ser mais aprofundado, o controle sobre a classe trabalhadora, sua organização e o cotidiano de vigilância que recaiu sobre ela naquele momento. Tanto no período que compreende a ditadura militar, bem como no posterior, já da *abertura democrática*, encontramos nos órgãos de repressão, uma relação que não se modificou. Aparentemente, em termos de documentação, nada havia mudado de 1973 para 1987-88. Ou seja, o Estado manteve-se impondo a mesma ditadura para os trabalhadores como já se colocava entre 1964-84. Por isso, é uma condição *sine qua non* elucidar como foram controlados esse operários de Itaipu.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores amargavam a crise econômica decorrente do modelo econômico implantado pela ditadura, que previa o aumento da produção no Departamento III¹³¹, colocando o Departamento I como subsidiário desse crescimento e desenvolvimento; o novo governo inaugurado em 1974 propagandeava a esperança da abertura, divulgada como “Lenta, Gradual e Segura”.

Se por um lado acenava com a abertura, o governo de Ernesto Geisel, por outro perpetrava a limpeza final nas organizações de esquerda. Para ficarmos apenas com alguns exemplos, citamos o desbaratamento das

¹³¹ Conforme já exposto no segundo capítulo desse trabalho, o Departamento I seria o produtor de bens de capital, já o Departamento II, o produtor de bens de consumo para os trabalhadores, e o Departamento III, produtor de bens de consumo para os capitalistas. Cf. em OLIVEIRA, Francisco. et al. “Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil - 1950-1976” In: *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, pp. 76-113.

organizações armadas como o Movimento Revolucionário 8 de outubro, (MR-8), a Aliança Libertadora Nacional (ALN). Dentre as execuções mais conhecidas, os assassinatos de Edson Luis, de Manuel Fiel Filho e de Wladimir Herzog. No episódio que ficou conhecido como a Chacina da Lapa, foi dizimada parte da direção do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Também se devem recordar os atrozesses assassinatos para desbaratamento da Guerrilha do Araguaia, quando quase a totalidade dos militantes que a compuseram (PCdoB) foi assassinada, numa operação contando com diversos setores das Forças Armadas.

Ao mesmo tempo os dirigentes de plantão se aliavam internacionalmente com as demais ditaduras do Cone Sul, através da Operação Condor, com o objetivo de dizimar quaisquer possibilidades de reorganização da “esquerda”¹³², de uma maneira geral, e dos trabalhadores em particular.

Nas memórias escritas sobre a *Chacina da Lapa*, Pomar relembra, em relação ao Governo de Ernesto Geisel, que a

[...] manobra de ocultamentos, que fez de Geisel, Golbery e os seus uma espécie de heróis civilizados do combate ao comunismo, em contraposição à truculência explícita de Médici, Frota *et caverna*, é rejeitada até no meio militar, ainda que por outros motivos. Em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura em 1996, o ex-ministro e ex-governador do Pará Jarbas Passarinho disse coisas espantosas. Coronel da reserva e um dos autores do Ato Institucional nº 5, Passarinho observou que, embora boa parte das atrocidades contra militantes de esquerda tenham sido cometidas no período Geisel, a mídia costuma jogar nas costas de Médici toda a responsabilidade pelo que o regime militar fez de pior. (POMAR, 2006:47)

Remetemo-nos a essas memórias para assinalarmos que, embora as negociações iniciais de Itaipu fossem do Governo Médici, elas se implantaram a partir de Geisel. O saldo que se obteve da abertura de Geisel não nos parece distinguir-se demasiadamente da de outros governos ditatoriais anteriores ao seu e tampouco de seu sucessor.

¹³² Aqui nos referimos à esquerda com o sentido de um pensamento crítico à ditadura e/ou ao capitalismo.

4.1 - O abraço da AESI aos trabalhadores

As greves do final dos anos de 1970 foram marcadas por um aprofundamento da crise econômica que já se anunciava. Preconizando a ideia de “fazer crescer o bolo para depois dividir”, a ditadura militar brasileira cumpriu a função de promover a reestruturação produtiva aumentando a exploração da mais valia com o arrocho salarial, no interior de um quadro recessivo que se agrava partir de 1976.

Acompanhando tal movimento, ou mesmo alheio a ele e a partir de seus próprios problemas, em 1975, os trabalhadores de Itaipu e da Companhia Brasileira de Obras Públicas (CBPO) começam a organizar uma greve, após verem esgotadas todas as possibilidades de negociação com as empreiteiras. Como costuma acontecer, tiveram seu movimento completamente vasculhado e acompanhado pelas AESI's Itaipu. Nesse caso, particularmente a AESI Itaipu paraguaia, ou seja, imediatamente, seus agentes passam informes dando conta que “trabalhadores de várias jurisdições, especialmente Itaipu e CBPO estão organizando greve, orientados por exilados no exterior, opositores ao governo”.¹³³ Notamos, nesse caso, um cuidado com as questões relativas às empresas privadas, para além da própria preocupação com a Binacional. Ademais, o fato de organizar uma greve, reivindicando melhores condições de trabalho, ou de salários, por si só, já provocava um temor profundo nos mentores da ditadura que, através de seus agentes postados nas AESI's, além de desconsiderarem a reivindicação, ainda criminalizam o movimento, considerando que eram resultantes da infiltração de ideias *alienígenas*, conforme o jargão do aparelho repressivo da época. Ao mesmo tempo em que consideram o trabalhador vítima desse tipo de influência, o colocam sob vigilância e suspeição constante, coerentemente com a ideologia contida na Doutrina de Segurança Nacional, na qual,

É importante lembrar a volatilidade do conceito de “inimigo” dentro da Doutrina de Segurança Nacional. Dependendo das circunstâncias, ele poderia agregar todos os setores da sociedade, não somente os segmentos da luta armada, mais também setores vinculados à Igreja Católica e às Forças Armadas,

¹³³ Informe nº 002/75 – Assunto: Remision de informes. Acervo: Aluizio Palmar, 25/04/1975. Origem: AESI Itaipu Paraguai – produzido em espanhol -. Difusão: Comando em Jefe.

instituições comprometidas com a manutenção da ordem. (CERVEIRA, 2007:117).

Quaisquer informações eram valiosas para os governos da região. Os dados tomados que envolviam os países vizinhos demonstram que a inserção dos serviços de informações na fronteira era extremamente contínua. Em 1978, numa Conferência Bilateral entre Paraguai e Argentina, ficou decidido pelos dois países “continuar com o intercâmbio de informação e inteligência na área de fronteira; aprofundar a ofensiva contra a subversão; pode(ndo) se efetuar consultas bilaterais e se autoriz(ar) o trabalho conjunto nos interrogatórios”. (MARIANO, 2003:245).

4.2 - A suspeição em relação aos trabalhadores paraguaios

Nestas condições, para as duas ditaduras, o estrangeiro, especialmente latino-americano e o registro das informações produzidas pelas AESI's de Itaipu sobre tais pessoas, chega às raias do preconceito particularmente quando se referiam aos trabalhadores de origem paraguaia, o que se acentua após 1975, momento em que a Operação Condor iniciara, pelo menos, conforme os dados até hoje conhecidos.

A partir deste momento, os pedidos de busca de informações sobre pessoas às AESI's de Itaipu se multiplicam e declaradamente, se referem às pessoas consideradas guerrilheiras, pois tais solicitações são expedidas na busca por Centro de Guerrilhas e atividades subversivas¹³⁴, em que os agentes do SNI acreditavam começar a funcionar no Brasil. Neste aspecto, tais pedidos envolviam supostos trabalhadores da Binacional, sob a alegação de que operários paraguaios, trabalhando do lado brasileiro estavam sendo controlados pelo escritório de “Puerto Stroessner”¹³⁵ (*sic*) e que era necessário enviar-lhes os relatórios. Conforme já indicou Pomar,

A Assessoria Especial de Segurança e Informações não se limitava a espionar os empregados e os candidatos a emprego na empresa binacional. Moradores de Foz do Iguaçu e região eram investigados e os paraguaios, argentinos, uruguaios e

¹³⁴ “Centro de Guerrilhas e atividades subversivas” Acervo: DOPS/PR – SNI – caixa 213, 23/01/1975, origem: SNI/ACT, difusão: DOPS = PM/2.

¹³⁵ *Idem*.

chilenos que trabalhavam na obra recebiam uma atenção especial. (PALMAR, 2008)

As informações geradas pelas AESI's de Itaipu referiam-se, diretamente, aos operários, mas a origem do pedido controlava suspeitos de integrarem organizações armadas, denominados pejorativamente de “guerrilhas”. Neste sentido, aquela central do SNI explica no documento encaminhado que havia uma suspeição de infiltração de esquerdistas com o intuito de sabotagem na Usina, o que colocava nesta condição todo o operariado que, de fato, era binacional, para não dizermos multinacional.

O temor à sabotagem não se restringiu à solicitação de controle e vigilância sobre os operários da Itaipu, tendo-se evidências de que houve até mesmo orientação aos empresários para identificar o perigo e evitá-las. Neste sentido, por exemplo, a sede paranaense da empresa Itaú Cimentos, do Grupo Itaú, produtora de Cimento Portland,¹³⁶ recebeu tal orientação.¹³⁷ A coincidência de encontrarmos esse documento, é que, embora de 1972, quando não havia ainda sido assinado o Tratado de Itaipu, essa empresa seria posteriormente a fornecedora de cimentos para a construção da Usina, só que nessa última fase, já pertencendo ao Grupo Votorantim. Um dos engenheiros desta empresa, o Sr. Divaldir Alfredo Haisi, relata nas memórias sobre a atuação da Votorantim, a importância que ela assumiu na construção da Itaipu. Conforme ele, a unidade implantada em 1972 no Paraná, a Cimentos Itaú do Paraná SA, “era para ser uma empresa modelo do Grupo Itaú” [...] e em “77 a Votorantim começou a negociação de compras das ações, e também avançou no controle acionário [...] Foi uma grande paixão minha produzir para Itaipu. A história é muito mais longa”, diz ele.¹³⁸

¹³⁶ O grande passo no desenvolvimento do cimento foi dado em 1756 pelo inglês John Smeaton, que conseguiu obter um produto de alta resistência por meio de calcinação de calcários moles e argilosos. Em 1818, o francês Vicat obteve resultados semelhantes aos de Smeaton, pela mistura de componentes argilosos e calcários. Ele é considerado o inventor do cimento artificial. Em 1824, o construtor inglês Joseph Aspdin queimou conjuntamente pedras calcárias e argila, transformando-as num pó fino. Percebeu que obtinha uma mistura que, após secar, tornava-se tão dura quanto as pedras empregadas nas construções. A mistura não se dissolvia em água e foi patenteada pelo construtor no mesmo ano, com o nome de cimento Portland, que recebeu esse nome por apresentar cor e propriedades de durabilidade e solidez semelhantes às rochas da ilha britânica de Portland. Fonte: http://www.abcp.org.br/basico_sobre_cimento/historia.shtml. Acesso em 27 mar. 2010.

¹³⁷ Cimento Itaú do Paraná S.A. Acervo DOPS/PR. Origem: Chefia de relações industriais da empresa. Difusão: Secretário de Segurança Pública. Documento Confidencial, de 06/12/1972.

¹³⁸ Divaldir Alfredo Haisi. Engenheiro - Assistente de Novos Negócios - Cimento/Rio Branco. Disponível em: <<http://www.memoriavotorantim.com.br/MemoriaVotorantim/hmdepoente/>

Além do temor à sabotagem, destacavam-se os suspeitos de atividades “esquerdistas”, o que envolvia uma série de pessoas enquadradas pelos mais diferentes critérios. Assim, por exemplo, procura-se saber sobre um Sr. denominado Epifânio Mendez Fleitas que, conforme apuramos, havia sido um destacado funcionário paraguaio antes da ditadura Stroessner, exercendo o cargo de chefe da Polícia naquele país, entre 1949 e 1952, tendo sido, inclusive presidente do Banco Central do Paraguai até 1955 e que agora era suspeito de “subversão”. Após tecer diversas críticas a esse governo (Stroessner), Epifânio foi preso, torturado e exilado no Uruguai, Argentina e EUA. Por esses motivos, tornou-se bastante procurado pelos órgãos de Stroessner. Segundo a documentação, ele havia adquirido uma fazenda nas proximidades da Binacional, entre Cascavel e Londrina para “treinamento de guerrilhas e doutrinação de operários de Itaipu.”¹³⁹

Num documento de 1981, Pastor Coronel, dirigindo-se ao Chefe de Polícia, informou sobre as atividades do MOPOCO e cita uma sinistra operação de modo despreocupado:

[citação de um documento do *Arquivo do Horror*] [...] O MOPOCO, por sua parte, além de absorver os seguidores de MENDEZ FLEITAS, está permanentemente trabalhando para assegurar sua ‘segurança interna’, para poder atualizar seus quadros dirigentes, mas ante a possibilidade de que sejam detectados e tomados por Forças Militares Argentinas, dentro da ‘Operação Condor’ estão analisando e buscando um lugar seguro onde realizar suas reuniões principais e a grande Convenção [...] (PAZ, 1994:305-306)

Além de Epifânio também se procurava “certa pessoa (que) se faria chamar Comandante Osta e seus companheiros em Foz do Iguaçu seriam elementos subversivos ligados a Epifânio, cabeça do movimento”.¹⁴⁰

Para os órgãos de informações, um trabalhador não tinha a capacidade de pensar por si só e de discutir os problemas concretos que atuassem sobre sua vida, sendo facilmente “doutrináveis”.

depoimentoDepoente>. Acesso em: 12 out. 2009.

¹³⁹ Centro de Guerrilhas e atividades subversivas” Acervo: DOPS/PR – SNI – caixa 213, 23/01/1975, origem: SNI/ACT, difusão: DOPS = PM/2

¹⁴⁰ Idem.

Os locais prováveis de atuação do suposto grupo de subversivos seriam a Foz do Iguaçu, Tirol, Porto Esperança e Posadas, todas cidades da fronteira, ou seja, exatamente nas cercanias do canteiro de obras da Itaipu.

Tal documento, embora oriundo do escritório da AESI Itaipu Paraguai, veio escrito em português, em papel timbrado da AESI Itaipu Binacional Brasil. Assim, embora de origem Paraguaia, o carimbo exigindo sigilo, bem como a inscrição também carimbada alertando que “qualquer pessoa que tomar conhecimento desse assunto fica responsável pelo seu sigilo (Art. 62 – Dec. 00417/67)”, também está em língua portuguesa.

Essas evidências denotam que mesmo na AESI Itaipu Paraguai havia agentes da repressão que eram de origem brasileira, bem como se evidencia que ambos os escritórios funcionavam juntos, sem diferenciação das informações, conforme pondera Cerveira:

A fronteira política, entendida como uma “fronteira ideológica”, legitimava a livre atuação dos aparatos repressivos dos outros países em território brasileiro, assim como a ação do aparato repressivo brasileiro em território estrangeiro. Não havia impedimentos nem limites para a caça aos “subversivos”, dentro da lógica maniqueísta das ditaduras em classificar os indivíduos em “amigos” ou “inimigos”. (CERVEIRA, 2007:117).

Pouco mais de um ano depois dessa troca de informações entre os órgãos brasileiros e paraguaios – os chamados “subversivos brasileiros e paraguaios” –, a suspeita de que havia interesse em se infiltrar na administração e no canteiro de obras “visando a execução de propaganda e agitação dentro da empresa com possíveis ações de sabotagem em seus diversos escalões”¹⁴¹, continuava sendo objeto de vigilância, controle e troca de informações que envolviam listas de possíveis infiltrados, como no documento citado, que destacava os nomes de três brasileiros e sete paraguaios.¹⁴² Há um despacho no verso do documento declarando que havia dados sobre dois trabalhadores. Dois meses depois, informa-se que a AESI já possuía informações sobre outros dois trabalhadores, comprovando-se a tramitação

¹⁴¹ “Infiltração de subversivos na Binacional – Itaipu – indagações. Acervo DOPS/PR – SNI – caixa 214, 10/06/1976. Origem: SNI – Agência Curitiba. Difusão: 5ª RM/DE, SR/DPF/PR e DOPS/PR.

¹⁴² Em frente aos nomes está uma marcação (ticados), sendo dois em vermelho (de paraguaios) e duas inscrições corrigindo os sobrenomes, em manuscrito. Idem, *ibidem*.

permanente dos documentos.¹⁴³ Uma vez um nome aberto nos Serviços de Inteligência, seria sempre possível acrescentar mais dados sobre essa pessoa.

Não só se preocupava a infiltração comunista no canteiro de obras, mas também os preocupava a possibilidade de entrada de esquerdistas em diversos escalões da empresa, além da continuidade ao temor da sabotagem. Afinal Itaipu era um símbolo para as ditaduras. Ela era a comprovação do poderio econômico do Brasil, e a comprovação de que era possível suplantar os “derrotistas”, os “inimigos da pátria”. De fato, quando em 1987, a crise de racionamento se acentuou no Brasil, Itaipu apareceu como a alternativa para abastecimento de energia, justificando sua existência.

4.3 - A princípio, todos são suspeitos

Sob o título *Infiltração de agentes a serviço de países estrangeiros e do MCI no complexo energético brasileiro*, o CIE, vinculado ao Ministério do Exército envia informações ao DOPS do Paraná de que fora encontrado um documento comprobatório de que os comunistas, vinculados ao sindicato, preparavam uma mobilização em Itaipu. Segundo o documento, tratava-se de Instruções da Federação Mundial Sindical ao PCB de concentrar seus militantes “nas áreas ligadas ao complexo energético nacional – hidrelétrico e atômico, inicialmente em Itaipu e Angra dos Reis”.¹⁴⁴ Segue-se a explicação de que “elementos seriam utilizados não só em trabalhos de massa junto aos operários como poderiam praticar atos de sabotagem, quando determinado”.

Assim comprova-se, nesta lógica, a associação entre trabalhadores e estrangeiros, aos comunistas e suas organizações. Por outro lado, a depreciação de tais “elementos” (operários) como vítimas das organizações de esquerda, suscetíveis a influências alienígenas, determinados pelos partidos comunistas, figurando como “inocentes úteis”, não impediu que tais militantes quando presos, fossem brutalmente torturados ou assassinados.

¹⁴³ “Infiltração de subversivos na Binacional – Itaipu – indagações. Acervo DOPS/PR – SNI – caixa 214, 10/06/1976. Origem: SNI – Agência Curitiba. Difusão: 5ª RM/DE, SR/DPF/PR e DOPS/PR. Trata-se do mesmo documento, mas com anotações no verso com datas diferentes.

¹⁴⁴ “Infiltração de agentes a serviço de países estrangeiros e do MCI no complexo energético brasileiro”. Acervo DOPS/PR – Dossiê: Ministério do Exército – 5 RM, 25/09/1975. Origem: CIE. Difusão: 2º G Fron, DPF/PR, CI/SESP/PR, DOPS/PR.

As intermináveis listas de trabalhadores averiguados pelas AESI's de Itaipu e pelos demais órgãos de repressão que atuavam na região, indicam que, em princípio todos eram suspeitos.¹⁴⁵ Advindas de diversas agências do Brasil, solicitavam que fosse feita uma primeira averiguação sobre a existência da pessoa citada naquele canteiro de obras. Em caso positivo, era acrescentada a ordem de pesquisar e informar, ou seja, vigiar os passos da pessoa e passar aos solicitantes os dados obtidos.

Nesse trabalho nos detivemos na análise das listas encontradas no DOPS Paraná, que eram geradas a partir do ingresso do trabalhador na empresa.¹⁴⁶ O que percebemos, é que cada um dos trabalhadores de Itaipu teve sua vida devastada pelos órgãos de informações. E como a AESI não possuía escritório apenas no Paraná (Foz do Iguaçu e Curitiba) e Paraguai (Assunção e Porto Presidente Stroessner, hoje Ciudad de Lest), as informações circulavam pelos diversos escritórios.

Durante a construção, a principal empreiteira brasileira em número de empregados foi o Consórcio Unicon. Já no Paraguai, foi o Conempa. Como foram consórcios responsáveis pelas obras de engenharia civil, demandaram um sem número de trabalhadores. As cifras chegam a 40 mil operários no auge das obras, denotando a imensidão que foi essa empreitada. Assim,

O controle da AESI-Itaipu sobre os operários estava integrado na rotina diária do canteiro de obras como uma atividade normal de gerenciamento de recursos humanos, funcionando como uma verificação vinculada à segurança da obra, ao cuidado em não deixar que estranhos adentrassem em seu interior sem o devido credenciamento. Assim, diariamente, cada um dos funcionários que trabalhava nas empresas tinha os seus nomes verificados nas listas preparadas pela AESI-Itaipu. A estranheza se inicia quando se

¹⁴⁵ Trata-se das listas de pedidos de buscas. Acervo 1- DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU, 09/12/1976. Origem: CS/AS.G/IB/BR. Difusão: ACT/SNI, 5ª RM/DE, SR/DPF/PR, DOPS/PR. 2- DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU, 10/09/1976. Origem: CS/AS.G/IB/BR. Difusão: SR/DPF, DOPS/PR. 3- DOPS PR – FUNDO AESI ITAIPU, 11/10/1976. Origem: SS/AS.G/IB/BR. Difusão: SI/DOPS/BR. 4- DOPS/PR – Fundo AESI Itaipu, 07/11/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 5- DOPS/PR. Fundo AESI Itaipu. 17/05/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 6- DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU. 14/07/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 7- DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU. 23/05/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR. 8- DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU. 17/02/1977. Origem: CS/AS/FI. Difusão: ACT/SNI; 5ª RM/DE; DPF/PR; DOPS/PR.

¹⁴⁶ Recentemente tivemos acesso a uma farta documentação sobre os trabalhadores de Itaipu, da qual lançaremos mão em um futuro trabalho, o que agradeço a Nilo Dias de Oliveira que encontrou tal material em fevereiro de 2010 e gentilmente m'o cedeu.

identifica quais eram os critérios utilizados para se considerar um operário suspeito e pelas perseguições a que eram submetidos os que se enquadravam nas tais categorias. As pessoas enquadradas nestas condições começavam por ter problemas na efetivação de sua contratação e, internamente, seu nome passava a constar das listas ticadas em vermelho, enquanto se encaminhava para outros órgãos de policiamento locais ou do país, como a Polícia Militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI), Batalhão de Fronteiras, Polícia Federal, Polícia da Capital em Assunção – Paraguai-, etc., pedidos de informações sobre seu histórico¹⁴⁷.

Além desta vigilância que era sigilosa, procedia-se ao controle da entrada e saída dos operários, da circulação no interior dos canteiros de obras, de sua estadia nos refeitórios, enfim, o controle do cotidiano do trabalho. Neste sentido, por exemplo, o depoimento de um ex-funcionário do Consórcio Unicon, explica que, na hora do almoço, quando os funcionários da obra iam ao refeitório, ao entrarem nos ônibus que os conduziram a esse lugar, havia sempre guardas da Binacional para acompanharem as filas, de forma que não houvesse tumulto.¹⁴⁸ Nestas entrevistas realizadas por MANARIN um dos trabalhadores de nome Ademar explica que os guardas não entravam nos ônibus, controlando as filas apenas do lado de fora, pois “se ‘pusesse um segurança aí dentro eles acabavam com ele. O coro comia””. (Ademar. *Apud* MANARIN, 2008:90).

Nessa entrevista, a lógica da suspeição já se colocava para os funcionários da Itaipu cuja vida era imediatamente averiguada, fosse relativamente à sua origem, identidade e patrulhamento ideológico. E isso não se encerrava na entrada na empresa, permanecendo a geração de informações ao longo de sua estadia no trabalho. Dada a diversidade das origens, a obtenção das informações exigiu a construção de ramificações extensíssimas de órgãos de repressão, pois possivelmente eram enviados pedidos de informações sobre esse operário para cada local de origem do trabalhador. Vejamos, a título de exemplo, um caso um pouco distinto das acusações comumente encontradas de subversão. Em uma das listas, um

¹⁴⁷ SILVA, Jussaramar. Disponível em: <<http://memorialichs2.vilabol.uol.com.br/traprov.html>> Acesso em: 23 mar. 2010.

¹⁴⁸ Para um melhor exame da situação da classe trabalhadora de Itaipu, destacamos o trabalho de Manarin, quando este deteve-se em pensar o problema da chegada, estadia e migração, ou permanência desses trabalhadores ao final das obras de alvenaria. MANARIN, Odirlei. *Peões da Barragem: Trabalhadores, memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. Dissertação. UNIOESTE, 2008, 147 páginas.

ofício responde que um dos trabalhadores fora confundido com um cabo da Polícia Militar, de mesmo nome, acusado de tráfico de dólares falsificados. Embora essa informação estivesse como despacho do pedido de informações, percebe-se uma vigilância constante contra todos.

4.4 - Trabalhadores e seus familiares: entre o constrangimento e a suspeição

Os desaparecimentos, as invasões de casas, as torturas de familiares, enfim, os expedientes utilizados pela ditadura foram os mais diversos. Embora não haja dados suficientes para sabermos como as coisas se operaram em detalhes, os casos encontrados dão a indicação do grau de invasão à vida privada das pessoas neste momento, na região. Quando havia a possibilidade de um “subversivo” ingressar na empresa vários destes dispositivos foram usados.

Assim, por exemplo, uma determinada pessoa, nascida no Brasil, estava sendo procurada por furto em Lausane, na Suíça, para onde teria viajado com passaporte obtido ilicitamente, após ter cometido outros delitos (os quais não são explicados).

A origem da solicitação de averiguação se ele havia sido trabalhador da Itaipu foi apagada, constando apenas que adveio do SNI. Tal solicitação foi feita também para a extensa rede composta pelos órgãos da região, tais como a Quinta Região Militar (5ª RM/DE); para a Delegacia de Polícia Federal do Paraná (DFP/PR); para a Escola de Oficiais Especialista de Infantaria de Guarda (EOEIG); para a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (CISESP/PR); para o DOPS/PR; para a Polícia Militar do Paraná (PM/PR) e para a Assessoria Especial de Segurança e Informações da Rede Ferroviária Federal S.A. (AESI/SR/RFFSA). O pedido inicial contém dados pessoais, filiação, nascimento, naturalidade.¹⁴⁹ Chamada para prestar esclarecimentos a mãe informou às autoridades que o filho desertara da Escola de Aprendizes de Marinheiro, aos 14 anos de idade, por não querer jurar a bandeira, mudando-se constantemente de domicílio. O SNI já apurara que ele vivera em vários países, viajara em 1973 para o Chile, Suíça e depois para Portugal, “na condição de

¹⁴⁹ Informação nº 1477/116/ACT/76. Acervo DOPS/PR – FUNDO AESI ITAIPU, 04/10/1976. Origem: em branco. Difusão: Itaipu Binacional; 5ª RM/DE; DFP/PR; EOEIG; CISESP/PR; DOPS/PR; PM/PR; AESI/SR/RFFSA. Papel timbrado do SNI Agencia Curitiba.

refugiado”, acompanhado por um padre¹⁵⁰, seu amigo e residente no Rio de Janeiro e que, naquele momento trabalhava em Foz do Iguaçu.

Para a obtenção das informações no exterior, a Ditadura Militar brasileira utilizou-se de “uma agência especializada para atuação no plano externo, especialmente criada” para tal, o Centro de Informações do Exterior (CIEX). Conforme Pena Filho,

Até hoje relativamente ignorado pela historiografia sobre o Golpe de 1964, o Centro de Informações do Exterior (CIEX) é o que poderíamos chamar de “o elo perdido” do sistema. O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos “subversivos” brasileiros que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidos no Brasil. Mas não eram só os ativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um suspeito em potencial [...]. À frente do Centro, encontravam-se diplomatas de carreira do Ministério das Relações Exteriores que atuavam em sintonia com o SNI e com os demais órgãos de informações (PENA FILHO, 2008:83-84)

Além disso, quem quer que acompanhasse os possíveis suspeitos, naturalmente também se tornaria mais um na lista dos órgãos de informações.

Para concluir essa Informação, o SNI explica que “apreciaria” ser informado e solicita novos dados sobre “o nominado, particularmente no que se relacionar à ITAIPU Binacional”.¹⁵¹

Em seu depoimento, a mãe contou toda a trajetória do filho, a residência em vários lugares no Brasil e no exterior, o período em que viveu no Chile, durante o governo e até a posterior queda de Allende, bem como sobre sua prisão num “campo de concentração” em Santiago. Explica que desde lá o filho estava acompanhado do padre. Disse ainda que o filho viveu na Guatemala, na Argentina, em Portugal, e na Suíça.¹⁵² À época em que essa declaração foi colhida o filho dirigira-se para Foz do Iguaçu para procurar emprego, e a mãe

¹⁵⁰ cujo nome recebeu uma rubrica de destaque.

¹⁵¹ Informação nº 1477/116/ACT/76. Idem

¹⁵² “*Termo de Declaração Prestadas por C.M.T*” Acervo DOPS-PR, 20/09/1976. Origem: Delegacia de Policia da Comarca de Umaruí – SC. Difusão: Não há. É um anexo do documento anterior.

não soube explicar o seu itinerário. Havia um mês que a mãe recebera uma carta do filho vinda de Foz (também anexada aos autos do dossiê¹⁵³), onde dizia estar bem empregado numa usina em construção. Obviamente, se tratava de Itaipu.

A mãe deu vários detalhes sobre a vida do filho. Ao final alega que: “o filho pode falar em socialismo, comunismo e outras ideias, mas nunca matou e nem roubou e que a depoente sabe que na Suíça muita gente é comunista porque seu filho [...] lhe dizia [...]”. O tom expresso nesse fragmento demonstra que ela, apesar de ser inquirida e talvez nem corroborar com os ideais do filho, compreende que “socialismo, comunismo e outras ideias”, tampouco seria algo de sua desaprovação.

A carta do filho foi datilografada, ou seja, não se trata do documento original. Também não há no *Termo de Declarações Prestadas*, a informação de que a mãe levou esse documento até a delegacia e a mostrou ao Delegado de Polícia, ou sequer consta no documento a solicitação de entrega da cópia ou mesmo do original para constarem nos autos do processo.

Na missiva o filho parabenizava o nascimento de uma criança familiar. Também falava sobre Deus e explica aos seus familiares que “obrigado por haver enviado as (não foi possível ler), chegaram apesar de não serem muito alagadoras (*sic*). Não se preocupe com o que passou. Não podem fazer nada comigo”¹⁵⁴.

Além dos aspectos expostos, destaca-se a difusão das informações que tramitam entre os diversos órgãos que compõe a rede da repressão. Saíram do SNI e foram enviadas à Itaipu Binacional; à Quinta Região Militar; à Delegacia de Polícia Federal do Paraná, à Escola de Oficiais Especialista de Infantaria de Guarda, à Central de Inteligência da Secretaria da Segurança Pública do Paraná, ao DOPS/PR e à Assessoria de Segurança e Informações da Rede Ferroviária Federal. Além dessa vasta rede destaca-se que a mãe foi prestar Declarações numa delegacia de polícia no interior de Santa Catarina, o que comprova que a circulação dos dados ia além dos órgãos envolvidos na “Difusão”, e também se aventa a possibilidade de haver mais documentos além desses constante no dossiê citado.

¹⁵³ Carta de A.M.T. à sua mãe. Acervo DOPS-PR, 07/08/1976. Origem: Foz do Iguaçu.

¹⁵⁴ Idem.

Outra pessoa dentre os múltiplos acompanhados sistematicamente, era trabalhador da Usina. Houve uma solicitação advinda da AESI Itaipu brasileira em 1984, final do governo de João Baptista Figueiredo, durante a transição “Lenta, Gradual e Segura”.¹⁵⁵ Tratava-se de um trabalhador que ao mesmo tempo era membro do Diretório Central de Estudantes (DCE) de uma faculdade da região da fronteira pelo lado brasileiro, e fora também eleito vereador no pleito municipal de 1982. Dentre os documentos, novamente encontram-se os dados pessoais, a numeração dos documentos, a filiação, os dados que atestam ser empregado de Itaipu. Em seguida, apresenta-se o resultado do levantamento de antecedentes realizado em outros órgãos de informações. Tais órgãos informam não possuir dados a respeito do estudante vereador, mas acrescentam que a própria AESI as possuía. Todo o material foi remetido ao SNI, Agência Central, juntamente com a ficha individual de A.C.F. como empregado de Itaipu, em anexo.

A conclusão a que chegaram os agentes foi a de que o funcionário cumpria o “duplo papel de político de oposição e do[e] empregado da empresa ligada ao governo, suas atitudes públicas tem sido assinaladas pelas críticas ao Governo Federal, mesmo quando atingem ITAIPU”¹⁵⁶ (maiúsculas do documento). E continua afirmando que, ao participar do DCE, o vereador aproveitara-se desse cargo com objetivos eleitoreiros, o que estaria confirmado com a reprodução de sua crítica à Itaipu, acusando tratar-se de uma obra faraônica. Além disso, acrescenta o documento que durante uma reunião do diretório, alguém sugeriu que levassem MALUF para um debate, o que fora prontamente rechaçado. A culpa do estudante/vereador/operário teria sido a de omitir-se no papel de amenizar as críticas dos presentes. Assim, podemos observar que as minúcias das divergências eram bem conhecidas pelos órgãos. Por fim, como anexo do documento, consta a ficha do funcionário da empresa com dados pessoais e fotografia.

O hábito de inserir a fotografia na ficha de funcionários, dados de documentos pessoais, filiação e local de nascimento tornaram-se, conforme nos informa Lefebvre, algo comum no mundo contemporâneo, agudizado depois da descoberta que era possível criar documentos de identificação com

¹⁵⁵ Informação nº E/AESI.G/BR/BR/036/1357/84, sobre A.C.F. Acervo Aluizio Palmar, 1/11/1984. Origem: E/AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI.

¹⁵⁶ Idem, ibidem.

as digitais (LEFEBVRE, 1978). Tudo isso corroborou para que o controle de órgãos de informações, no mundo todo, aumentasse.

Mas as AESI's também podiam gerar seus próprios dossiês, desde que algo levantasse suspeita. É o que fica exemplificado com o episódio que se inicia com a visita de um jornalista à Usina em abril de 1980, que precisava entrevistar uma pessoa identificada como um ex-padre. O jornalista foi encaminhado ao Setor de Relações Públicas da Itaipu onde explicitou seu objetivo de colher informações acerca desse ex-padre, que estaria ligado à uma organização denominada Liga Agrária Camponesa no Paraguai, ultimamente acusada do sequestro de um ônibus em Assunção. Conforme a informação que ele recebera este padre era, na ocasião, ou fora funcionário de Itaipu.¹⁵⁷ Esses dois últimos dados imediatamente criam uma troca de documentos entre os órgãos repressivos, colocando-o em situação de suspeição.

Uma das respostas que veio no mesmo dia, em espanhol,¹⁵⁸ foi a da AESI de Itaipu Brasil, mas que se localizava em Assunção. Ou seja, havia uma conexão direta entre as duas agências localizadas em lados opostos da fronteira.

4.5 - “Abaixo o Governo cai o porco do Figueiredo”

Em 1984, já no final do governo de João Baptista Figueiredo, num crescente de manifestações sociais, de reorganização da classe trabalhadora, houve um episódio em Itaipu que mereceu atenção dos serviços de informações e segurança da Binacional. O chefe de segurança, ao realizar o serviço de verificação na Casa de Força junto com um funcionário, viu a parede da referida plataforma pichada a mão e com grandes caracteres, com os seguintes dizeres: “*Abaixo o Governo cai o porco do Figueiredo*”, “*Queremos mais comida na mesa do pobre*”, “*queremos salário acima de Cr\$ 80.000,00*”.

Imediatamente o tal Chefe da Segurança informou ao Coronel “Don” Tristan Infanzon C. que iniciou um processo para averiguar quem teria sido o

¹⁵⁷ Informe nº ASI/001/80. Acervo Aluizio Palmar. Assunção, 15 de abril de 1980. Origem: AESI-BR. Difusão: AESI PY

¹⁵⁸ Idem, ibidem.

mentor de tal subversivo, ou seja, em que pese a abertura, na Itaipu, a repressão continuava como “dantes no quartel de Abrantes”.

Assim, apesar do ressurgimento das lutas dos operários, desde o final dos anos de 1970, iniciada no ABCD Paulista e que se espalhava como rastilho de pólvora por todo o país, apesar do arrocho salarial, do salário corroído pela inflação, os trabalhadores da Itaipu deveriam se portar calmamente, apenas aceitando o que a direção caracterizava como benesse. Assim este novo período continuou a ter sob controle na região, seu alvo dileto, os trabalhadores da Itaipu.

Para Alves isto não se restringiu à região, ou seja, no período de 1979 a 1984, a repressão continuou a ter como objetivo “destruir movimentos sociais de operários e camponeses”.¹⁵⁹ Evidentemente, tanto nos últimos anos da Ditadura, como a fase imediatamente posterior (nos deteremos nesse trabalho no ano de 1987) o controle sistematizado dos trabalhadores que começavam a se organizar é flagrante.

4.6 - A reorganização da classe trabalhadora

Em 1982, a maior parte dos trabalhadores dos consórcios construtores, ao menos dos que eram responsáveis pelas obras de engenharia, começavam a demitir o pessoal. Com a inauguração das primeiras turbinas os ritmos das obras diminuía, e também o pessoal da construção começava a ser dispensado, necessitando de um novo tipo de mão-de-obra, mais voltado para a parte mecânica.

Desde 1974 o Brasil, credor do Paraguai na construção de Itaipu, enfrentava uma séria crise econômica. Ela se deu fruto do fracasso de uma política econômica, nomeada como “o milagre brasileiro”. Segundo Chasin, não se tratava de uma crise gerada pela falta das liberdades democráticas. Para ele,

É sabido que os aspectos políticos de uma totalidade nacional tendem a se alterar quando se registram modificações (positivas ou negativas) na sua viga mestra, isto é, na sua estrutura de produção material. Também é conhecido, se bem que menos, que a correspondência entre tais alterações não é uma relação mecânica ou automática, embora se mantenha

¹⁵⁹ ALVES, opus cit.

sempre, o que é decisivo, a direção básica da determinação, isto é, os aspectos políticos são essencialmente determinados, enquanto a realidade econômica é por natureza determinante. [trata-se de pensar que] um “modelo exportador”, nas condições de subdesenvolvimento, é concomitantemente, irreversível e determinantemente um “modelo importador”.

Já o Paraguai, no mesmo período em que o Brasil vivia a crise e mantinha o ritmo de construção, vivia o apogeu de seu milagre: “o milagre de Itaipu”. Todavia, ao final das obras de engenharia, acreditava Stroessner que a Argentina injetaria no país guarani a mesma quantidade de recursos, mantendo o milagre. Só que a Argentina, também mergulhada em dificuldades financeiras, atrasou as obras de Corpus (o condomínio hidrelétrico entre Argentina e Paraguai), gerando dificuldades financeiras para o Paraguai.

Durante a ditadura, mas também podemos pensar para além dela, a política econômica favoreceu o capital nacional e estrangeiro. O nacional, obviamente aquele que gravitava em torno do poder central. Para manter essa política, criou-se formas de diminuição dos salários, seja estabelecendo tetos salariais, reprimindo a resistência dos trabalhadores, criando rotatividade de mão de obra. Todas essas formas serviram para aumentar a concentração de renda.

A dependência do capital internacional também foi marcante. Vários setores de produção não conseguiram sobreviver, principalmente os de consumo popular, enquanto que o ancoradouro foi o de bens de capital, vinculados ao Estado e aos bens de consumo duráveis, ligados às multinacionais. (MENDONÇA e FONTES, 1996)

No Paraguai, ao mesmo tempo em que se punha uma crise econômica, mantinha Stroessner a medida da sucessão de seu cargo. Somando os problemas econômicos, esses sim, decisórios para a queda do ditador, ao desmando dentro das Forças Armadas, ocorreu sua queda.

Nesse sentido, quando as burguesias do Brasil e do Paraguai se aglutinam para falar em democracia, em liberdades democráticas, em uma palavra, em fim da Ditadura, devemos também compreender que:

a “democracia” dos empresários se resume e lutar pelos lucros, no que se seguem não só a inclinação básica e natural do capital, mas as características das classes dominantes brasileiras, que são economicamente liberais, mas não politicamente democráticas. (CHASIN, 2000:67)

Portanto, o fim das ditaduras deve ser examinado á luz dos problemas econômicos que ambos os países enfrentaram, e que implicavam no lucro das burguesias nacionais e internacionais, e impactavam ao mesmo tempo as classes trabalhadoras.

No caso do Paraguai a ditadura só acabaria em 1989 quando Andrés Rodriguez, homem de confiança e com relação de parentesco com Stroessner, dá um novo golpe alijando esse ditador do poder. Stroessner pretendia que seu sucessor fosse seu filho, também militar. Para isso, vinha quebrando a hierarquia militar a fim de elevá-lo ao generalato, de forma que pudesse governar o Paraguai. Todavia, ao desencadear essas mudanças, deixou para traz toda uma geração de militares que poderiam ser elevados a postos superiores, enviando-os á reserva. Isso era a pretensão de acontecer com Andrés Rodrigues também. Ao ser informado que passaria para a reserva, armou o golpe, e junto com outros militares de alta patente, dentre eles Lino Oviedo, um tradicional candidato a vários cargos no Paraguai, motivo inclusive de chacota por manter essa postura, deu o golpe e destituiu Stroessner.

Mas longe de pensarmos que a história se faz apenas pelos brios pessoais, apenas pelo desejo da alta oficialidade, esses acontecimentos devem ser pensados à luz das questões sociais, econômicas e políticas enfrentadas.

4.7 - Para além de 1985: o Condor ainda sobrevoava as águas de Itaipu após a “abertura”

Em 1987, os trabalhadores do Consórcio Unicon e do Consórcio Itamon cruzaram os braços em uma fragorosa greve. Manarin¹⁶⁰ conta os detalhes desse movimento, explicando que os trabalhadores se postaram no trevo anterior à entrada de Itaipu, e lá se mantiveram até que suas reivindicações fossem atendidas.

No meio da documentação que pesquisamos¹⁶¹, encontramos documentos da repressão narrando a greve, tomando providências e articulando os órgãos de informações. Assim, precipuamente, a repressão ainda se articulava tendo como função dar conta da ação dos trabalhadores em Itaipu. Pegos de surpresa, o documento começa narrando quando Cantero¹⁶² (Diretor de Política e Afins), ao receber ligação telefônica do que ele nomina como “nosso pessoal”, às 2:00 da manhã, relatando a greve. Cantero não explicou no documento quem era o “nosso pessoal”, mas podemos subtender que é o pessoal da Itaipu, pois em se tratando dos trabalhadores da Binacional, as AESI's, brasileira e paraguaia, tinham pleno controle de sua organização.

Ao perceberem que haveria preparativos para a “entrevista” presidencial em Itaipu, ou seja, uma visita, os trabalhadores da UNICOM e ITAMON do lado brasileiro, como ele próprio frisa, pararam exigindo aumentos salariais. Estavam ao todo, pelo informe, 95% dos trabalhadores parados, desde as 00h20min. Ainda explica que o turno acabaria às 8 horas da manhã seguinte.

Numa relação entre o Estado e a iniciativa privada, o desenrolar da greve contou com uma série de manobras, a fim de dispersar o movimento.

¹⁶⁰ MANARIN. Opus cit.

¹⁶¹ Acervo Arquivo do Horror, 15 de janeiro de 1987. Origem: Policia de la Capital. Departamento de Investigaciones. Rec. De Política y afines. N° 114. Diretor Gral. Alberto B. Cantero. Difusão: Para conhecimento do Chefe de Polícia – Pastor Coronel.

¹⁶² A respeito do Comissário Alberto Cantero, na função de Diretor de Política e Afins, encontramos a seguinte referência, que merece ser destacada visto o seu papel no controle dos trabalhadores de Itaipu: “*No departamento de Investigações, o Comissário Alberto Cantero ganhava uma gravitação crescente. Havia ingressado como datilógrafo em 1959 e desde esse tempo havia pertencido à Direção de Política. Sua lealdade a Pastor Coronel e sua firmeza na execução das ordens o converteram em um elemento chave dentro da estrutura do Departamento. Cantero era o que estava em contato com o preso interrogado, o que fazia o ‘trabalho sujo’, o que dirigia os matadores de menor hierarquia*”. Cf. Paz et al. *És mi informe – Los Archivos Secretos de la policía de Stroessner*. Assunción: CDE e Servi Libro, 2006, p. 141. (tradução da autora)

Dessa forma, a direção das empresas construtoras acreditava que solucionaram o inconveniente, pois a partir das 12 horas dariam permissão aos trabalhadores para tirarem folga até a segunda-feira, quando estes retornariam às atividades. Já contando com a expectativa de que muitos, que moravam fora, aproveitariam esse momento para viajar e encontrar suas famílias a Binacional e as empreiteiras usaram desse artifício. Pensavam que assim poderiam calar os trabalhadores.

Essa greve iniciou-se ante a visita dos presidentes do Brasil e do Paraguai, em razão do funcionamento das novas turbinas. Esse documento, assinalamos, foi enviado “para conhecimento do chefe de polícia da Capital” (tradução nossa), que como assinalamos na parte anterior desse trabalho, era Pastor Coronel.

No mesmo dia, Cantero encaminhou novamente outro “Informe da Polícia da capital acerca da Greve de trabalhadores¹⁶³”. Nele estão contidas as informações repassadas pela Brigada destacada na Aduana de Porto Presidente Stroessner (hoje Ciudad del Lest). Ou seja, a Aduana, mesmo que seja apenas uma Brigada interna, se envolvia também na questão das informações na região. Havia pessoal destacado para essa função. Esse informe explica a situação da paralisação dos trabalhadores na Ponte da Amizade, do lado brasileiro, levando detalhes de como os trabalhadores estavam se organizando nessa greve. O objetivo desse documento, como todos enviados a Policia da Capital era o de dar informações a Pastor Coronel.

Como veremos, esse foi um dia bastante movimentado para o pessoal das agencias de informações. No meio da documentação, encontramos um novo informe com base nos dados fornecidos pelo pessoal destacado na Aduana¹⁶⁴. Percebemos então que os agentes eram os mais diversos. A Aduana teria uma função, à princípio, fiscal. Ela não é uma Polícia de Fronteiras, ao menos em termos de legislação. Mas pelo que vemos, se prestou inclusive a essa dupla função, comportando internamente uma Brigada, que teria função também de informações, ao menos. Esse foi o terceiro documento nessa data acerca da greve.

¹⁶³ DPA nº 119. “Objeto: Elevar Informe”. Acervo *Arquivo do Horror*, 15/01/1987. Origem: Polícia da Capital, do Diretor de Política e Afins, para Pastor Coronel.

¹⁶⁴ “DPA nº 120. Objeto: Elevar informe”. Acervo *Arquivo do Horror*, 15/01/1987. Origem: Polícia da Capital, do Diretor de Política e Afins, para Pastor Coronel.

A essas informações, acrescentam-se os dados de que houve uma proibição de entrada de ônibus da UNICOM com pessoal para trabalhar às 00 horas e 30 minutos. Também os trabalhadores da Itamon passaram pela mesma restrição. Isso se deu devido à proibição expedida pelo General Tristan Infanson, que ao responder pelo setor responsável (Coronel Chefe do pessoal de Segurança de Itaipu), mas denota que o mesmo, bem como a direção de Itaipu trabalhava em uníssono com as empreiteiras.

Como forma de evitar quaisquer possibilidades de entrada do pessoal das empreiteiras em greve, inclusive por haver, provavelmente o temor da sabotagem da Usina, uma vez que esse tipo de informação apareceu constantemente em documentos anteriores analisados, foi enviado um destacamento de uma Força Tarefa Conjunta (FTC) para cumprir as ordens. É aqui novamente percebemos o quanto o Estado brasileiro, e também o paraguaio, solapavam a organização da classe trabalhadora, reprimiam e preservavam os interesses da iniciativa privada. Dessa forma, houve o consentimento de Itaipu para que a empresa desse folga aos brasileiros e paraguaios até o dia 19 de janeiro, ou seja, até quatro dias depois de iniciado o movimento como forma de desmobilizá-lo.

Mas a própria documentação dá conta da real organização dos trabalhadores. O primeiro documento, como já destacamos, explica uma adesão à greve na casa de 95%. E para solapá-la, diversos expedientes foram usados, inclusive colocar trabalhadores dentro da Binacional por helicópteros, uma vez que a mobilização próxima ao portão de entrada da empresa não permitiria a passagem de ônibus ou carros para conduzir quaisquer pessoas ao interior da empresa.

No dia seguinte, 16/01/1987¹⁶⁵, novamente Cantero se dirige num informe ao Pastor Coronel explicando outra vez que o “nosso pessoal destacado na Aduana de Porto Presidente Stroessner” (tradução da autora). Dessa vez informa que houve a entrada de um automóvel guiado por A.F.N., brasileiro, originário de Foz do Iguaçu, empregado de Itaipu, contendo dados dos documentos pessoais, endereço, idade, filiação, bem como dados do carro que dirigia ao atravessar a fronteira pela Ponte da Amizade. Essa pessoa

¹⁶⁵ Acervo Arquivo do Horror, 16/01/1987. Origem: Polícia da Capital, a fim de informar a Pastor Coronel.

possuía credenciais da Itamon e da Itaipu, como supervisor de segurança III. E acrescenta que “Assim mesmo, no interior do mencionado veículo havia 8 caixas de livros sob o título *“ESCRITOS” de LEON TROTSKY*”, *de corte Comunista e um livro “NICARÁGUA REFORMA ou REVOLUCION”* (tradução da autora). O que é mais obtuso nesse caso é a quantidade de informações que a Aduana consegue, obviamente também influenciada pelo clima de greve do dia anterior, mas, sobretudo por haver nela já um dispositivo responsável pela fiscalização de pessoas.

Como se não bastasse haver uma trama de informações já referidas por nós ao longo desse trabalho, envolvendo todos os órgãos policiais nos dois países, ainda se somam nessa tarefa quaisquer outros que pudessem servir a esses Estados, que do lado de lá ainda era bonapartista, e de cá se enquadrava nas tramas da autocracia. Aliás, o Brasil historicamente, ao menos desde a Proclamação da República, oscilou entre o Bonapartismo das ditaduras militares, ou a autocracia dos períodos em que elas não vigoravam oficialmente, mas alimentavam fragmentos de classe da burguesia que se alternavam no poder.

Isso explica o envolvimento da Aduana, bem com o destaque para as obras que esse trabalhador do setor de segurança da Binacional estava carregando em seu carro. Para concluir o relato, a Aduana acrescentou que o carro ficou na Brigada – não houve explicação no documento de qual Brigada se referia –, e que no interior do veículo havia uma placa origem de Lambaré, uma cidade nos arredores de Assunção.

Como vimos, a espionagem, a delação, o constrangimento provavelmente perfizera a vida desses trabalhadores, que ora eram vistos pelo Sistema de informações como incapazes, comprovando inclusive a necessidade de o Estado tutelá-los a todo o tempo, ou como inimigos, já que o inimigo era interno e precisava ser combatido.

Capítulo 5 – A suspeição contra os civis e suas organizações

Inicialmente, trataremos nesse capítulo da vigilância e controle de civis, efetuadas pelas AESI's em conjunto com os demais órgãos de informações da região e que adentram ao período da “abertura” no caso brasileiro. Formam um conjunto documental importante de ser analisado, na medida em que, por eles, percebemos os meandros da circulação de informações em torno de famílias, padres, profissionais liberais, jornalistas de órgãos de imprensa local, manifestações populares contra o então presidente militar da transição (Figueiredo), e até da circulação aérea, no caso, o controle sobre algum tipo de aeronave que pousou em Santa Catarina. As AESI's Itaipu se incumbiram de espionar e emitir relatórios, informes etc.

Trata-se da evidência da continuidade do controle sobre a sociedade civil, nos mesmos moldes vigentes no período ditatorial brasileiro e que encontrava respaldo, como seria lógico acontecer, na continuidade da ditadura paraguaia. O simples fato de se organizar, discutir problemas que pudessem afligir um grupo de pessoas ou uma nação como um todo, era motivo de relatórios constantes, trocas de informações e organizações de processos que poderiam servir de base para algum procedimento judicial. Assim, o movimento estudantil, as eleições para prefeito em cidades da fronteira, a luta pela revogação da Lei de Segurança Nacional, as manifestações da Central Única dos Trabalhadores (CUT) ou mesmo o cotidiano de seus dirigentes, congressos como os da classe trabalhadora (Conclats), reuniões de agricultores expulsos de suas terras para a construção da barragem, lideranças da Igreja Católica, Luterana, Movimento dos Agricultores Sem-Terras (MST), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), mobilizações da comunidade árabe, foram espionados por agentes em “campanas” ou infiltrados, ou por denunciante.¹⁶⁶

¹⁶⁶ Pelo teor dos documentos, podemos concretamente afirmar que a trama interna de espionagem e informações no Brasil foi devastadora. Obviamente essa pesquisa não conseguiu desnudá-la por completo, principalmente porque ainda nem todos os documentos foram liberados, mas objetiva trazer alguns elementos de reflexão no sentido de percebermos como é necessário desenvolvermos mais pesquisas nesse sentido. Ao que parece, nada passou despercebido. E ao mesmo tempo, ao que nos parece, o número de agentes da repressão era imenso.

Como visto no capítulo anterior, nem as famílias estiveram isentas da observação. Observa-se que as famílias vigiadas foram aquelas que possuíam algum membro entrando na justiça exigindo reparações por perseguições, desaparecimentos, aprisionamentos, ou torturas infringidas contra algum familiar ou a ele mesmo. Como no Paraguai não havia ainda a abertura política, tal escopo é relativo apenas ao Brasil, mas não exclusivamente a brasileiros.

Neste país, a abertura dera-se, naqueles idos de 1975, apenas no cenário político estrito senso, ou seja, apenas pela reabertura do congresso, pela re-implementação do sistema eleitoral que se abre à participação política mais ampla da sociedade civil e a retomada da autonomia do judiciário. Um judiciário, que sofrera vários expurgos dos não alinhados com a ditadura, iniciados já nos idos de 1965 e que continuaram pelos 20 anos seguintes. Na estrutura governamental o arcabouço repressivo continuará a funcionar até a sua extinção em 1990 e manterá intactas as suas funções, seus agentes, sua lógica de funcionamento.

Neste contexto, o fato de entrar na justiça contra a violência e arbitrariedades cometidas nos anos anteriores pelo Estado, já os caracterizava como opositoristas – das “ditaduras” – e, portanto, suspeitos de subversão.

Naquele momento de transição, sabedores da continuidade do funcionamento do sistema repressivo, os perseguidos e os familiares atingidos, direta ou indiretamente, em busca de reparações ou mesmo de pessoas desaparecidas, optaram por ações conjuntas, pois isto lhes dava maior força argumentativa perante a justiça e também lhes permitia a construção de uma espécie de rede de proteção. Eram em tais reuniões que se encontravam agentes infiltrados, ou simples delatores, por vezes, conforme se deduz, conhecidos dos familiares ou amigos das vítimas. Foi o aconteceu, por exemplo, com o encontro ocorrido em Foz do Iguaçu¹⁶⁷, o agente infiltrado registrou a discussão entre amigos. Consta, segundo o relato do informante, que vários casais, todos ao que parece bem próximos devido à sua situação de perseguidos da ditadura Stroessner, se encontraram na casa de um deles. Neste registro, a divergência entre os integrantes do grupo apareceu, pois o documento não relatou o motivo da discussão, quando um dos convidados

¹⁶⁷ Informe nº 002/75. Acervo *Arquivo do Horror*, 28/04/1975. Origem: AESI Itaipu Paraguai (documento em espanhol). Difusão: Comando em Chefe.

chamou o outro de stronista. Embora não haja detalhamento de toda a *reunião familiar*, como o próprio documento a considera, chamou a atenção do infiltrado, o fato de que um deles ofendeu o outro. O destaque aparece no documento.

Se tal acontecia do lado brasileiro, o que não dizer do lado paraguaio, onde a ditadura teve continuidade até idos de 1989. O que não seria “normal” é o lado brasileiro continuar a dar informações para a repressão paraguaia. Tal relação continuou incluindo civis dos mais diferentes matizes, o que deu margem para que os agentes fizessem associações cuja lógica interna fica, muitas vezes difícil de objetivar. Assim, por exemplo, tomemos o caso da relação que tais personagens fizeram entre um ex-militar paraguaio e seu amigo brasileiro, plantador de grande porte.

Conforme o documento relata, este militar havia sido combatente, ao lado de Stroessener, na Guerra do Chaco contra a Bolívia, ocorrida entre 1932 e 1935.¹⁶⁸ Essa guerra teve como um de seus heróis o próprio Alfredo Stroessner, que ganhou como prêmio, pela sua “bravura”, a possibilidade de fazer cursos no Brasil. Anos depois, quando o golpe stronista já havia sido dado, um opositor que integrava as forças armadas paraguaias, ocupando o cargo de tenente, foi para a reserva, transformando-se, segundo os agentes do governo, em ex-combatente. Nesta condição passou a ser vigiado e foi classificado como um liberal de esquerda¹⁶⁹, de grande periculosidade porque era “conhecido como homem de ação”, capaz de realizar treinamentos de guerrilheiros¹⁷⁰. O risco que este homem representava era que continuava frequentando o Country Club de Foz do Iguaçu, tinha amigos influentes entre os proprietários de terras onde estavam empregadas várias pessoas.¹⁷¹ Tal fato mereceu ser destacado pelo informante, o que leva o leitor a algumas especulações no sentido de entender a lógica de tal destaque: seria o risco do contato com trabalhadores e a suspeição de treinamento de guerrilheiros na propriedade do fazendeiro? Há aqui uma evidência de que nem mesmo o liberalismo era permitido nessa relação de desenvolvimento hiper-tardio do

¹⁶⁸ Cf. capítulo 3.

¹⁶⁹ Não nos é possível saber a que exatamente se refere a associação feita pelo agente entre liberal com esquerda).

¹⁷⁰ Informe nº 002/78. Acervo *Arquivo do Horror*, 31/01/1978. Origem: AESI Itaipu Paraguai. Difusão: Diretor Geral Adjunto e Ministro do Interior.

¹⁷¹ Idem, ibidem.

capitalismo no Paraguai, como também ocorrera no Brasil? Tal lógica nos remete às reflexões de Chasin sobre os países que não tiveram o processo de desenvolvimento clássico. Diz ele,

A nossa burguesia, para quem o liberalismo econômico (a livre troca para sustentar e ampliar sua própria natureza exploradora, através da associação crescente com a exploração hegemônica e universalizante do capital externo) foi sempre apropriado e conveniente, nunca pôde, nem sequer poderia ter aspirado a ser democrática, tem no politicismo sua forma natural de procedimento. Politicista e politicizante, a burguesia brasileira, de extração pela via colonial, tem na forma da sua irrealização econômica (ela não se efetiva, de fato, por inteiro, nem mesmo suas tarefas econômicas de classe) a determinante de seu politicismo. E este integra, pelo nível do político, sua incompletude geral de classe. Incompletude histórica de classe que a afasta, ao mesmo tempo, de uma solução orgânica e autônoma para a sua acumulação capitalista, e das equações democrático-institucionais, que lhe são genericamente estranhas e estruturalmente insuportáveis, na forma de um regime minimamente coerente e estável. (2000:124)

Por fim, o documento não traz, conforme se observa em outros do mesmo tipo, dados que “comprovassem” as acusações de associação do ex-combatente com a guerrilha. É possível que fosse apenas mais uma informação conseguida de forma aleatória, não havendo comprovação empírica, já que cada documento que tivesse qualquer informação sobre o caso, a complementava, destinava a muitos órgãos e tomava providências, o que não ocorre nessa situação.

Conforme foi visto, era comum a delação no Paraguai em troca de obter determinados benefícios: passagens gratuitas nos ônibus, entradas em estádios de futebol etc. (SANTOS, 1998) Numa sociedade em que o Estado suplantava as garantias, sobravam as migalhas da mesa da burguesia que orbitava em torno de Stroessner. No processo de desenvolvimento hiper-tardio que se configurou em toda a América Latina, não é difícil conceber que aos trabalhadores no Paraguai, não restava muitas alternativas de sobrevivência. Até porque, iniciado o governo Stroessner, muitos privilégios foram dados à burguesia que se formava em seu entorno, constituída inclusive de brasileiros que adquiriram terras no Paraguai. Obviamente, trata-se daqueles que

conseguiram grandes porções de terras, e não dos pequenos agricultores principalmente do Sul do Brasil, que em más condições de sobrevivência aqui, acabaram migrando para o Paraguai.

Todavia, nesse processo de privilégio que solapava as riquezas da nação guarani com a extração da madeira, ou mesmo com a plantação de soja, aos segmentos da população excluídos do acesso à produção social e impossibilitados de se manifestar, vêm na delação algumas vantagens: tornam-se assim *sóplons*, ou mais popularmente, *piragues*.

5.1 - O Jornal *Nosso Tempo* e seus editores

Numa rápida pesquisa às pastas do Acervo DOPS Paraná, percebemos que os órgãos de informações, especialmente o próprio DOPS acompanhava todo o noticiário, recortava suas matérias e assim, tudo o que saia na imprensa da época e que fosse de interesse dos agentes de informações foi arquivado.

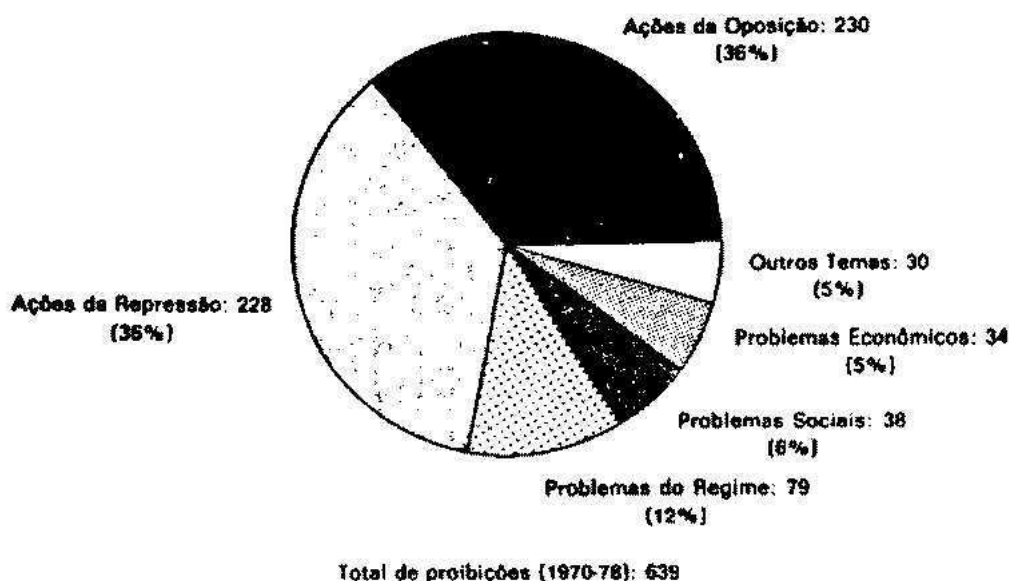
172

Tais ações acompanhavam a lógica da Censura prévia, prevista no Decreto-Lei 1077, em janeiro de 1970, no Brasil, o qual, segundo Soares, fez subir em muito o índice de censura e obedeceu a determinados critérios, Conforme explicita na tabela, que compila dados relativos a vários jornais¹⁷³ que sofreram censura à época.

¹⁷² Destacamos tal informação, pela riqueza de detalhes sobre as circunstâncias da época, na região, que se encontra neste acervo e que podem subsidiar muitas outras pesquisas, ou mesmo o aprofundamento desta.

¹⁷³ Dados disponíveis em: SOARES, 2010. Conferir em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_10/rbcs10_02.htm> Acesso em 27 mar. 2010.

Figura 2 — A composição das proibições de publicar, 1970-1978.



De um total de 639 proibições de veiculação de notícias, no período de 1970 a 1978, 36% resultaram de acusações de que se tratava de matérias que faziam oposição à ditadura. Seguido por notícias relativas às ações de repressão, perfazendo um total também de 36%, só que com duas proibições a menos. Em terceiro lugar, as proibições referentes aos problemas da própria ditadura somaram 12%. Por fim, problemas sociais, econômicos e demais temas, como a própria tabela denomina, juntos somaram 21%.

No caso do *Jornal Nosso Tempo*, que costumeiramente tecia críticas aos projetos da ditadura, privilegiando nesse caso a Binacional, visto que o mesmo também era de Foz do Iguaçu, enquadrava-se em “problemas do regime”. Embora o jornal não tenha sofrido censura, pois fora criado em 1980, sofreu toda a sorte de perseguições possíveis. Assim,

O peso do coturno do coronel interventor já se fez sentir. O prefeito e seu grupo procuravam de todas as maneiras sufocar o jornal para que parasse de funcionar. Os comerciantes que anunciavam eram ameaçados. Ao surgirem as pressões, alguns retiraram-se da sociedade. (Moreira, 2003)

Notamos nesse caso, que a censura em relação ao *Jornal*, não se deu como a tabela logo acima demonstra, mas em forma de perseguição. Assim as

AESI's cumpriram a função de recolher informações acerca dos principais noticiários, reunindo provas que subsidiaram a organização de processos judiciais contra os donos dos vespertinos, acusados de desrespeitarem à citada Lei e a encaminharem, não apenas aos tribunais de justiça da região, como também ao SNI. Conforme entrevista do advogado e procurador geral da justiça de Foz de Iguaçu, Antônio Vanderli Moreira,

Corria o ano de 1981 e Foz do Iguaçu, área de segurança nacional, ainda vivia o clima tenso do terror da ditadura. Alguns profissionais de imprensa ousavam agir com independência, mas sofriam de imediato a perseguição política. Antes alguns pequenos jornais independentes surgiram, mas aguentaram pouco tempo.¹⁷⁴

O jornalista Aluizio Palmar foi um de seus dirigentes, juntamente com Juvêncio Mazzarollo, e João Adelino de Souza. Palmar, ao buscar documentação referente a si próprio nos órgãos de informações, deparou-se com um acompanhamento sistemático do Jornal que dirigia. Neste sentido encontrou todos os informes das AESI's que subsidiaram as denúncias acolhidas pelo Ministério Público Militar que os processou por desrespeito à Lei de Segurança Nacional.¹⁷⁵ Tal processo se originou de um inquérito policial na Polícia Federal apurando “responsabilidade quanto à veiculação de artigos considerados ofensivos às Forças Armadas e autoridades constituídas, figurando como indiciados os pseudo jornalistas acima referidos”.¹⁷⁶ Note-se a alegação de que os artigos foram ofensivos e que os três eram pseudo jornalistas, numa completa desqualificação do trabalho dos profissionais, dadas as críticas que fizeram às Forças Armadas, nos idos de 1980. O clima de perseguição que reinava naquele período envolvia toda a sociedade, conforme atesta o citado advogado na mesma entrevista. Referindo aos procedimentos repressivos que se abateram sobre o tablóide, rememora que, logo nas primeiras edições do jornal, conforme citação acima.

¹⁷⁴ Entrevista intitulada Percalços de nosso tempo. *Revista Cabeza*, edição nº 12, julho de 2003. Site: <http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>. Acesso em: 20 nov. 2009.

¹⁷⁵ Informação nº E/AESI.G/IB/BR/056/(ilegível)81. Acervo Aluizio Palmar. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI. O documento explica ainda que enviou ao SNI mais dois informes e uma informação entre abril e julho de 1981.

¹⁷⁶ Idem, *ibidem*.

Como o hebdomadário continuava em atividade, apertaram o cerco. A Delegacia Regional do Trabalho, por ordem do General Massa, instaurou procedimento e o Delegado de Polícia Federal De Faveri baixou a portaria nº 202/81/DPF/FI, dando início a Inquérito Policial contra as pessoas que centralizavam as ações do jornal "Nosso Tempo". Eram elas o Juvêncio Mazzarollo, o João Adelino de Souza, o Aluizio e o Jessé. A acusação era de exercício irregular da profissão, por não possuírem registro de jornalista. Foram incurso no artigo 47 da Lei de Contravenções Penais. No dia 30 de setembro de 1981, às 14h30, os acusados e seu defensor compareceram à então Divisão de Polícia Federal para interrogatório. Lá ficaram durante horas esperando pelo delegado, que não os atendeu.¹⁷⁷

Na sequência de sua entrevista, o advogado relata que o início do processo se deu sob a alegação de que eles “foram dados como ausentes” porque não haviam comparecido à Delegacia Regional do Trabalho, sendo os autos encaminhados à Justiça Estadual porque o juiz federal considerou “imprestável o procedimento administrativo da DRT” que julgava os procedimentos do município. Apesar da evidente nulidade do processo, tanto pela

[...] revelia inexistente que importava em cerceamento de defesa, pela falta de apresentação de réu preso (Juvêncio já estava preso por ordem da Justiça Militar), verificando-se ainda a prescrição [...], a juíza sentenciante, que pelo menos em um outro processo já aceitara intromissão dos donos do poder, condenou Juvêncio, Aluizio, Adelino e Jessé a pagarem multa por infração ao artigo 47 da Lei de Contravenções Penais”. [...] Juvêncio ainda respondeu processo sob acusação de infração à Lei de Segurança Nacional, devido a um artigo onde sugeria: “Tirado o poder dos ladrões, corruptos, vendilhões da pátria e opressores, o passo seguinte é implantar um sistema institucional que garanta a construção de um novo modelo social, político, econômico e cultural.”¹⁷⁸

Paralelamente os amigos e familiares de Mazzarollo, em campanha por suas libertações, criaram um comitê, também objeto de vigilância das AESI's.¹⁷⁹ É pelo registro dos agentes que se infiltraram na reunião que temos notícias da organização, por exemplo, de ações de mobilização que amigos e familiares

¹⁷⁷ Entrevista intitulada Percalços de nosso tempo. *Revista Cabeza*, edição nº 12, julho de 2003. Site: <http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>. Acesso em: 20 nov. 2009.

¹⁷⁸ Idem, ibidem.

¹⁷⁹ Informe nº E/AESI.G/IB/BR/020/3237/83. Acervo Arquivo Nacional, fundo SNI. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI. Documento gentilmente enviado por Rodrigo Patto Sá Motta.

dos acusados empreenderam, como um ciclo de debates com o objetivo de discutir a Lei de Segurança Nacional.

A discussão sobre a necessidade de se acabar com a legislação repressiva toma corpo desde o final dos anos de 1970, compondo as temáticas sobre o fim da ditadura, no bojo do ressurgimento do movimento operário.¹⁸⁰ Além da volta de exilados, o recrudescimento dos movimentos populares começava a impor o fim do processo ditatorial. Longe de ser uma benesse oferecida pelos militares, embora a transição tenha sido negociada com as oposições (FERNANDES, 2006), o fato é que o fim da ditadura era necessário, para inclusive não acontecer o que ocorrerá alguns anos depois no Paraguai; um golpe para destituir o ditador. Nesse processo de reorganização, foram unificadas as lutas pelas liberdades.

A crescente mobilização social que se alastra pelo país, capitaneada pelo ressurgimento do movimento operário¹⁸¹, na região onde se construía a Itaipu, o caso dos jornalistas acima referido teve enorme repercussão, particularmente a prisão de Juvencio Mazzarolo, o que foi, como não poderia deixar de ser, devidamente acompanhado pelos agentes das AESI's, como atesta, por exemplo, o documento que traz a listas dos nomes de pessoas envolvidas na mobilização, no interior da qual se observa os destaques nos nomes de palestrantes. Reza assim o referido relatório policial,

[...] o evento realizado em TOLEDO/PR enquadra-se na campanha movida por setores radicais oposicionistas, pela revogação da LSN, confirmando-se, portanto, o ponto de vista expresso no INFE da referência, de que a repercussão em torno da condenação de JUVENCIO MAZZAROLLO, materializada em movimento em sua defesa, acima de tudo, visa a servir de pretexto aos objetivos da campanha contra a LSN. (maiúsculas do original).¹⁸²

Uma série de anexos contendo matérias que saíram em outros jornais, inclusive com declarações dos agentes de informações, atesta a repercussão que tal caso teve na região. Na lógica repressiva, tratava-se de “setores radicais oposicionistas”, o que demonstra haver grande confusão entre o pessoal que colhia as informações e as distribuía e as organizações da época.

¹⁸⁰ Sobre a função social de mobilização da sociedade que o recrudescimento operário cumpre ver CHASIN, José. *As máquinas param, germina a democracia*. São Paulo: Ed. Escrita, 1979.

¹⁸¹ PRADES, M.; Rago, M. A. P. O arrocho treme nas bases do ABC. *Escrita Ensaio*, ano IV, nº 7. São Paulo: Ed. Escrita.s/d.

¹⁸² Idem, ibidem

Todavia, não devemos nos enganar em relação à produção da documentação. Num dos documentos que mais à frente analisaremos em relação às eleições, veremos que os órgãos de informações possuíam pessoas altamente qualificadas para tratar as informações que julgassem pertinentes.

Interessante é que a certeza de que agiam em benefício da nação faz com que tais informantes não se eximam, pelo menos na região, de falar publicamente de suas ações, como se observa, ainda, no caso dos jornalistas do *Nosso Tempo*. Em abril de 1983, foi publicada uma nota no Jornal *O Paraná*, em Mazarollo foi considerado um *pseudo-mártir*,¹⁸³ o que também consta da documentação que compõe seu dossiê.

Mesmo já no momento de abertura, de reorganização dos trabalhadores, de constituição de comitês populares lutando pela Anistia, fim da carestia, por melhores condições de vida e de salários, a presença marcante dos agentes de informações, das ações de controle do Estado brasileiro e paraguaio ainda poderia ser sentida.

5.2 - As eleições municipais e estaduais de 1982 na região de Foz, segundo as AESI's

As eleições que ocorreriam no ano de 1982 eram importantes nos cálculos políticos do Estado ainda sob a égide da espada. Eram dessas eleições que se mostrariam ainda o poder da Ditadura, amparada pela votação do Partido da Democracia Social (PDS) e qual era ainda o seu nível de sustentação. Tais eleições se colocavam como uma prévia do que os eleitores pensavam e as tendências eleitorais para os pleitos subsequentes, que garantiram a permanência dos senadores biônicos formadores do colégio eleitoral das eleições para a Presidência da República. Para tanto,

Prosseguiram durante o ano de 1981 as negociações da política de liberalização. Eleições gerais seriam realizadas em 15 de novembro de 1982. Todos os partidos legalmente reconhecidos participariam com candidatos a vereadores, prefeitos (exceto nas capitais de estados e nos Municípios considerados de interesse da segurança nacional, onde as eleições permaneciam indiretas), deputados estaduais, deputados federais, senadores e governadores. As eleições seriam livres, por sufrágio universal direto e secreto. Eram consideradas as eleições mais

¹⁸³ Idem, ibidem

importantes na história brasileira recente, com 55 milhões de eleitores escolhendo nas urnas cerca de 400 mil candidatos a todos os cargos. (ALVES, 2006: 332)

Embora Foz do Iguaçu e os municípios de fronteira do Brasil estivessem sob o dispositivo ainda das eleições indiretas, o processo eleitoral da localidade foi observado sistematicamente. Como apontou Alves, não se tratava de qualquer eleição, mas de um momento crítico de sobrevivência da ditadura brasileira e sua transição para a democracia, ou melhor, sua *transição transada*, nas palavras de Fernandes, uma vez que o processo se deu negociado pelas cúpulas, alijando os setores sociais da discussão. Foz do Iguaçu e diversas cidades nas proximidades de Itaipu passavam pelo problema constante de haver prefeitos nomeados envolvidos em corrupção, ao contrário do que é tão propalado pelo senso comum de que no período da ditadura militar não havia corrupção.

A situação eleitoral de 1982 na região da fronteira, conforme ocorreu em todo o país foi acompanhada cotidianamente pelos agentes do Estado e a particularidade que tal documentação apresenta é a profundidade das análises que diferem em muito dos outros relatórios que muitas vezes são apenas relatos sobre as situações vigiadas, com destaques ticados e um ou outro comentário acusativo carregado de jargões policiaiscos. Segundo a avaliação constante em um destes documentos analíticos produzidos por tais agentes¹⁸⁴. Segundo o documento, “as eleições em Foz seguiam o panorama nacional com a presença das agremiações partidárias nacionais, afora o fato de ainda haver nessa microrregião a nomeação de prefeitos”. Pondera que tal condição era motivo de controvérsias na “opinião pública”, inclusive havendo indisposição de vereadores com a administração local. Embora, provavelmente, houvesse vereadores ligados aos militares ou a seu partido de sustentação, reflete o autor, a nomeação incomodava aos vereadores locais, como reflexos da opinião pública. A preocupação, explicita ele, era com a mobilização e a repercussão nacional deste descontentamento, conforme já se enunciara na segunda reunião do Simpósio Nacional dos Municípios e que reunira os representantes de municípios caracterizados pela Lei de Segurança Nacional

¹⁸⁴ Informação Nº E/AESI.G/IB/BR/056/ ilegível/81. Acervo Aluizio Palmar. Origem: AESI/IB/BR. Difusão: AC/SNI.

como de segurança, demonstrando que já começava a se organizar a resistência ante a existência de municípios sem eleições pela caracterização da Lei.

Em pesquisa realizada na rede mundial de computadores, pudemos encontrar um panorama da Tríplice Fronteira ante ao problema da nomeação dos prefeitos, que é reproduzido aqui na íntegra, uma vez que demonstra o estado de ânimo dos que lutavam pelo fim da nomeação dos prefeitos:

Em 1982, o governo militar estava enfraquecido e o regime esgotado. Inflação em alta, classe média descontente e greves operárias no ABC paulista. As eleições daquele ano seriam diretas e para evitar uma grande derrota o governo tomou uma série de medidas, como: formação de novos partidos, proibição de coligações, voto vinculado (os eleitores deveriam votar em candidatos do mesmo partido), fim do voto de legenda e continuidade da Lei Falcão (a propaganda eleitoral se restringia a divulgação do currículo dos candidatos). Mesmo com todas essas medidas o governo perdeu feio.

Após as eleições de 1982, começou em todo o país a luta por eleições diretas.

Aqui em Foz do Iguaçu, algumas vozes clamavam pelo retorno da autonomia do município, com eleição para prefeito. Desde 4 de junho de 1968, os municípios de Foz do Iguaçu, Barracão, Capanema, Guairá, Medianeira, Marechal Cândido Rondon, Pérola do Oeste, Planalto, Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu, foram declarados áreas indispensáveis à segurança nacional. Os prefeitos desses municípios, juntamente com Santa Helena, que seria incluída depois, eram interventores nomeados pelo governador, mediante prévia autorização do presidente da República.

Em Foz do Iguaçu, o movimento emancipacionista crescia, com manifestações em frente à Prefeitura. Na Câmara Municipal o clamor das ruas repercutia nos discursos categóricos de Evandro Stelle Teixeira, Severino Sacomori, Emerson Wagner e outros vereadores.

Em 1983 foi criado o Conam (Comitê Nacional de Autonomia dos Municípios), que teve o então deputado estadual Sérgio Spada, juntamente com Gernote Kirinus, Caíto Quintana e José Fonseca como seus primeiros membros.

Apesar do clamor popular, e das atividades do Conam a reconquista de eleições nos municípios considerados estratégicos não saía. Neste rol estavam capitais, as estâncias hidrominerais, os municípios da chamada faixa de fronteira e as cidades portuárias e industriais consideradas estratégicas.

Foi então que em 11 de fevereiro de 1984, o prefeito nomeado, coronel Clóvis Cunha Vianna, oficializou no dia 11 de fevereiro de 1984, nove anos após sua nomeação, seu pedido de afastamento. Hostilizado

pela população, o coronel reformado e engenheiro da Itaipu, já havia anteriormente manifestado ao Conselho de Segurança Nacional sua intenção de entregar o cargo.

Entretanto, a demora na nomeação de um novo prefeito, levou com que cinco vereadores: Emerson Wagner, Severino Sacomori, Justino Bianco, João Kuster e José Arceno, entrassem em greve de fome, para pressionar o governo a se definir por um dos três nomes indicados numa lista tríplice, confeccionada em comum acordo entre o PDS e PMDB.

O PMDB contava como fava contada que seu indicado, Nadir Rafain fosse o novo prefeito nomeado. Os outros nomes eram Mário Boff (PDS ligado a Canet Júnior) e Wádis Benvenuto (PDS com alguma articulação nos meios militares). Por fora corria o engenheiro Sérgio Levy, apadrinhado pelo general Costa Cavalcanti, então diretor da Itaipu e um dos homens fortes do regime.¹⁸⁵

Esse artigo demonstra, além de como os ânimos já se acirravam, que a Itaipu, na pessoa de Costa Cavalcante, o seu então presidente, também interferia diretamente na relação da escolha dos prefeitos locais. Além de todo poderio como hidrelétrica, também seus diretores e o presidente gozavam de grande prestígio.

Cabe destacar que na possível sucessão de Figueiredo por um militar, o nome que se cogitava era o de Costa Cavalcanti. Uma vez que ele assumira um dos principais projetos dos militares – além de ser um – tornou-se um nome de confiança de setores da caserna. Assim, “o Costa Cavalcanti, companheiro de turma de Figueiredo, homem de notáveis virtudes, equilibrado, tranquilo e de passado brilhante em todos os governos militares” (D’ARAUJO, 1995:123), nas palavras de Otávio Costa, tornava-se eminentemente um dos homens que poderia ser indicado inclusive para a sucessão presidencial e fazer valer sua vontade em relação às nomeações.

Outrossim, o documento ora consultado revela que o tema já vinha ganhando proporções consideradas indesejáveis pela AESI, e que já há algum tempo acompanhava o problema.

Assim, parte para uma análise do cenário eleitoral e considera a entrada dos novos partidos nas eleições, demonstrando haver um analista da Assessoria com profundo conhecimento de balanços eleitorais, visto a

¹⁸⁵ PALMAR. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=229>>. Acesso em: 28 mar. 2010.

linguagem usada documento segue estabelecendo um panorama das eleições no Estado do Paraná:¹⁸⁶

O panorama político de FOZ DO IGUAÇU não foge ao ambiente eleitoral do restante do País, caracterizando-se, principalmente, pela acomodação das correntes internas e consolidação das novas agremiações partidárias, tendo em vista as eleições previstas para 82.¹⁸⁷

Não se trata de um documento corriqueiro da comunidade de informações, mas de um trabalho bastante rebuscado, de quem sabia como o panorama nacional se configurava, demonstrando que, ou haveria homens dentro da AESI com esse tipo de capacitação, ou era encomendado a intelectuais que o fizessem. Em qualquer caso, muito acostumados com um tipo de linguagem policialesca da comunidade de informações, o leitor pode se espantar com a linguagem mais rebuscada comumente não encontrada nesta documentação. Que havia agentes de informações com formação acadêmica é incontestável, até porque integram a carreira de funcionários públicos, militares ou não, para cujos cargos ou funções muitas vezes se exige titulação universitária. Assim, por exemplo, não causa espanto serem capazes de produzir um livro como o intitulado *ORVIL*¹⁸⁸, redigido por um agente de informações que possuía graduação em filosofia. Este apenas assumiu a responsabilidade da redação por seus superiores reconhecerem sua capacidade de análise das informações que compõem o livro (SILVA, 2009).

Mas voltando ao balanço eleitoral, segundo deduz o informante, no último trimestre as críticas à Itaipu haviam diminuído. Segundo sua informação, isso se relacionava com uma bem sucedida campanha implementada pela “Assessoria de Relações Públicas da entidade”. Note-se que foi essa mesma Assessoria, conforme indicado no capítulo anterior, que interagiu com os órgãos de repressão, o que nos leva a pensar que o elaborador desse documento remetido pela AESI era um de seus assessores.

Por fim, esse atencioso informante acrescentou que parlamentares de oposição teciam críticas ao projeto Itaipu ou à direção da entidade com o objetivo de “projeção de seus nomes através dos meios de comunicação e

¹⁸⁶ Idem, ibidem.

¹⁸⁷ Idem, ibidem.

¹⁸⁸ O projeto *ORVIL* surgiu (livro, ao contrário) surgiu em 1986, com o objetivo de denunciar supostos crimes da esquerda brasileira. Seria uma resposta ao *Projeto Brasil Nunca Mais*, levado adiante pela Arquidiocese de São Paulo. Cf. LEITE, 2009, p. 158 e seguintes.

obter dividendos políticos tendo em vista futuros pleitos eleitorais”. Essa última frase apenas corrobora o que anteriormente suspeitamos, aprofundando nossas dúvidas e inserindo um ponto de interrogação no papel cumprido pelo setor de Relações Públicas de Itaipu. Muito além de cuidar da imagem institucional, sua ação perpassava também uma imbricada trama de espionagem.

5.3 - Vigilância também aos liberais

Quase que inimaginável nos dias atuais pensar alguma organização liberal ser mantida sob vigilância constante. Mas durante os anos em que o Brasil, o Paraguai, bem como demais países sob ditaduras, a vigilância aos liberais também foi inevitável, principalmente nos anos que antecederam a queda do ditador. Referimo-nos aos membros do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) do Paraguai, cujo controle foi acentuado a partir do momento em que começam a expressar seu descontentamento com a política vigente.

Como já abordado anteriormente, o PLRA teve á sua frente o senador Domingos Laino. Embora fosse uma oposição consentida pelo governo, havia rígido controle sobre esse partido. Assim, na documentação vamos encontrar, por exemplo, informações referentes a um congresso deste partido realizado em Foz do Iguaçu, em 04/05/1986.¹⁸⁹

Nesse congresso, que contou com a presença de 120 pessoas de comitês do Brasil e Argentina, o Partido reuniu paraguaios exilados no Brasil e da Argentina e alguns brasileiros. Pelo documento, não havia um programa específico a seguir. Os debates giraram em torno da proposta “que caminhos devemos seguir?”¹⁹⁰ Isso significa que, para o analista das informações e redator do documento, o debate em torno dos problemas concretos não se colocava como um programa¹⁹¹, até porque, o PLRA, foi uma organização consentida no Paraguai, que se manteve nos limites da ditadura Stroessner.

No Paraguai não havia alternativa à oposição a não ser irem para o exílio ou refugiarem-se. Aos que ficassem, restava o cárcere ou a morte. Todavia,

¹⁸⁹ Acervo Aluizio Palmar, 08/05/1986. Origem: Não consta. Difusão: Ac/SNI e ACT/SNI.

¹⁹⁰ Idem, ibidem.

¹⁹¹ Possivelmente, o que ele entendia como programa se apresentava como uma proposta de derrubada de governo, ou em direção ao comunismo.

como o controle era rígido sobre as atividades, listaram-se os nomes dos principais líderes presentes ao encontro.

Durante esse evento os representantes brasileiros que fizeram o uso da palavra na abertura dos trabalhos, com suas respectivas funções políticas foram destacados pelo agente, registrando o teor dos pronunciamentos, conforme era comum acontecer. Foram usados fragmentos das falas de cada um dos listados, lembrando ainda que não contou com a presença de “políticos de expressão nacional, mesmo do Estado do Paraná”.

O detalhamento desse encontro foi demasiado. Assim, um dos aspectos que o informante – possivelmente presente ao evento –, foi de que o idioma usado foi o guarani e o espanhol do meio rural. Além disso, o assunto de destaque foi a libertação do povo paraguaio do regime militar, ressaltando-se o nome de Tancredo Neves como exemplo de articulador da democracia no Brasil. Destaca o informe as falas de que o governo Stroessner “já não agrada ao mundo desenvolvido, que trabalha abertamente para a sua desestabilização”¹⁹². Para tanto, acrescentaram que havia apoio da Igreja Católica para isso.

O documento relata também trechos de falas de líderes do PLRA, no qual destacamos a de Domingos Laino, o qual se pronunciou dizendo que “O Paraguai é um trampolim do capital negro (contrabando), o tráfico de heroína que envolve a cúpula do governo rende bilhões de dólares”. Obviamente, Laino estava falando com conhecimento de causa. Desde o aprofundamento das relações do Brasil com o Paraguai, o contrabando e o tráfico de drogas se tornou uma constante e era sabido inclusive pelos órgãos de informações brasileiros.¹⁹³

A reorganização dos trabalhadores paraguaios nos idos dos anos de 1970-80, já começava a preocupar o Governo Stroessner. Estes também já enfrentavam a agudização da crise, provocada inclusive pelo “fim do milagre de Itaipu”. Assim, a greve dos médicos do Hospital das Clínicas de Assunção por melhores salários teve a cobertura, e por esse motivo, o espancamento da equipe de TV alemã que cobria a manifestação nas ruas da Capital, estava

¹⁹² Idem, *ibidem*.

¹⁹³ Cf. CHIAVENATO, J. J. *Stroessner: Retrato de uma ditadura*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980.

contida no documento¹⁹⁴, o que demonstra a truculência das ações dos policiais de Stroessner.

Ao encerrar o encontro, houve a leitura da ata do congresso. Acresce-se ainda no documento que havia cartazes fixados no interior do salão com *palavras de ordem*, descrevendo o que dizia cada um dos cartazes e adiciona que líderes históricos que viviam na região, opositoristas de Stroessner, não compareceram ao congresso, elencando os seus nomes. Assim, é perceptível a presença de informantes ao congresso desse partido, bem como sua completa interação ao grupo, dado o teor e profundidade das informações.

5.4 - Os trabalhadores do campo, os atingidos pela barragem de Itaipu e os sem-terra do Oeste do Paraná

Em dois momentos diferentes foi possível observar o controle aos trabalhadores que estavam sendo ou foram obrigados a deixar as terras que formaria o lago de Itaipu.

Em 1979, anos depois de já iniciada a construção da barragem, período em que havia grande conflito entre os desassentados ou ex-proprietários de terras e a direção da Binacional, apareceu o problema da expropriação das terras foi feito com o auxílio dos funcionários da Binacional e da iniciativa privada, mas acompanhados pelos órgãos de informações para os quais “com o objetivo de orientar e defender os agricultores daquela região, que terão suas terras alagadas, face à construção da HIDRELÉTRICA DE ITAIPU”.¹⁹⁵ O ofício fora encaminhado ao Delegado Regional do Trabalho no Paraná, com a explicação de que no anexo constava “documento elaborado em Reunião realizada na cidade de Marechal Candido Rondon, em 16 de fevereiro de 1979 e depois encaminhado à FETAEP, figurando na lista de documentos da AESI Itaipu, numa clara demonstração de que os órgãos policiais também acompanhavam as negociações com os agricultores.

A justificativa para o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores da área afetada pela construção do lago e o problema das desapropriações, ao Delegado Regional do Trabalho do Paraná, era a

¹⁹⁴ Acervo Aluizio Palmar, 08/05/1986. Origem: Não consta. Difusão: Ac/SNI e ACT/SNI.

¹⁹⁵ Ofício nº 0064/79. Acervo DOPS/PR – Dossiê AESI. À Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP). Assina José Lázaro Dumont – Presidente. Não informa origem. Difusão: Delegado Regional do Trabalho no Paraná. Maiúsculas do Original.

expectativa de que estes pudessem interferir.¹⁹⁶ Não sabemos ao certo se esperavam que seu arbítrio pudesse ajudar. Mas acreditamos que esses agricultores não esperavam que seus documentos fossem parar no órgão de repressão da própria Binacional.

Já em 1984, fundado o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), houve uma troca de documentos¹⁹⁷ indicando que o mesmo (o documento) se originou do Gabinete do Ministro. O documento é originário de Brasília, com Avaliação do Documento em A-1, o que significa, no jargão destes órgãos, que as informações tinham um grau de veracidade bastante confiável.

Essa reunião contou com a participação em torno de 300 pessoas, incluindo colonos e políticos. O documento inclusive destaca os nomes dos que mais falaram na reunião, fornecendo aos demais órgãos de informações os dados pessoais, além de destacar o discurso de um vereador presente. Nele, observa-se que a AESI continuava a acompanhar – 5 anos depois do documento que logo acima citamos, e seis depois de iniciadas as obras da Binacional, denotando que ainda não havia se resolvido o problema das desapropriações.

De fato, Germani, ao analisar as desapropriações dos agricultores da região que comporia o lago de Itaipu observou que a luta foi bastante intensa. Não havia muito rigor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), um dos órgãos que acompanhou a desapropriação, em indenizar os agricultores. Ademais, os que não possuíam o título de propriedade da terra ficaram numa situação bastante complicada, pois não receberam indenizações justas de acordo com as benfeitorias realizadas nas terras. Além disso, constituíram-se empresas colonizadoras, que se apresentavam aos colonos explicando que os ajudariam a conseguir terras em outras localidades. Em muitos casos, se tratava ou de mentiras, ou de terras em locais bastante distantes, desagregando esses agricultores dos locais em que gostariam de viver. Assim,

¹⁹⁶ Em relação a desapropriação dos trabalhadores, bem como sua organização e a ação da Binacional e do Estado, ver: GERMANI, Guiomar Inez. *Expropriados. Terra e água: o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

¹⁹⁷ Acervo Aluizio Palmar, 20/11/1984. Origem: CIE. Difusão: AC/SNI Difusão anterior III Ex.

O critério de avaliação dos preços das terras que Itaipu pagava era estipulado pelo levantamento feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, nos bancos e cartórios. Os agricultores questionavam estes valores uma vez que o preço do imóvel registrado sempre era menor que o de fato. Não poderiam ficar satisfeitos com o pagamento indenizatório, já que não havia um valor efetivo pelo lugar onde haviam criado os filhos, onde plantaram suas árvores e teriam que se mudar e recomeçar tudo de novo.

Para os agricultores que perderam suas terras, o grande culpado não era o Estado. Pelo contrário, acreditavam que não seriam abandonados por ele. Acusavam os dirigentes de Itaipu por estarem condenados ao isolamento, a terem que deixar suas terras, como se Itaipu não representasse também o Estado. Referiam-se “irresponsáveis”.

Material distribuído por Itaipu conclamava o agricultor a “colaborar” com a formação da usina, apelando até para o espírito patriótico, como se isto justificasse a destruição que ela causava. (Tesche, et al, 2003)

5.5 - Um voo sobre Blumenau

O índice de informações que encontramos foi tão diverso em alguns momentos, que tivemos dificuldade em tematizar algumas informações. Nesse caso, preferimos caracterizá-la como uma vigilância aos civis, embora seja estapafúrdio o que um documento em particular demonstrou, como veremos.

Eis o caso: “Pousou uma aeronave em Blumenau – SC”.¹⁹⁸ Havia alguém no aeroporto, que guiava um “Maverick” e aguardava essa aeronave. Explica o documento que o piloto e a pessoa que guiava o Maverick eram desconhecidos. Esse desconhecido (e o documento não explicita quais deles), perguntou a um funcionário do aeroporto se havia guarda local. Como a resposta foi negativa, foi retirado um pacote do avião e colocado no porta-malas do carro, saindo este rapidamente do aeroporto. O documento não informava o conteúdo desse pacote.

A partir dessa informação, foram acrescentados os dados sobre a aeronave, bem como sobre seu proprietário. Mas, mesmo de posse destas, houve uma solicitação de mais dados como se o proprietário tinha alguma outra atividade e

¹⁹⁸ Pedido de Busca nº E/AS.G./0223/76. Acervo DOPS-PR – FUNDO AESI, 26/04/1976. Origem: AS/IB/BR. Difusão: DOPS/SSP/PR.

se essa aeronave lhe pertencia. A AESI informou que o avião possivelmente saiu de Cascavel – que é região de Foz do Iguaçu, no Oeste do Paraná – e que pousou em Blumenau. Além de tudo, acompanhou o seu trajeto, ao menos pelo plano de voo.

O curioso nesse episódio, e ao mesmo tempo, motivo de nossos questionamentos, é o que um informante da AESI estaria fazendo nesse aeroporto? E o que ele teria a ver com esse tipo de atividade, que deveria ser da própria polícia local, ou mesmo dos órgãos de controle de tráfego aéreo.

Todavia, houve uma troca de informações a respeito, estando a AESI ciente do que se passava. Na resposta do DOPS foram acrescentados os dados do novo proprietário da aeronave. O ofício anterior foi enviado ao 5º Comando Aéreo Regional e à base aérea de Florianópolis. Foi checado junto ao Departamento de Aviação Civil (DAC) o nome do proprietário, seu endereço e a aeronave, chegando cópias de tudo isso para a AESI.

Questionamo-nos, por que a AESI gostaria de saber algo ocorrido em Santa Catarina? Como a AESI saberia dessas informações, se Santa Catarina não consta como área de sua cobertura? Sequer havia agência dela nesse local. São questionamentos, contudo, para os quais não obtivemos respostas. Apenas comprovam que a área de cobertura e a ação dos agentes de informações, policiais etc., eram muito grandes. Demonstra-se com isso que tudo e todos foram motivo de suspeição.

Conclusão

O lento evoluir histórico do capitalismo no Brasil e no Paraguai deixou sinais profundos. Ao mesmo tempo em que auxiliava o crescimento vertiginoso do capitalismo nessa parte do hemisfério, por outro lado, com uma produção totalmente voltada a atender às demandas de um mercado externo, alijava a maior parte da população do acesso aos bens produzidos e das possibilidades de atendimento de suas necessidades elementares.

Ao perfazerem essa dupla inserção de mercado, aniquilavam internamente com a possibilidade de crescimento e desdobramento de melhorais para as classes trabalhadoras. Concomitantemente, nesse processo tão excludente, alijava-se do poder parcelas da própria burguesia. Assim, para resolver essa dicotomia, a burguesia enquanto um todo, na impossibilidade de resolver suas diferenças internas e ante a impossibilidade de se resolver enquanto classe, lançou mão do bonapartismo enquanto arma contra a classe trabalhadora. O resto, todos sabemos. No Brasil, convivemos com o golpe de 31 de março – ou seria melhor 1º de abril? – e no Paraguai, de 1954 até 1989 – 35 anos! – o povo suportou Stroessner no poder.

Avaliando esse processo em ambos os países, mas cientes de que é um trabalho inconcluso ante as possibilidades que ainda pretendemos explorar, inscrevemos essa dissertação.

Desde o começo, o que nos inquietou foi a possibilidade de compreender não só a presença da AESI dentro da Itaipu, mas suas vinculações dentro do Cone Sul.

Ao longo desse trabalho, discutimos que a Operação Condor não fora conduzida apenas com eventos isolados. Ela fez um cotidiano que não marcava presença apenas nos documentos identificados como “Condor”. Sua dimensão, conforme avança já a historiografia, é muito mais ampla e abrangente, e compreendeu, pelo menos na dimensão analisada neste trabalho, além das ações que resultaram em sequestro, morte, aniquilamento, extradições irregulares, em um cotidiano, uma constância de ações, uma articulação entre órgãos e agentes que resultavam em um controle individual das pessoas que circulavam entre as fronteiras do Brasil e do Paraguai, na

confluência do imenso canteiro de obras onde se erguia uma das maiores usinas de energia elétrica já conhecida até então: a Barragem de Itaipu.

A função social que cumpriram as agências de informações – denominadas Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESIs), sediadas no interior dessa usina em construção nos levou a perceber que não bastava discutir um órgão de informações na imbricada rede do aparelho repressivo em funcionamento no período ditatorial daqueles dois países do Cone Sul. Fazia-se necessário também compreender a presença da Itaipu naquele lugar.

Dessa forma, tal como a Itaipu estava para as suas AESI's, as AESI's estavam para a Itaipu. Ambas se envolveram até o mais alto nível na troca de informações, na suspeição e no controle da região através, uma de seus agentes, funcionários públicos civis e das polícias civil e militar e outra através de seus dirigentes, em tão grande número quanto o das empresas que compunham os consórcios ganhadores da concorrência para tal construção, o que envolvia também os dirigentes das empresas sublocadas em suas múltiplas ramificações e serviços. Ambas se preocuparam, e isso perpassa os documentos, em proteger aquele Estado consolidado pela ditadura militar. Os primeiros por dever de ofício, os segundos por interesses privados.

Nesta dimensão a estrutura de Segurança interconectou os dois países no interior do canteiro que gerava a Usina, misturaram-se os agentes de um país com os do outro e mais, o Brasil montou, pelo menos uma unidade de sua assessoria de informações no lado do Paraguai: documentos tramitavam desde o governo central do Brasil onde ficava a sede do Sistema Nacional de Informações (SNI), até a AESI do lado paraguaio, assim como informações vindas de lá perpassavam por toda a burocracia que compunha as imensas redes de informações da repressão. Tanto fazia que a demanda viesse do governo paraguaio ou do governo brasileiro, esta era difundida pelos diferentes canais e inúmeros agentes se punham a campo fornecendo informações que se cruzavam e eram remetidas às unidades centrais desta monstruosidade com mil tentáculos.

Não apenas ao Paraguai e ao Brasil as AESI's serviram. Os mais conservadores em relação às preocupações com os direitos humanos poderiam argumentar sobre a necessidade da troca de informações entre o

Brasil e o Paraguai dada a extensão do projeto, do financiamento e dos gastos com os quais o Brasil arcaria em caso de fracasso da Itaipu. Mas, como argumentar contra as evidências da troca de informações com os argentinos e com o Chile, sobre o que apenas tangenciamos?

Esse trabalho, iniciado com a perspectiva de compreender como duas ditaduras se articularam dentro de um aparato repressivo, terminou com as indagações inerentes à percepção de que todos foram vigiados, controlados, submetidos. Não apenas as vítimas costumeiras que encontramos em boa parte da bibliografia, ou seja, aqueles organizados ou suspeitos de tal, que intencionalmente fizeram oposição às ditaduras e por isto, muitas vezes pagaram com a própria vida, mas trabalhadores comuns, pessoas que perdiam suas terras, passageiros de fronteira, caíram nas malhas de um aparato formado para destruir o inimigo interno, dentre os quais se destacavam, como não poderia deixar de ser, os que atuavam na construção da Itaipu e aqueles que moravam nas circunvizinhanças. De tão banalizada situação, chama a atenção do pesquisador as frenéticas buscas desencadeadas por todos os lados, quando o pedido de informações envolvia algumas pessoas com longa trajetória de suspeição.

Numa rápida visita à Itaipu é de tirar o fôlego ver as águas correndo pelos vertedouros da barragem, ver o lago. Apenas neste momento, se compreende com exatidão a capacidade humana de intervenção na natureza, criando para o próprio homem condições de vida mais dignas. Itaipu defende a faixa de fronteira, pende o Paraguai economicamente para o Brasil, obstrui o poder da Argentina e comprova ante os demais que o Brasil era sim o dileto das relações com os EUA, ante o temor de uma nova “cubanização” na América do Sul. Ante o inimigo interno e a preponderância externa, valia tudo.

Tal tramitação dos documentos, como já apontado, trouxe à luz uma nova possibilidade de interpretação da Operação Condor. Em vários momentos, fora considerado como documentos da Operação Condor apenas os que continham a insígnia na origem ou na difusão do documento de Operação Condor, como por exemplo, de Condor 1 para Condor 2¹⁹⁹, conforme visto ao longo do trabalho. Além dos documentos oficiais que essa Operação

¹⁹⁹ Conforme já visto anteriormente, seriam estes os membros, denominados condores: Condor 1: Chile; Condor 2: Argentina; Condor 3: Uruguai; Condor 4: Paraguai; Condor 5 Bolívia; Condor 6: Brasil; Condor 7: Equador; Condor 8: Peru.

produziu, ainda podemos acrescentar os que tramitaram por mais de um país, ao menos – já que encontramos documentos que transitaram pela Argentina e Chile –, mas que não continham essa insígnia. Todavia, ou eram enviados por pedidos de informações dos países vizinhos, ou eram enviados ou remetidos para informar os suspeitos. Mas estando a se referir a operações envolvendo mais de um país no sistema de espionagem das ditaduras, consideramo-los como parte da Operação Condor.

Nesse sentido, Cerveira ponderou que a Operação iniciou-se anteriormente a 1975, conforme vimos. Corroborando com o seu pensamento, podemos acrescentar que, em nossa pesquisa, um tipo de documentação em que não aparece o signo Condor, mas que na prática a explicita, traz listas de paraguaios, argentinos e brasileiros, as quais transitaram pelos diversos escritórios das AESI's e por tantos outros órgãos quantos houve em busca de dados comprobatórios das suspeições dos agentes.

Em relação à Itaipu, podemos considerar que sua localização, na fronteira de três países, e em condomínio entre dois deles, a torna um ente por si só privilegiado para agir na repressão. Além de ser binacional com jurisdição diferenciada por sua própria situação, teve uma Assessoria que integrava o organograma do Sistema Nacional de Informações (SISNI), subordinado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Todos os documentos ou eram confidenciais ou secretos e tramitaram além das fronteiras entre o Brasil e o Paraguai, para a Argentina em maior escala, e para o Chile, trocando, seus sistemas repressivos, documentos com as AESI's ou com outros órgãos brasileiros ou paraguaios.

Portanto, as AESI's de Itaipu fizeram parte da Operação Condor, e também que não apenas os órgãos de informações sabiam de tal prática. A Binacional, na pessoa de seu presidente e diretoria, e ainda as próprias empreiteiras construtoras, sabiam e corroboravam com tal prática, além de se utilizarem de tal aparato para controlar e subordinar os trabalhadores, cujas manifestações, mesmo no período da abertura lenta e gradual da ditadura brasileira, continuaram a ser consideradas como um problema de segurança nacional, de indício de subversão e de suspeita de sabotagem. Isto sem contar com a já conhecida acusação de infiltração de pessoas e do ideário comunista.

Neste sentido, até mesmo um desertor das forças armadas era, provavelmente, um perigoso agente comunista.

O escopo desse trabalho se constituiu de forma parcelar, pois, ainda há a documentação que compõe o acervo da AESI Itaipu e que permanece sob sigilo. Nesse sentido, cabe-nos também pensar sobre esse vazio, essa falta de documentos que melhor comprovem as evidências cada vez mais latentes. Sabemos que a AESI se envolveu no sequestro e tortura, e contou para isso com a participação das empreiteiras subsidiárias da obra – a OBAN sulista! Mas perguntamo-nos: o que guardam tais documentos de tão valioso? Quando teremos acesso e direito à história? Quem efetivamente sujou suas mãos dentro da Assessoria? Quais eram os agentes que trabalhavam em Itaipu? O que faziam com as pessoas cuja suspeição se comprovava e como obtinham as informações? Essas questões continuam em aberto e ainda estão por serem respondidas.

Anexos:

Anexo 1

CONFIDENCIAL

09/12/21 18 76

Res. Ant. : Guarani/PR
Res. Atual : Foz do Iguaçu/PR
Admitido na UNICON, como Auxiliar de Topografia

1.19 [REDACTED]

FIL.: R
LDN : Santo Angelo/RS, em 22/07/38
IDT : 651.168 do II/PR
E.C.: Casado
Res. Ant. : Capanema/PR e Medianeira/PR
Res. Atual : Vila Iolanda - Foz do Iguaçu/PR
Admitido na UNICON, como Motorista de Veículos Leves.

1.20 [REDACTED]

FIL.: [REDACTED]
LDN : Avaré/SP, em 28/08/45
IDT : 8.866.499 do SSP/SP
E.C.: Casado
Res. Ant. : Estrada de Ferro Central do Paraná - Mauá/PR
Res. Atual : Foz do Iguaçu/PR
Admitido na UNICON, como Escriturário

1.21 [REDACTED]

FIL.: [REDACTED]
LDN : Avarezinno/RS, em 12/10/24
IDT : 40.912 do SSP/RS
Res. Ant. : Colonia Belmonte, Descanso/SC
Res. Atual : Av. Brasil, 1040 - Foz do Iguaçu/PR
Admitido na UNICON, como Motorista de Veículos Leves.


1.22 [REDACTED]

FIL.: [REDACTED] sta
LDN : S. Félix/PE, em 06/11/39
IDT : 1.497.516 do II/PR
E.C.: Casado
Res. Ant. : Cornélio Procópio/PR
Res. Atual : Vila Maracanã - Foz do Iguaçu/PR
Admitido na UNICON, como Motorista de Veículos Leves.

1.23 [REDACTED]

FIL.: [REDACTED]
LDN : Tiatã/BA, em 01/06/53
IDT : 1.136.930 do II/PR
E.C.: Casado
Res. Ant. : Alvorada do Iguaçu/PR
Res. Atual : Vila Maracanã - Foz do Iguaçu/PR
Admitido na UNICON, como Motorista de Veículos Leves.

CONFIDENCIAL



Anexo 2

CONFIDENCIAL

04.

D. O. P. ...
PROTOCOLO
N.º 51/75
SEC. DE INFORMAÇÕES

ITAIPIU BINACIONAL
ASSESSORIA DE SEGURANÇA

PEDIDO DE BUSCA Nº E | SS/AS/0001/75

1. DATA : 13 JAN 75

2. ASSUNTO : Centro de guerrilhas e atividades de subversão
subversivos paraguaios.

3. ORIGEM : ASSESSORIA DE SEGURANÇA / ITAIPIU BINACIONAL /
PARAGUAI

4. REFERÊNCIA :

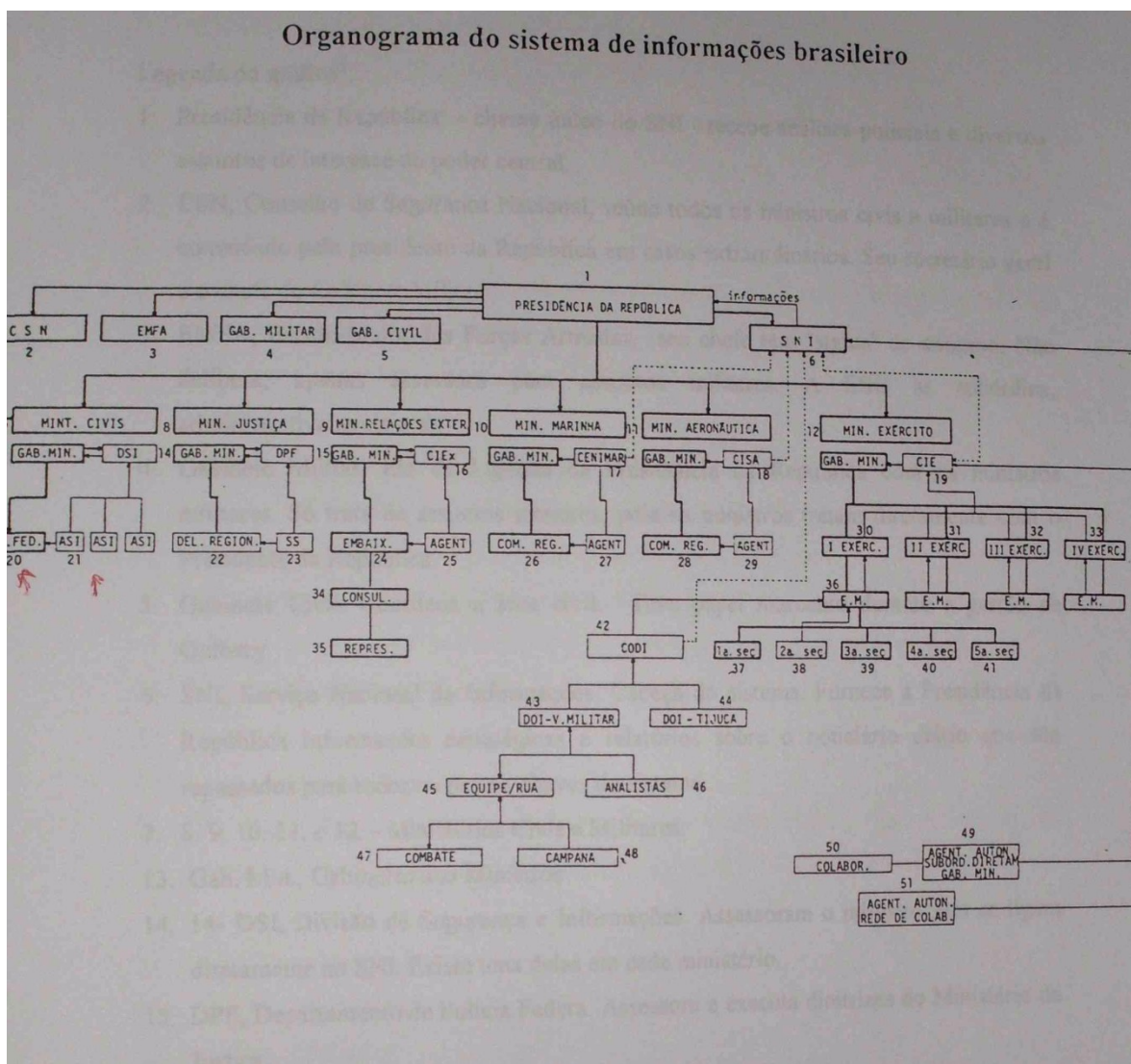
5. DIFUSÃO ANTERIOR : AC/SNI

6. DIFUSÃO : DOPS/PR, DPF/PR, D. Pol. For. de QUACU e
DPF/For de QUACU.

7. ANEXO :

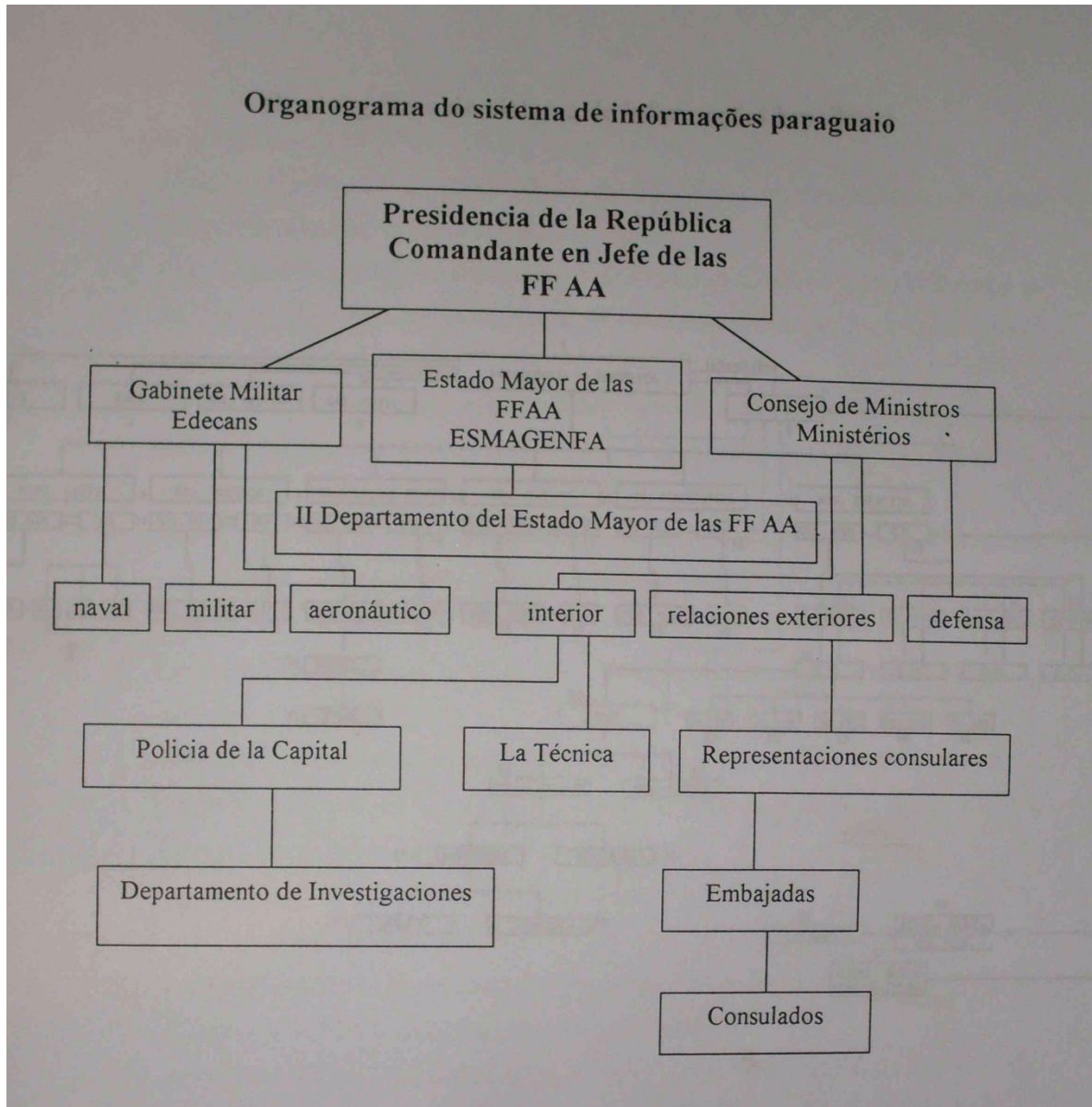
ARQUIVO PÚBLICO
PARANA

Anexo 3



Constante do Volume II de SANTOS, 1998.

Anexo 4



Constante do Volume II de SANTOS, 1998.

Referências

- ABRAMOVICI, Pierre. 2001. Disponível em: <<http://infoalternativa.org /amlatina /amlatina008.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2007.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- ANDRADE, M. C. *Geopolítica do Brasil*. Campinas: Papyrus, 2001.
- ANDRADE, Regis de Castro. "Brasil: a economia do capitalismo selvagem". In: *Revista de Cultura e Política*, nº 57, São Paulo: *Lua Nova*, 2002.
- ANTUNES, P. C. B. *SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ARGUMEDO, A. *Los silencios y las voces en América Latina; Capítulo 5: Pensar La Historia-Argentina desde una historia de América Latina*. Ediciones del Pensamiento Nacional. Argentina: Ediciones Colihue, 1993.
- ARQUIDIOCESSE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- AQUINO, Maria Aparecida. As vísceras expostas do autoritarismo: uma exposição do resultado de exaustivas pesquisas realizadas sobre a série *Dossiês do Arquivo Deops/SP*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLII, número 1, janeiro-junho de 2006.
- ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira de. *O Satânico Doutor Go: a ideologia bonapartista de Golbery do Couto e Silva*. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: 1999. Dissertação de Mestrado.
- BANDEIRA, L. A. M. *Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- _____. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o Continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- CABRAL, L. M. M. (coord.). *John Cotrim: testemunho de um empreendedor*. Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 2000.
- CANTALEJO. Manoel H. de Souza. *Intervenção Militar e relações políticas*. Disponível em <http://www.uss.br/web/arquivos/textos_historia/Manoel_Cantalejo_Intervencao_militar_e_relacoes_politicas.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2010

CARVALHO, Mônica. *A cidade de São Paulo no século XVIII: uma sociabilidade constituída em torno dos símbolos do poder*, 1994, dissertação de mestrado. PUC/SP.

CERVEIRA, Neusa. *Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)*. São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 2007.

CHIAVENATO, J. J. *Stroessner: retrato de uma ditadura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

CODAS, Gustavo (org.) *O direito do Paraguai à soberania: a questão da energia hidrelétrica*. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

CORRÊA, Maria Leticia. *Estado e burocracias no Brasil: um estudo sobre poder e política na área de planejamento do Governo JK ao regime militar (1956-1968)* in: Revista Tempos Históricos. Publicação do Curso de Graduação em História e do [Mestrado em História](#) da Unioeste — Campus de Marechal Cândido Rondon, [volume 10, 1º Semestre de 2007](#), p. 09 (e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/.../1019).

D'ARAUJO, M. C; CASTRO, C; SOARES, G. A. D. *A volta aos quartéis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

D'ARAUJO, M. C; CASTRO, C. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DINGES, J. *Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DORATIOTO, F. F. M. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. São Paulo: Ática, 1996.

FARIA, J. E. *Justiça e conflito: os juízes em face dos novos movimentos sociais*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006

FERREIRA, J; DELGADO, L. N. (orgs). *O Brasil Republicano: o tempo da Ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, C. *Além do golpe: a tomada de poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Como eles agiam – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

_____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GASPARI, E. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GERMANI, G. I. *Expropriados: terra e água – o conflito de Itaipu*. Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GOLIN, Tau. *A fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas: A esquerda Brasileira: das Ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUENA, M. *Arquivo do Horror*. Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960 – 1980). São Paulo: Memorial, 1996.

HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUGGINS, M. *Polícia e Política: Relações Estados Unidos / América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IOKÓI, Z. M. G. *Intolerância e resistência: a saga dos judeus comunistas entre a Polônia, a Palestina e o Brasil 1930-1975*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas; Itajaí: Ed. UNIVALI, 2004.

KOGAN, Yanina. *De la esperanza a la decepción, de la cooperación y el conflicto en la Cuenca del Plata*. Maestría en relaciones y negociaciones internacionales -. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO/ Argentina), Universidad de San Andrés en cooperación con la Universidad de Barcelona, ciclo 2004-2005.

KUCINSKI, B. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Contexto, 2001.

KUSHNIR, B. *Decifrando as astúcias do mal: investigação examina as possibilidades e limitações éticas e legais no uso da documentação policial aberta ao conhecimento da sociedade*. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XLII, número 1. Janeiro-junho de 2006.

LAINO, D. *Energetica em Paraguay: fraude y entrega*. Asunción: Repsa. 1974.

_____. *Paraguay: fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LEFEBVRE, H. *De L'Etat*. Tome IV: Les Contradictions de L'État Moderne la dialectique et/ de L'État. Paris: UGE, 1978.

LIMA, S. *Clamor: a vitória de uma conspiração Brasileira*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

LOBATO, M. *O presidente negro ou o choque das raças*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LUNGARETTI, C. *Náufrago da utopia: vencer ou morrer na guerrilha: aos 18 anos*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MANARIN, O. *Peões da Barragem: Trabalhadores, memórias e relações de trabalho dos operários da construção da hidrelétrica de Itaipu – 1975 a 1991*. UNIOESTE, 2008. Dissertação de Mestrado.

MARIANO, N. *As garras do Condor / como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia, do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARX, Karl. : “O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte”. In: *A revolução antes da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *A questão judaica*. 2. ed. São Paulo: Moraes, 1991.

MAZZAROLLO, J. *A Taipa da Injustiça: Esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MELLO, L. I. A. *Brasil y Argentina en perspectiva: competencia, distensión e integración*. Argentina: CLACSO, 1967.

MENDONÇA, S. R.; FONTES, V. M. *História do Brasil recente: 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996.

MORAES, C. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “O ofício das sobras: a análise da trajetória da polícia política brasileira se completa como um balanço da situação dos arquivos dos Dops em plano nacional”. Rio de Janeiro: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XLII, número 1, janeiro-junho de 2006.

_____. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Revista TOPOI*, v. 9, n. 16, jan-jun 2008, p. 30-67. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi16.htm>. Acesso em: 27 mar. 2010.

_____. “Incômoda Memória: os arquivos das ASI Universitárias”. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2008, p. 43-65

OLIVEIRA, F. et al “*Padrões de Acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil - 1950 -1976*” In: *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, pp. 76-113.

OLIVEIRA, N. D. A vigilância do DOPS-SP às Forças Armadas (Brasil década de 50) sistema repressivo num Estado de natureza autocrática. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. Dissertação de Mestrado.

PALMAR, Aluizio. “Documentos revelam participação de Itaipu na Operação Condor”. Disponível em: <<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>>. Acesso em: 10 de out. 2009.

_____. *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?* Curitiba, Travessa dos Editores, 2005.

_____. “A greve de fome dos vereadores”. Disponível em: <<http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=229>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

PAZ, A. B; LÓPEZ, M. H.; PECCI, A. V.; GIMÉNEZ, M. G. *Em los sótanos de los generales: los documentos ocultos Del Operativo Cóndor*. Asunción: Expo Libro e Servi Libro, 2002.

PAZ, A. B; GONZÁLEZ, M. A.; AGUILAR, R. P. *Es mi informe: los archivos secretos de la policía de Stroessner*. 4. ed. Asunción: Centro de Documentación y Estudios, 1994.

PENNA FILHO, P. Resenha. In: Revista brasileira de política institucional. vol.41 nº. 1 Brasília Jan./June 1998.

PEREIRA, O. D. *Itaipu prós e contras: ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política Continental*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

PRESOT, A. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Rio de Janeiro: PPGHS – UFRJ, 2004. Dissertação de Mestrado.

POMAR, P. E. da R. *Massacre na Lapa: como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

QUADRAT, S. V. “Muito além das fronteiras”. In: REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P.S. *O golpe e a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. “Os porões internacionais da repressão”. In: *Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004*. Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do Golpe de 1964,

realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2004, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV.

RAGO FILHO, A. “O ardid do politicismo: do Bonapartismo à institucionalização da Autocracia Burguesa” *apud*. CHASIN, J. “A miséria da República dos Cruzados”. In: *Revista Ensaio 15/16*. São Paulo: Ensaio, 1986.

_____. “Sob este Signo Vencerás! A ideologia da autocracia burguesa bonapartista”. In: *Cadernos AEL (Arquivo Edgard Leuenroth - IFCH/UNICAMP)*, Campinas, v. 14/15, 2001.

RAGO, Maria Aparecida de Paula. José Ermírio de Moraes: A trajetória de um empresário nacional. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

REIS, D. A; RIDENTI, M; MOTTA, R. P. S. (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

RIBEIRO, M. de F. B. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioste, 2002.

SANTOS, B. S. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. Vol. 1 “Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência”. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, M. G. dos. *Operação Condor – Uma conexão entre as polícias políticas do Cone Sul da América Latina, em particular Brasil e Paraguai, durante a década de 70*. São Paulo: PROLAM/USP, 1998 – Vols. I e II. Dissertação de Mestrado.

Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil – Rio de Janeiro: Sete Letras, 2004. Trabalhos apresentados no Seminário 40 anos do Golpe de 1964, realizado no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março de 2004, no IFCS/UFRJ, ICHF/UFF e na FGV.

SILVA, G. do C. *Conjuntura política nacional: o poder executivo e geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

SILVA, Isabel. Cristina. L. da. *Comandos de Libertação Nacional: Oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967-1969)*. UFMG: 2009. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Jussaramar; DAL MORO, Nataniel; e MARCONDES, Ricardo Correia. Monteiro Lobato e um Brasil por ser construído (ou reproduzido?). In: *Revista Cordis*, nº 1. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. 2009. Disponível em <www.pucsp.br/revistacordis/artigos.html>. Acesso em 27 mar. 2010.

_____; DAL MORO, Nataniel. No limiar das fronteiras física e política. In: *II Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais do Programa "Santiago Dantas"* (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2009, São Paulo.

Anais do II Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais do Programa "Santiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 2009.

_____. A Assessoria Especial de Informações da Usina Binacional de Itaipu e suas relações. In: *II Encontro Memorial do Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP*, 2009, Mariana - MG. NOSSAS LETRAS NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2009. Anais.

_____. Operação Condor: a atuação da Usina de Itaipu na conexão repressiva entre o Brasil e o Paraguai: a AESI e a ESMAGENFA (1973-1988). In: *Congresso da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - Seção São Paulo*, 2008, São Paulo. Comunicação em Seminário Temático ST 26, 2008. Cd-room:206-206.

SILVA, P. P. *A representação do movimento dos Atingidos por Barragens na imprensa escrita: o caso da hidrelétrica Candonga/MG*. UFV, 2008. Dissertação de Mestrado

SOARES, G. A. D. A Censura durante o Regime Autoritário. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 10, p. 21-43, 1989.

SODRÉ, N. W. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

SQUINCA, M. O embate entre nacionalistas e privatistas acerca do Código de Águas no Governo JK (1956-61) – notas de pesquisa. CD-Room - XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. (ANPUH/SP), 2008.

SQUINCA, M. Um caso de desamor : o debate sobre a estatização do setor de energia elétrica - 1956-a961. PUC/SP: 2009. Tese de Doutorado.

STANCICH, . *Quando los ríos se modifican, pierden los pueblos y la biodiversidad*. Taller Ecologista, Rosario – Argentina. Programa Energía Coalición Ríos Vivos (GRAIN), 2003.

TURNER, S. *Queime antes de ler: presidentes, diretores da CIA e espionagem internacional*. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2008.

TESCHE, L. F.; MIYAZAKI, J. Itaipu Binacional. Disponível em: www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/.../Itaipu%20Binacional.pdf. Acesso em: 15 out. 2009.

VIEIRA, Vera. Autocracia Burguesa e violência institucional. In: *Revista Projeto História*, nº 32. "Direitos". EDUC/PUC/SP. 2º/2005.

VIZENTINI, P. F. *Relações internacionais do Brasil – De Vargas a Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

WEBER, Max. *El político y el científico*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

XAVIER, I. *Cinema: Revelação e Engano*. In: Novaes, Adauto [et al.]. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WEICHERT, M. A. "O financiamento de atos de violação de direitos humanos por empresas durante a ditadura brasileira". In: Acervo: *Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, 2008, p. 183-192.

Arquivos:

Arquivo do Estado do Paraná: Fundo DOPS. Curitiba, Paraná.

Arquivo Nacional: Fundo Gabinete de Segurança Institucional/Conselho de Segurança Nacional (GSI/CSN). Brasília, DF.

Centro de Documentación y Archivo para la Defensa de los Derechos Humanos del Palácio de Justicia. Assunção, Paraguai.

Itaipu Binacional: documentos disponíveis em: <<http://www.itaipu.gov.br> > Acesso em: 27 mar. 2010.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Documentos disponíveis em: <<http://www2.mre.gov.br> > Acesso em: 27 mar. 2010.

The National Security Archive. Documentos disponíveis em: <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv>> Acesso em: 27 mar. 2010.

Acervos Particulares:

Acervo do jornalista Aluizio Palmar

Acervo do Doutor Martín Almada.

Sites da internet:

<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Artigos.asp?Codigo=32>> Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.defesanet.com.br/terror1/condor.htm>> Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/00201-00300/254/>> Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.itaipu.gov.br/?q=pt/node/356>> Acesso em: 27 mar. 2010

<http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_politica_externa_brasileira_no_cenario_da_Guerra_Fria.asp. > Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB282/Document%20143%2012.9.71.pdf>> Acesso em: 27 mar. 2010

<http://www2.mre.gov.br/dai/b_parg_49_3167.htm> Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.ditizio.ecn.br/tabelas/dolar.html>> Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.feriasbrasil.com.br/fotosfb/218070061-G.jpg>> Acesso em: 27 mar. 2010

<http://www.abcp.org.br/basico_sobre_cimento/historia.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2010

<http://www.memoriavotorantim.com.br/MemoriaVotorantim/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=48&key=241&forward=HOME_DEPOIMENTO_VER_GERAL&tipo=&pager.offset=4>. Acesso em: 27 mar. 2010

<<http://www.h2foz.com.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=179>> Acesso em: 27 mar. 2010

Vídeos consultados:

Cidadão Boilesen (Brasil/ 2009, 92 min.) - Documentário. Direção de Chaim Litewski.

Itaipu, a Nova Geração. Filmes Institucionais. Assessoria de Comunicação Social. Setembro de 2008.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)